

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES (ICHCA)

IZABELA CRISTINA DE MELO SANTOS

MANOEL BALTAZAR PEREIRA DIÉGUES JÚNIOR
E O ENSINO EM ALAGOAS (1870-1880): a instrução do trabalhador rural

MACEIÓ

2016

IZABELA CRISTINA DE MELO SANTOS

MANOEL BALTAZAR PEREIRA DIÉGUES JÚNIOR
E O ENSINO EM ALAGOAS (1870-1880): a instrução do trabalhador rural

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em História.

Orientador (a): Arrisete Cleide de Lemos Costa.

MACEIÓ
2016

S237m Santos, Izabela Cristina de Melo.
Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior e o ensino em Alagoas (1870-1880):
a instrução do trabalhador rural / Izabela Cristina de Melo Santos. – 2016.
129 f.: il.

Orientadora: Arrisete Cleide de Lemos Costa.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de
Pós-Graduação em História. Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 100-106.
Apêndices: f. 107-126.
Anexos: f. 127-129.

1. Ensino rural - Historia - Alagoas. 2. Brasil – Historia – Império, 1822-1889.
3. Diégues Júnior, Manoel Baltazar Pereira - Biografia. I. Título.

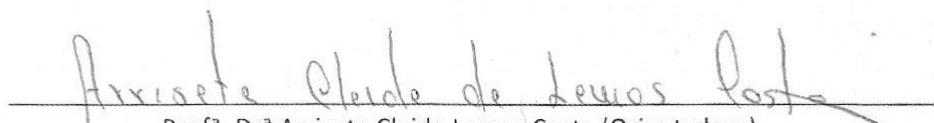
CDU: 929DIÉGUES JÚNIOR

Folha de Aprovação

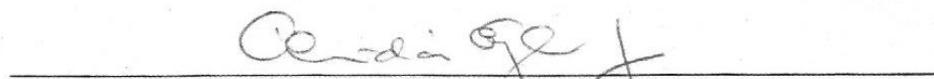
IZABELA CRISTINA DE MELO SANTOS

Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior e o Ensino em Alagoas (1870-1880): A Instrução do
Trabalhador Rural

Dissertação submetida ao corpo
docente do Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal de Alagoas e
aprovada em 31 de Março de 2016.


Prof^ª. Dr^ª Arrisete Cleide Lemos Costa (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:


Prof^ª. Dr^ª Claudia Engler Cury (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba


Prof^ª. Dr^ª Maria de Lourdes Lima (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Alagoas

*Aos meus pais, Antonio e Elusia, e a
minha irmã, Ivana.*

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter sido fortaleza e esperança nos momentos de angústia e dúvidas durante a escrita dessa pesquisa.

Aos meus pais, Antonio, Elusia e a minha irmã Ivana pelo apoio, incentivo e torcida por mim em minhas incursões pelo campo acadêmico.

À Arrisete Cleide de Lemos Costa pelas orientações e sugestões para a pesquisa. Obrigada por ter-me instigado a compreender mais o campo historiográfico e pelas conversas que procuraram romper um pouco os limites de minha visão acerca do objeto e da pesquisa histórica. Agradeço também pela confiança em ser a orientadora desse projeto e as palavras de encorajamento para a sua continuidade.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) onde localizei a maioria das fontes de pesquisas analisadas.

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH).

Aos grupos de pesquisa: Documento, Imagens e Narrativas e História da Educação, Cultura e Literatura, pelas contribuições para minha formação intelectual e cultural.

À Maria das Graças de Loiola Madeira que me introduziu no campo da pesquisa acadêmica. Serei sempre grata pelo constante incentivo para que eu prossiga meus estudos e pesquisas e, pelo companheirismo, conselhos, e diálogos que contribuíram e contribuem para meu crescimento enquanto pessoa.

Aos colegas da turma do Mestrado com quem compartilhei as apreensões teóricas no primeiro ano do curso.

À Simoneide Correia com quem dividi os momentos durante o processo seletivo para entrada no Mestrado. Obrigada pela amizade, pelos momentos de descontração e de apoio quando acreditávamos que não seguiríamos em frente.

À Ana Beatriz que junto com Simoneide foram companheiras durante o estágio docente, período em que socializamos nossas dúvidas, receios e aprendizados. Nossas conversas contribuíram muito como incentivo e reflexão sobre essa produção, além alegrar a passagem por essa fase acadêmica.

À Monica Luise e Edgleide Herculano que sempre ofereceram palavras de conforto e torcida.

Às minhas amigas Elisabete Cristina e Juliana Maria que se alegram comigo quando na minha aprovação e estiveram a todo tempo acreditando que tudo terminaria bem.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da bolsa imprescindível para a total dedicação à pesquisa.

Às professoras Claudia Cury e Maria de Lourdes pela leitura da versão inicial desse texto na qualificação e pelas contribuições ao trabalho.

“Quando a atividade individual não se sabe para que lado dirigir, volta-se contra ela mesma. Quando as forças morais de uma coletividade permanecem desocupadas, quando elas não estão engajadas em alguma atividade a ser realizada, elas se desviam de seu sentimento moral e passam a ser empregadas de maneira mórbida e nociva. E, da mesma forma que o trabalho é tanto mais necessário ao homem quanto mais civilizado ele for, quanto mais a organização intelectual e moral se eleva e se torna complexa, tanto mais se torna necessário que elas abasteçam novos alimentos essa atividade intensificada”

(Émile Durkheim, 1902)

“Mas si, pela educação, virem no trabalho, não um aviltamento, mas um título de nobreza, não cuidarão das cogitações que ocupam os ociosos, e teremos, nessa concurrencia de trabalho livre e intelligente, uma fonte perene de recursos e uma solida garantia de progresso”.

(Baltazar Diégues, 1878)

RESUMO

Esta pesquisa elabora uma interpretação das intencionalidades contidas na proposta de ensino rural do educador alagoano Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior (1852-1922) no ano de 1877. Baltazar Diégues além de educador atuou no cenário sociocultural do Segundo Império no campo intelectual, influenciando e confrontando ideários voltadas a delimitar a identidade nacional. Dentre os debates aos quais esteve inserido, a organização da Instrução Pública e a passagem para o trabalho livre são destacados nesse trabalho. No plano de ensino profissional e rural ele abarcou a instrução do trabalhador como condição necessária ao desenvolvimento da atividade agrícola com vistas a ideia de reforma moral da sociedade. A base teórica metodológica utilizada para a leitura e análise das fontes foi subsidiada pelos historiadores Marc Bloch (2001), Michel de Certeau (1982) e Carlo Ginzburg (2007; 2011) que orientam para a historicização e problematização das fontes e, a técnica da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) para a categorização das fontes periódicas. As fontes consultadas foram localizadas no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) e da Biblioteca Nacional Digital (BND). O conteúdo da pesquisa compreende um perfil intelectual do educador Baltazar Diégues a fim de situar a representatividade dele no contexto histórico do século XIX. Com a finalidade de situar as proposições de Baltazar no centro de um discurso maior que foi construído nas décadas finais do Brasil, também foram analisadas publicações da imprensa periódica que expressaram intencionalidades, projetos e perspectivas para a formação do trabalhador nacional, consultadas nos periódicos *Diário de Alagoas*, *O Orbe*, *O Liberal*, *O Século* e o *Jornal de Penedo*. Procurou-se ainda discutir sobre a circulação das ideologias liberais na formação do pensamento intelectual e as relações estabelecidas com as questões agrícolas discutidas na época em tela. Auxiliaram na construção dessa discussão as reflexões de Emilia Viotti da Costa (1999), José Murilo de Carvalho (2012; 2014), Roberto Ventura (1999), Anaete Shelbahuer (1988) e outros. A formação do trabalhador rural concebida por Baltazar pretendeu estabelecer as bases para um modelo de cidadania. As análises realizadas apontam que as orientações contidas no seu plano de ensino nortearam uma intenção de qualificar um técnico agrícola com base numa concepção integral da instrução a qual deveria unir o aspecto utilitário ao intelectual e moral requisitados naquele contexto.

Palavras chave: Ensino rural. Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior. Trabalho Livre. Alagoas. Brasil Império.

RESUMEN

Esta investigación trata de una interpretación de las intenciones contenidas en la propuesta para la enseñanza rural elaborada por alagoano educador Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior (1852-1922) en 1877. Además de educador Baltazar Diégues estuviera inserido en el campo intelectual sociocultural del Segundo Imperio Brasileño, influyendo e hizo frente a las ideologías con el objetivo de definir la identidad nacional. Entre los debates que se insertaran su actuación, la organización de la Instrucción Pública y la transición al trabajo libre se destacan en este trabajo. El plan preparado para la formación profesional y rural propuesta por él abarca la instrucción de los trabajadores como condición necesaria para el desarrollo de la agricultura con el fin de la reforma moral en la sociedad. La base teórica metodológica utilizada para la lectura y el análisis de las fuentes fue apoyada por los historiadores Marc Bloch (2001), Michel de Certeau (1982) y Carlo Ginzburg (2007, 2011) que orientan a historiar y cuestionar las fuentes y la técnica del Análisis de Contenido (Bardin, 2011) para la categorización de las fuentes periódicas. Las fuentes consultadas se encuentran en la colección del Instituto Histórico y Geográfico de Alagoas (IHGAL) y de la Biblioteca Nacional Digital (BND). El contenido de la investigación incluye un perfil intelectual del educador Baltazar Diégues para expresar la representación de la misma en el contexto histórico del siglo XIX. Con el fin de situar las proposiciones de Baltazar en el centro de un discurso más amplio que fue construido en las últimas décadas del Brasil Imperio también se analizaron las publicaciones impresas periódicas que han expresado intenciones, proyectos y perspectivas para la formación de los trabajadores *ingenuos/nacional*, consultadas en los periódicos *Diario de Alagoas*, *El Orbe*, *El liberal*, *El siglo* y el *Diario de Penedo*. Además, es analizado el movimiento de las ideologías liberales en la formación del pensamiento intelectual y las relaciones establecidas con los temas agrícolas tratados en el mismo contexto. Ayudó en la construcción de esta discusión los estudios de Emilia Viotti da Costa (1999), José Murilo de Carvalho (2012; 2014), Roberto Ventura (1999), Anaete Shelbahuer (1988) y otros. La formación de los trabajadores rurales concebidos por Baltazar ha pretendido establecer las bases para un modelo de ciudadanía. Los análisis indican que las directrices contenidas en su plan de enseñanza guían la intención de calificar un técnico agrícola basado en un concepto integral de la educación que debe unir el aspecto utilitario a la intelectual y moral requerida en ese contexto.

Palabras llave: Enseñanza rural. Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior. Trabajo libre. Alagoas. Brasil Imperio.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: a construção da pesquisa	10
1.1	O debate em torno dos modelos formativos e finalidades do ensino no Oitocentos	13
1.2	A prática historiográfica: fontes e escolhas metodológicas.....	18
2	O EDUCADOR MANOEL BALTAZAR PEREIRA DIÉGUES JÚNIOR (1852-1922)	24
2.1	Um intelectual do Brasil Império	25
2.2	O educador e gestor da Instrução Pública na Província de Alagoas	28
2.3	Divergência de concepção pedagógica.....	39
3	A INSTRUÇÃO E AGRICULTURA NO BRASIL IMPÉRIO	43
3.1	Por uma transição gradual: a crise na lavoura e o pensar de um novo perfil para o trabalhador rural	44
3.2	O trabalho livre em debate na imprensa alagoana (1870-1883)	51
3.2.1	O trabalho como enobrecimento nacional	52
3.2.2	Os valores religiosos na relação entre a instrução e a condução da liberdade	57
3.3	<i>Congressos e Comícios Agrícolas</i> : problemáticas	60
4	A PROPOSTA PARA O ENSINO RURAL DE BALTAZAR DIÉGUES	69
4.1	O Plano de Ensino Rural: da utilidade prática à dimensão moral	70
4.2	Conteúdos e rotina de ensino para uma “Cultura do Campo”	77
4.3	Perfil do trabalhador rural	82
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
6	REFERÊNCIAS	100
7	APÊNDICES	107
8	ANEXOS	127

1 INTRODUÇÃO: construindo o objeto de estudo

Este estudo está inserido no campo da História da Cultura e da Educação em que a História Cultural é concebida como um campo historiográfico que abarca a História da educação “[...] como um dos seus campos de investigação” (FALCON, 2006) e, sua proposta reside na realização de uma interpretação sobre o modo em que foi articulado na Província de Alagoas o debate promovido entre as décadas de 1870 e 1880 em torno da formação do trabalhador rural. Para tanto, debruço-me sobre a leitura e análise da proposta de ensino rural esboçada pelo educador alagoano Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior (1852-1922) elaborado no ano de 1877. Interessa-me de modo particular compreender o papel do ensino de moralidades e civilidades para a construção do perfil de trabalhador idealizado pelo referido educador alagoano.

O contato com o plano de ensino profissional e rural de Baltazar Diégues aconteceu entre os anos de 2010-2013 quando da minha participação na condição de colaboradora/bolsista de um projeto destinado à recuperação de obras raras de docentes alagoanos, no qual realizávamos também consultas semanais aos periódicos do século XIX em arquivos públicos locais¹. Durante essas pesquisas nos arquivos localizamos alguns dos escritos educacionais² de Baltazar Diégues, e na ocasião senti o interesse em compreender quais foram as contribuições desse educador para a escolarização alagoana visto que as biografias escritas³ lhe teciam um perfil muito elogioso, sendo retratado como um homem de letras que teria contribuído de forma significativa para o desenvolvimento do ensino alagoano no Brasil Império.

Essa inquietação foi a base para a escrita da minha monografia⁴ de conclusão do Curso de Pedagogia, onde procurei apreender a função social conferida por Baltazar Diégues à escolarização de seu tempo, assim como, identificar quais as influências teóricas⁵ que embasaram o pensamento pedagógico do educador. Durante a escrita dessa monografia

¹ Trata-se do projeto *Recuperação de Obras Bibliográficas de Docentes Alagoanos (1840-1960)*, coordenado pela professora doutora Maria das Graças de Loiola Madeira. A consulta aos periódicos tinha como finalidade a localização de novas obras que haviam sido publicadas por docentes nos períodos em estudo, bem como, a compreensão sobre o cotidiano e os assuntos em debate no campo educacional e político.

² Compêndios, relatórios, e artigos de jornais publicados por ele.

³ COSTA, Craveiro. Diégues Júnior. *Revista de Ensino*, n.4, 1927; VAZ FILHO, Augusto. *Alagoanos Ilustres: esboços biográficos*. Maceió, v. 2, 1962.

⁴ SANTOS, Izabela C. de M. *Os Propósitos da 'Educação Social' em Diégues Júnior e a formação do povo (1870-1920)*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, 2014.

⁵ Refiro-me aqui aos teóricos educacionais tidos como referências por Baltazar Diégues em suas considerações a respeito da organização do ensino na Província de Alagoas, dentre os quais foram Célestin Hippeau e Ferdinand Buisson, ambos educadores franceses.

localizamos um programa profissional e rural organizado por Baltazar e a partir da leitura desse programa de ensino surgiu a intenção em investigar o ensino rural na Província de Alagoas a luz do pensamento desse educador por duas razões: a ênfase dada por Baltazar num caráter utilitário desse ensino e a presença de orientações dirigidas a construir um perfil de identidade ao cidadão brasileiro.

A proposta de ensino rural do Baltazar Diégues me parece que concorria na contramão do que era à época esperado para a formação do trabalhador, na medida em que observamos no conteúdo do plano um modelo de ensino que poderia ter contribuído para a superação do aprendizado mínimo destinado à população pobre no Brasil Império. Apesar de se projetar a permanência do menino no campo, no plano de ensino do educador alagoano é possível identificar que o aprendiz teria a possibilidade de conhecer melhor a ocupação que iria exercer e para além dela, ter acesso tanto aos conhecimentos gerais básicos que eram na época considerados necessários para a formação do indivíduo, como aqueles diretamente voltados para o aperfeiçoamento da atividade agrícola.

O plano de ensino para a escola rural foi escrito em solicitação do *Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba*, uma espécie de associação de agricultores alagoana criada em 1884 com a finalidade de discutir e tentar solucionar os problemas da atividade agrícola a fim de garantir seu gradual desenvolvimento. Além desta associação, o educador também se filiou a outras sociedades que propuseram na época discussões a respeito de questões sociais da área educacional, histórica, geográfica e política.

Baltazar Diégues não se ocupou apenas sobre ensino rural como também participou de forma ativa na organização da Instrução Pública alagoana durante o decorrer do Segundo Império, propondo orientações para o ensino primário, secundário e a formação docente, principalmente nos períodos em que foi Diretor da Instrução Pública na Província de Alagoas (1885-1886; 1888-1889; 1890-1892). Publicou, inclusive, compêndios didáticos que circularam nas escolas alagoanas e recifenses.

Baltazar Diégues ocupou um lugar de certo prestígio no século XIX. Oriundo de uma família portuguesa envolvida com a propriedade de terras e mais tarde com a indústria, provavelmente, suas orientações para o ensino rural perpassava em alguma medida os interesses desse grupo social do qual fazia parte. Foi o primeiro “Diégues” de destaque na sociedade alagoana. Tanto seu filho⁶, que recebera seu mesmo nome, como o seu neto⁷,

⁶ Filho único de Baltazar Diégues, Manoel Diégues Júnior (1912-1991) foi um sociólogo, advogado e professor alagoano. Formou-se em Direito pela Universidade do Recife no ano de 1935. Estudou também Sociologia e Antropologia em cursos promovidos por Gilberto Freyre. Foi fundador e primeiro presidente do Grêmio

continuaram a atuação intelectual na sociedade brasileira. Ambos de formação jurídica como o pai/avô, dedicaram-se a produção de estudos no campo da cultura popular e a reflexões sobre a identidade brasileira.

Enquanto um indivíduo que esteve inserido num grupo seletivo de homens de letras ocupados com a organização da escolarização alagoana no Brasil Império, Baltazar Diégues esteve envolvido também com o debate referente ao delineamento de uma identidade nacional. Suas ideias e propostas educacionais, bem como a de seus pares, pressupunham atingir um modelo de nação “civilizado” e “moderno”, conforme os parâmetros europeus.

Diante desse aspecto, o conteúdo de moralidades e civilidades que ocupou um lugar significativo no pensamento do educador a respeito da formação do trabalhador procurava legitimar certa ordem social condizente com o ideário de nação que se pretendia atingir. Nessa direção partimos das seguintes questões: Como foi pensada a finalidade do ensino de moralidade na proposta de ensino rural de Baltazar Diégues? Afinal, que “moralidade” era essa? Em que base ideológica política pode ser inserida a finalidade do ensino rural pensada por ele? São provocações que penso poder suscitar uma compreensão sobre o perfil de trabalhador formatado nas décadas finais do Oitocentos na Província de Alagoas. São

Literário Guimarães Passos (1928) que era destinado a divulgação e deleite de culturas literárias. Nos anos de 1932 e 1933 foi secretário da Comissão de Folclore de Alagoas. Em 1937 lecionou História da Civilização no Liceu Alagoano. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1939, designado para assistente da Secretaria Geral do IBGE. Ocupou o lugar de Diretor-Geral do Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo (1940), cargo que também ocuparia em Maceió no ano de 1942, mesmo ano em que foi eleito membro do IHGA. Em 1943 presidiu a Comissão de Economia Popular em Alagoas, e fundou em Maceió o Centro de Estudos Econômicos e Sociais, do qual foi o primeiro presidente. Em 1945 voltou ao Rio de Janeiro agora como chefe de Difusão Cultural da Secretaria Geral do IBGE, e em 1948 foi escolhido para dirigir o Serviço de Biblioteca e Intercambio Geral da mesma secretaria. Tornou-se membro da Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCEC), órgão da UNESCO, em 1948 e diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (1958-1974), Diretor do DAC-MEC (1975-1979). Como seu pai lecionou em várias instituições de ensino superior do país discutido sobre Antropologia, Sociologia, Cultura e Etnografia. Possui uma vasta produção que envolve essas áreas, como: *Evolução Urbana e Social de Maceió no Período Republicano*, estudo ao final do livro Maceió, de Craveiro Costa, Ed José Olympio, Rio de Janeiro, 1939; *Variações Sobre Temas Regionais*, Maceió, Imprensa Oficial, 1942; *O Bangüê nas Alagoas, Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional*, prefácio de Gilberto Freyre, capa e vinheta de Santa Rosa, IAA, Rio de Janeiro, 1949; *Etnias e Culturas no Brasil*, Rio de Janeiro, MEC, coleção Cadernos de Cultura, 1952; *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*, Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Alimentação/Gráfica Carioca, Casa do Estudante do Brasil, 1954; *Estudo de Relações de Cultura no Brasil*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Cadernos de Cultura, Serviço de Documentação, 1955; *Literatura de Cordel: A Literatura Oral e Sua Tradição Ibérica*, Série Cadernos de Folclore nº 2, DAC/MEC/ Funarte, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, Rio de Janeiro, 1975, dentre outros. (BARROS, 2005, p.428-429).

⁷ Carlos Diégues, também conhecido como Cacá Diégues, possui formação em Direito, mas fez carreira enquanto diretor de cinema e jornalista. Ao lado de Glauber Rocha, Leon Hirszman e Paulo Cesar Saraceni foi membro do movimento denominado “Cinema Novo” que tinha por finalidade elaborar uma crítica sobre a realidade brasileira, procurando conscientizar a população sobre as consequências e transformações que ocorriam na época. Seus filmes são marcados pelas mudanças políticas sociais, como os produzidos no período da ditadura Vargas: *Quando o Carnaval Chegar 1872* e *Joanna Francesa (1973)* e os do período de redemocratização do Brasil, a exemplo de *Chuvvas de Verão (1978)* e *Bye Bye Brasil (1980)*.

questões que me levaram ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas objetivando elucidar as questões históricas e a conjuntura que contextualiza o pensamento de Manuel Balthazar Pereira Diégues Júnior⁸.

É ainda pequena a produção acadêmica a respeito do ensino rural e técnico em Alagoas no Brasil Império. Podemos citar aqui os seguintes trabalhos já produzidos: *A educação de meninos negros na Escola Central em Maceió (1881-1893)*, 2008 e *A escolarização dos negros: particularidades históricas de Alagoas (1840-1890)*, 2011, ambos de Monica Luise Santos e que versam acerca do modelo de educação ofertado ao negro no século XIX; *O colégio de Educando Artífices no Brasil Império: as raízes do ensino profissional para as crianças pobres em Alagoas (1854-1861)*, 2010, de Rosilda Germano da Silva, aborda a presença dos abrigos para menores e a aprendizagem de ofícios no período; e *A educação popular no Brasil Império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em Maceió (1870-1889)*, 2011, de Mailza da Silva Correia⁹. São estudos que se relacionam com nossa temática por se debruçarem acerca das formas de ensino pensadas e destinadas para a população pobre no século XIX.

Estes trabalhos apontam a importância de se estudar as ideias e práticas educativas que circularam no Brasil durante o século XIX, identificando-o como um período fértil de iniciativas e intenções para a organização do ensino público e particular e que em certa medida, lançou os ideários e perspectivas das ideias pedagógicas do século XX. Tal aspecto nos permite valorizar o estudo desse período a fim de identificar as permanências e rupturas operadas no campo educativo brasileiro. Dentre os temas que assolaram a organização do ensino no Oitocentos estavam à preocupação com a formação no negro, da criança pobre e da mulher, juntamente com a busca pela identidade nacional.

Interpretamos discursos tecidos nas décadas finais do Brasil Império sobre a formação do trabalhador rural que não tiveram necessariamente sua concretização na prática, a exemplo da escola rural planejada pelo *Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba*. Nos debruçamos sobre as intencionalidades revestidas no conteúdo desses discursos a fim de

⁸ No âmbito do PPGH/UFAL, onde curso o mestrado em História encontro-me inserida do Grupo de Pesquisa intitulado Documento, Imagens e Narrativas, na Linha de Pesquisa História das Ideias Contemporâneas/História Intelectual, sob a coordenação da minha orientadora, a professora doutora Arrisete C. L. Costa. O objetivo da referida Linha de Pesquisa é “[...] promover e realizar estudos sobre os conteúdos epistemológicos no campo da historiografia contemporânea a partir das relações dialógicas intra e transdisciplinares entre as dimensões disciplinares da cultura e política; pesquisa e didática; teoria e práxis; ciência e arte; narrativa e (in) consciência histórica.” (COSTA, A. C. L. CNPq/Ufal). A trajetória da pesquisa que resultou na presente dissertação está diretamente vinculada à produção deste Grupo de Pesquisa do PPGH/Ufal.

⁹ Esses estudos podem ser consultados no site <http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/gephecl/> nos links TCC's e Dissertações.

compreender em quais termos foi pensada a formação do trabalhador nacional num momento histórico em que a questão do fim da instituição do trabalho escravo repercutia diretamente no pensar da organização econômica, social e cultural da sociedade brasileira do período.

O debate em torno do ensino rural traduziu as disputas ideológicas assumidas pelos intelectuais promotores de discursos em favor ou contra a formação do trabalhador rural. Como um dos representantes alagoanos desse grupo de homens ilustrados, o pensamento educacional de Baltazar Diégues nos permitirá uma relativa aproximação com o movimento das ideias e possíveis intenções para o ensino do trabalhador rural e de como o discurso a favor da sua formação se apresentou no cenário político e social alagoano.

1.1 O debate em torno dos modelos formativos e finalidades do ensino no Oitocentos

Por modelos formativos entendemos as propostas e as práticas educadoras realizadas e/ou pensadas durante o Segundo Império. Nesse contexto histórico a organização da escolarização pública esteve ancorada sob a iniciativa de homens de letras, educadores ou não, que procuraram nas matrizes da instrução europeia a orientação para as perspectivas pedagógicas adotadas na sociedade brasileira. Apesar de não ocorrer nos referidos períodos fortes investimentos para a área educacional, como se observa em relatórios provinciais da época, é no Segundo Império que são delineadas as diretrizes que irão nortear a educação pública e os movimentos pedagógicos surgidos no século seguinte a exemplo do escolanovismo¹⁰.

Nas décadas finais do século XIX havia uma preocupação com relação ao ideário de construção da identidade nacional. Diante dessa finalidade posta para a Instrução Pública, interessava aos intelectuais envolvidos com a escolarização pensar medidas em torno da formação da população pobre daquela sociedade, na medida em que percebiam nesse grupo social a ausência de um caráter nacional homogêneo que então concorresse para o anseio de construção de uma pátria “civilizada”. Perpassou ainda pela organização da Instrução Pública

¹⁰ Trata-se do movimento de renovação pedagógica que instaurou no cenário educacional brasileiro a partir dos anos de 1930 em defesa da introdução dos princípios da Escola Nova no país. De acordo com Veiga (2007, p.217) o movimento da Escola Nova esteve ancorado pelos seguintes princípios: “estimular o interesse da criança, proporcionar aprendizado de acordo com suas potencialidades, adaptar a criança ao ambiente e realizar sua integração social”, lançava assim, uma forte crítica a qualquer tipo de ensino que desconsiderasse as especificidades da aprendizagem infantil tal como era o ensino verbalista presente naquele período nas escolas brasileiras. Esta “nova escola” deveria por sua vez ser capaz de promover a autonomia do indivíduo em vistas da formação de uma cultura democrática. Alguns dos intelectuais que se engajaram neste movimento foram Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Cecília Meireles.

do período as pretensões de resolver problemas pontuais da sociedade, o que marcou as propostas de ensino de intencionalidades políticas¹¹.

Como nos aponta Carvalho (2012), temos nesse período a contradição entre a conservação da escravidão ao mesmo tempo em que as ideias liberais adentravam no país; a introdução da campanha pelo abolicionismo que atingia diretamente a organização econômica e o debate sobre a monarquia constitucional que girou em torno da disputa entre a filosofia dos políticos conservadores e liberais. Esses temas não passaram despercebidos na organização do ensino público e do privado no século XIX. Ao contrário, tornavam-se as bases para a sustentação de ideias pedagógicas e finalidades de ensino.

Percebida pelos homens de letras sob a áurea da regeneração social, a ideia de alastrar a Instrução Pública pelo país passou a ser uma necessidade para se atingir o *status* de civilização almejado. Em vista disso, temos a propagação de uma série de estabelecimentos que se somavam a esta causa como: os asilos para órfãos, os colégios de educando artífices, liceus de artes e ofícios, colégios femininos e masculinos (particulares), Liceus Provinciais, Escola Normais. Além dessas iniciativas de educação formal, houve também o investimento em ações formativas indiretas ou informais como era o caso das conferências pedagógicas e populares, a *Revista de Ensino*, os periódicos em geral, clubes literários e almanaques para senhoras e/ou literários e científicos.

Em Alagoas alguns desses espaços foram criados por iniciativa do personagem central desse estudo, Baltazar Diégues. Enquanto ele ocupava o cargo de Diretor da Instrução Pública, auxiliou na oferta dos seguintes espaços: O *Pedagogium* de Alagoas (1881), as conferências populares, nos anos 1880, e a criação do Instituto dos Professores (1886) cuja finalidade era servir como centros de apoio e atualização da formação docente. O alvo dessas práticas e intenções educativas divulgadas naquele contexto estava dirigido à população pobre do período tida como aquela que naturalmente teria tendências para o florescimento dos vícios que poderiam impedir o progresso moral da nação. Caberia assim, no entendimento dos dirigentes da época, uma ação de regeneração da conduta dessa população via educação a fim de adequá-las a ordem social vigente.

Como será discutido mais detalhadamente no decorrer dos capítulos, Baltazar Diégues voltou suas preposições pedagógicas diretamente à obtenção dessas intenções. Pensou quase que de maneira restrita na formação dos meninos pobres, em particular, defendia a construção de escolas destinadas à formação de ofícios, isto é, um ensino que

¹¹ Refiro-me aqui ao conceito de política relacionado ao caráter partidário.

apresentasse uma utilidade prática e imediata para o indivíduo. Um ponto chave no pensamento do educador alagoano era justamente o investimento na formação do professor e a sua frequente atualização a respeito dos métodos de ensino.

Neste cenário em que a Instrução Pública era pensada e organizada, investiu-se, principalmente, na elaboração de aparatos legais que buscavam demarcar orientações para a melhoria do ensino no Brasil Império. Ao tomarmos contato com parte do cotidiano escolar da época através da leitura de periódicos, observamos que a criação de legislações não traduzia uma mudança direta na prática de ensino, haja visto a frequente reclamação da ausência de qualidade na escolarização na época em relatórios de diretores de ensino, Presidentes de Província ou mesmo publicações de anônimos ou intelectuais engajados no desenvolvimento da instrução.

De acordo com Gondra e Schueler (2008) e Pinheiro, Cury e Ananias (2010) a escolarização pensada naquele período revestiu-se dessa elaboração de legislações, criação de mecanismos do trabalho pedagógico (inspeção escolar, frequência, mapa escolar, etc.) e na produção de quadros estatísticos que permitiam fazer a mesura dos progressos no ensino em todas as províncias e ao mesmo tempo conferir certo controle sobre o que se passava no interior das instituições de ensino. Esse aspecto traduz uma necessidade do período quanto à regulação do trabalho docente. Ao passo em que tratavam de introduzir o professor ao conhecimento de novos métodos de ensino, havia o interesse de qualificar sua prática e interferir sobre ela quando isso se pusesse como necessário.

As discussões dos métodos de ensino tornaram-se frequentes nos discursos em torno da organização da instrução. Como já dito, as novidades que aqui chegavam procuravam acompanhar ao que existia nos países europeus, que à época apresentavam resultados educacionais bastante satisfatórios para os interesses a que serviam naquelas sociedades¹². Apesar disso, como nos alerta Veiga (2007), a educação no século XIX esteve entre a dicotomia da defesa de uma melhor qualidade do ensino – em que a criação de instituições de ensino e divulgação de novos métodos e concepções de ensino se fazia presente – e a

¹² No século XIX a maioria dos países europeus realizavam experiências educativas a fim de consolidar o sistema público de ensino. O aumento da industrialização no mundo de trabalho requirava a formação de um indivíduo mais preparado para a dinâmica social que então se instaurava. O debate acerca dos métodos de ensino, formação docente e os conteúdos a serem ensinados tinham por finalidade a organização de uma educação nacional, padronizada e sistematizada conforme as aspirações políticas e sociais do contexto. Um dos exemplos que era associado a modernização do ensino foi a defesa pela adoção do método intuitivo nas escolas e também a criação das revistas pedagógicas ou espaços formativos para o corpo docente. Além disso, perpassava pela organização pedagógica a ideia de reforma intelectual e moral da classe popular como sendo uma necessidade para o delineamento da identidade nacional tal como foi apreendido em parte pelos intelectuais brasileiros. (BASTOS, 2003; SILVA, 2004).

realidade de uma prática de ensino precária, tanto do espaço físico da escola quanto da formação docente.

Baltazar Diégues, por exemplo, enquanto Diretor da Instrução Pública da Província de Alagoas, enfatizou a defesa pela adoção do método intuitivo no ensino de primeiras letras. Acreditava que a qualidade do ensino dependia diretamente da formação do docente, onde o método de ensino garantiria o sucesso da prática em sala de aula. A questão dos métodos mantinha relação direta com a ideia de conferir utilidade ao ensino. Para uma sociedade desejosa de ser moderna e civilizada, a forma de ensinar teria que garantir a preparação de uma dinâmica condizente a ela.

Foi também durante o segundo império que a oferta de um ensino voltado para a população do campo começou a ser pensada. A Educação Rural esteve diretamente relacionada com o debate em torno do fim da escravidão que anunciava a problemática sobre a definição do trabalhador nacional. A conjuntura social e política do Brasil Império marcadamente apoiada na economia rural, buscava enfatizar a dependência do país para com a atividade agrícola, de modo que, o investimento e valorização da agricultura fossem tomados como prioridade das medidas e ações do governo imperial. A instrução rural pretendia de certa forma fazer emergir essa importância da atividade agrícola.

A instrução dos *ingênuos*¹³ e dos meninos já livres do campo foi tida como uma forma de garantir a permanência da força de trabalho nacional à frente do trabalho agrícola. O ensino de conteúdos agrícolas, primeiramente, esteve associado aos currículos propostos para o ensino primário nas cidades das províncias. É possível notar esse aspecto quando lemos os respectivos currículos prescritos para as primeiras letras. O Regimento de 04 de setembro de 1870 da Província de Alagoas, por exemplo, fazia a indicação do livro *Cathecismo de Agricultura* (1869), de Antonio de Castro Lopes, para leitura dos meninos. Em 1871 com a promulgação da Lei do Ventre Livre a instrução para os *ingênuos* transforma-se em um dos principais instrumentos para a instituição gradual do trabalho livre no país.

Deva-se início nas décadas finais do século XIX aos fundamentos que compôs o chamado “ruralismo pedagógico” dos anos 1920-30, na medida em que era compartilhado o ideário de fixar o homem no campo por meio do ensino e prática do cultivo do campo (ARAÚJO, 2013). Em reuniões promovidas na época para discutir soluções destinadas ao desenvolvimento da atividade agrícola no país, como os *Congressos Agrícolas* de Recife e do

¹³ Referem-se os filhos de escravas que recebiam liberdade, principalmente, após a Lei do Ventre Livre de 1871.

Rio de Janeiro de 1878, a educação do trabalhador rural foi pensada como meio capaz de inculcar ao mesmo tempo uma “civildade” aos incultos e o perfil do trabalhador nacional.

A instrução começou a ser vista por esse grupo como uma via capaz de “treinar” a liberdade dos trabalhadores, sob a concepção de que “a liberdade para essas classes tinha o significado de *desprezo pelo trabalho*” (SCHELBAUER, 1998, p. 38). Nesse sentido, a formação do trabalhador rural tornou-se assunto de pauta no debate social do período visto sua relação com a organização da economia brasileira.

Conforme os estudos de Anaete Schelbauer (1998) e Iraci Salles (1997), o debate sobre a instrução dos *ingênuos* ganhou defensores e opositores. No primeiro caso, do qual Baltazar Diégues fazia parte, acreditava-se que o oferta de ensino ao menino pobre poderia corroborar com o aperfeiçoamento da atividade agrícola no país, visto que então se desejava imprimir um conhecimento particularizado da “Cultura do Campo”. Os que se opuseram a ideia da formação rural argumentavam que este tipo ensino poderia obter resultados que se voltariam contra aos interesses do grupo na medida em que o indivíduo tomado por um conhecimento sobre a produção agrícola poderia transformar-se num proprietário e não mais servir como mão de obra.

Apesar dessas divergências foram criadas colônias provinciais que se propuseram a cuidar da formação dos jovens trabalhadores rurais. Em Pernambuco temos o exemplo da Colônia de Santa Isabel, com uma rotina de estudos e trabalho semelhante ao que foi proposto por Baltazar Diégues no seu programa de ensino rural. Em Alagoas, Craveiro Costa (2011) apontou o descaso que se teve com a oferta dessa modalidade de ensino no século XIX. Conforme este autor, as professoras que se formavam na capital da Província de Alagoas não queriam ir trabalhar no interior, e quando eram deslocadas de alguma cidade para o interior da Província logo pediam remoção para cadeira na Capital. Apenas em 1930, foi criado em Alagoas um Curso Rural anexo aos grupos escolares localizados no interior o que nos permite supor que já se encontrava ali a ideia de uma separação entre os saberes que seriam dirigidos ao menino do campo e aquele da cidade.

O ensino rural esteve assim desde o século XIX introduzido a uma dualidade de ensino que norteava a organização da escolarização brasileira da época. Tal dualidade era traduzida na finalidade de ensino impostas a cada grupo social que receberia a Instrução Primária: aos filhos da elite estaria destinado um tipo de educação condizente com a postura de um dirigente, já aos meninos pobres caberia o ensino respaldado por uma utilidade imediata para sua sobrevivência. A formação do trabalhador rural procurou em certa medida atender a interesses particulares, ao mesmo tempo em que lançou as bases para o pensamento

acerca do técnico agrícola e do próprio espaço específico da educação rural no país, como o exposto pelo programa de ensino de Baltazar Diégues.

1.2 A prática historiográfica: fontes e escolhas metodológicas

A análise das fontes documentais selecionadas foi subsidiada pelas orientações metodológicas dos historiadores Marc Bloch (2001), Michel de Certeau (1982) e Carlo Ginzburg (2007; 2011). Assim, lanço um olhar sobre as fontes enquanto possibilidades de representar o passado buscando compreendê-las através da observação sobre o modo como foram produzidas, as possíveis intenções de quem as produziu, em que circunstâncias o fizeram e quais as repercussões que tiveram em seu tempo.

Como bem nos adverte Bloch (2001, p. 125), a tarefa do historiador está primeiramente, em lançar mão da compreensão dos valores da época a fim de entender as motivações, as forças internas e externas que conduzem a ação do homem num dado momento histórico, para que desse modo se evite o olhar para o passado com os preconceitos e julgamentos do presente. Michel de Certeau (1982) também nos aponta a necessidade de observar o lugar social (geográfico, institucional e cultural) do indivíduo a fim de identificar as prováveis intenções que o motivaram a produzir o que hoje nos serve como uma fonte histórica, e dessa forma podemos melhor estabelecer uma relação mais compreensiva em relação ao passado observando seus valores e miopias que lhe são inerentes.

Daí o lugar privilegiado em que se encontra o historiador visto que a sua situação de distanciamento daquilo que as fontes anunciam lhe permite enxergar as contradições, permanências e rupturas que as ações individuais e coletivas imprimiram numa época ou num recorte temporal específico. O que também não significa que os aspectos identificados sejam isentos de críticas, já que estamos sempre produzindo narrativas históricas provisórias acerca de determinado evento.

Carlo Ginzburg (2007; 2011) nos alerta sobre a impossibilidade que o historiador tem de acessar completamente o passado e de por isso atentarmos para uma relativização do conceito de prova no sentido de que ela seja entendida enquanto possibilidades, indícios que podem compor uma representação das experiências vividas em determinado momento histórico, assim como, podem exprimir as intencionalidades, ideias, padrões e diferenciações que circularam em um dado contexto. Ainda conforme este historiador: “[...] o objetivo específico desse tipo de pesquisa histórica deveria ser, penso, a reconstrução do

relacionamento (sobre o qual tão pouco sabemos) entre as vidas individuais e os contextos em que elas se desdobram” (GINZBURG, 2011, p. 357).

Conforme nos aponta ainda Gizelle Zanotto (2008), o estudo acerca das ações intelectuais realizadas num contexto sócio histórico específico nos permite ter acesso às reelaborações que homens de uma sociedade teceram sobre questões sociais, filosóficas e políticas de seu tempo. Tal perspectiva auxilia a pensar a ação de Baltazar Diégues e de outros homens que também pensaram a formação do trabalhador no século XIX, como expressões da realidade em que viveram; pensá-los enquanto agentes ativos da sociedade.

Os discursos que trazemos para análise são textos escritos, localizados em periódicos das décadas de 1870-1880. Por se constituírem como textos escritos foi necessário atentar para os aspectos que extrapolam aquilo que está visível ao olhar, justamente, para identificar traços das intenções que os discursos produzidos tinham a finalidade de repercutir. Luiz Filipe Baêta Neves (2006) nos ajuda a pensar a leitura de um texto para além da perspectiva fundamentalista que confere ao escrito uma única significação válida. Um texto produzido em qualquer época recebe as influências, direta ou indiretamente, dos aspectos estruturais da sociedade ao qual é fabricado, bem como, das concepções do autor (que podem estar afinadas ou não com as ideias predominantes de seu tempo). Ao considerar isso, é preciso interpretar o texto conforme os significantes da época em que foi escrito.

Empiricamente, utilizo-me do emprego das técnicas da análise de conteúdo para uma melhor compreensão dos discursos coletados. De acordo com Laurence Bardin (2011), a análise de conteúdo nos ajuda a superar uma “compreensão espontânea” dos documentos na medida em que nos põe em constante diálogo com as fontes a fim de que possamos nos aproximar das intencionalidades e finalidades da produção dessa fonte, voltando assim o olhar para o que se articula em âmbito extratextual. Para a análise da composição do pensamento acerca da defesa para o trabalhador rural no Brasil Império me utilizo das seguintes fontes: matérias publicadas em periódicos da época (1877-1883) e os seguintes textos de Diégues Júnior: *O Programa de Ensino Profissional e Rural* (1877), o artigo *Sobre a Educação Nacional* e demais produções escritas do educador alagoano que tratem da temática.

Seguindo as orientações de Bardin (2011) a coleta e análise da documentação selecionada compreenderam três momentos. O primeiro consistiu na seleção das fontes. As fontes do Baltazar Diégues já haviam sido localizadas e catalogadas durante a produção de minha monografia sobre o educador alagoano. Assim, nesse primeiro momento da presente pesquisa histórica, me detive na localização e organização das matérias contidas em periódicos da época. Para isso foi elencado algumas categorias em que as matérias foram

relacionadas à compreensão sobre o pensamento a respeito da escolarização para o trabalhador rural da época. As categorias utilizadas foram estas: *instrução, agricultura, moralidade pública e trabalho livre*.

O uso dos periódicos como fonte para a pesquisa nos permite tomar contato com as discussões e temáticas que envolviam o cotidiano comum do contexto estudado, possibilitando reconhecer de forma indireta, as tensões políticas, econômicas, relacionadas à moral dispostas naquele tempo. Além disso, podemos observar a importância dada à formação do trabalhador rural enquanto elemento contribuinte para a resolução da crise agrícola, buscando assim identificar traços semelhantes nas publicações jornalísticas que compunham a base de justificação desses discursos.

Posto isso, considera-se aqui o papel político e pedagógico do periódico. Os periódicos no século XIX assumiram um papel político no meio social na medida em que realizaram ora a defesa de interesses e ideologias do grupo detentor de poder econômico, ora divulgaram ideários contrários à ordem social vigente de seu tempo.

A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinemas, casas noturnas, fonógrafos, câmaras fotográficas), a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as 'classes perigosas', a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica, por cujas páginas formularam-se discutiram-se e articularam-se projetos de futuro. (LUCA, 2010, p. 120).

No século XIX o jornal servia como campo de arena para os homens de letras que tinham uma atuação de destaque no cenário político e social do período. Por meio do impresso, discutiam acerca da política, sobre a agricultura, religião, a ordem pública, etc. Pode-se dizer que ao periódico foi conferida juntamente com a função política, uma função educativa, na medida em que divulgavam uma forma de ver o mundo e procuravam fazer a defesa de determinadas concepções para a identidade nacional. Por tais finalidades impostas aos jornais, entendemos a necessidade de manuseá-lo historiando as condições técnicas de produção vigentes e averiguando, dentre tudo que se dispõe, do que foi escolhido e por quê, a fim de identificar as linhas ideológicas filiadas a fonte e suas possíveis intencionalidades no meio social (LUCA, 2010).

Durante o mapeamento da pesquisa foram selecionadas ao todo 51 matérias de quatro jornais alagoanos: *O Século* (14), *O Jornal de Penedo* (04), *Diário das Alagoas* (10), *O Gutemberg* (2) e *O Orbe* (21). Numa segunda etapa, realizamos uma leitura inicial das fontes para conhecimento do teor desses discursos e as organizamos em fichas catalográficas contendo a referência do periódico, resumo e palavras chaves que estão dispostas no Apêndice A. Foi possível separá-las também em algumas categorias específicas: *o trabalho como elemento enobrecedor da condição humana; o trabalho livre associado ao crescimento moral e material da nação; a educação/instrução enquanto prática de regeneração social e o uso da religião como reforçador das intenções de efeito que os discursos queriam atingir*. Por fim, fizemos a análise do material em confronto com a historiografia já produzida sobre os temas que as fontes abordavam a fim de auxiliar na compreensão de suas intencionalidades no Brasil do século XIX.

A escrita dos resultados e reflexões suscitadas buscou alcançar uma relação entre as dimensões históricas micro e macro. Este texto expõe as seguintes etapas: no primeiro capítulo de discussão da pesquisa traço a trajetória intelectual do educador alagoano Balthazar Diégues, a fim de delinear o perfil da sua atuação e representação no cenário sociocultural e político de seu tempo. Para isso, inspiro-me em Michel de Certeau, (1982), organizando a trajetória em três momentos: a posição social e política, os paradigmas que perfazem seu projeto educacional para a Instrução Pública em Alagoas no contexto histórico do Brasil no Segundo Império e, faço uma tipologia de seus escritos, classificando-os e especulando sobre sua repercussão. Aponto as contribuições que seus textos ofereceram à constituição da escolarização na Província de Alagoas, pontuando também as polêmicas acirradas em torno do homem e do seu projeto.

Em seguida, no capítulo três, delimito a composição do panorama a respeito do debate em torno do fim da escravidão e da instituição do trabalho livre no recorte temporal de 1870 até 1880, onde trato sobre as correntes filosóficas do liberalismo e do cientificismo que naquela época sustentavam e orientaram as práticas sociais e políticas. Também abordo a introdução da educação como elemento capaz de garantir a permanência da ordem social mesmo com as transformações que se pretendiam no campo econômico, para tanto trago a luz os discursos dos jornais que permitem visualizar o teor dos debates travados na sociedade sobre a temática. Nesse capítulo também discuto a educação do trabalhador rural requisitada no âmbito do *Congresso Agrícola de Recife*, de 1878 e da associação agrícola de alagoas o *Comício de Quitunde e Jetituba* (1874-1882). Em ambos os espaços, Baltazar Diégues esteve presente elaborando propostas para o ensino rural.

Em seguida, analiso a proposta de ensino rural de Baltazar Diégues. Nele identifico as bases e as intencionalidades que o educador alagoano pretendia inculcar com a oferta de ensino à população rural. É feita a análise acerca dos conteúdos, rotina de estudos e conceitos que perpassaram o pensamento do referido educador no que tange à formação para o trabalho na agricultura. Explano as apreensões sobre a formação do trabalhador rural delineada no século XIX, bem como, as prováveis questões que ainda ficarão para outras pesquisas no campo da Educação Rural.

Por fim, nas considerações finais elaboro um ensaio explicativo e interpretativo sobre as matrizes e repercussões do pensamento liberal do Oitocentos que nortearam os modelos paradigmáticos para a formação do trabalhador rural por intermédio de um projeto de nacionalidade e do qual o alagoano Manoel Balthazar Pereira Diégues Júnior participou defendendo os princípios doutrinários e pragmáticos da “moralidade” e “civilidade” como atributos inalienáveis àquela sociedade que pretendia fosse modernizada.

2 O EDUCADOR MANOEL BALTAZAR PEREIRA DIÉGUES JÚNIOR (1852-1922)

Opinando nas principais discussões sociais do Segundo Império, Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior destacou-se de modo particular por sua atuação no campo educacional. Além de professor em colégios particulares das Províncias de Pernambuco e Alagoas, foi por três vezes diretor da Instrução Pública desta última. Como expresso nas fontes consultadas, ele acumulou ao largo do tempo, a autoridade para tratar de questões referentes ao ensino tecendo orientações voltadas para a necessidade de renovar o ensino primário e a formação docente, o que à época se enquadrava num projeto de modernização do ensino.

Neste capítulo traço uma trajetória intelectual de Baltazar Diégues a fim de que possamos compreender a concepção dele acerca da finalidade do ensino para a época, bem como, identificar em que bases teóricas e ideológicas ele procurou sustentar suas ideias pedagógicas. Entendendo-o como um intelectual do Brasil Império, procuro ainda caracterizar esse termo com base nas leituras de Alonso (2000) e Schueller (2002; 2008) que discutem a atribuição do termo “intelectual” a agentes políticos do Segundo Império. Nesse sentido aproprio-me da concepção de Alonso (2000) quanto ao entendimento de que a partir de 1870 se plasmou no cenário social brasileiro uma intelectualidade cujas ideias influenciaram na condução organizacional da nação brasileira.

As fontes utilizadas para compor esse perfil intelectual do educador alagoano foram algumas biografias já escritas sobre ele como a dos historiadores Barros (2005), Costa (1927), Vaz Filho (1962) e Diégues Júnior (1952); matérias localizadas em periódicos de Alagoas e de Pernambuco que trataram da atuação de Baltazar Diégues no campo educativo e político e os estudos acadêmicos que recentemente vem sendo produzidos acerca do papel dele na escolarização alagoana do Segundo Império.¹⁴

¹⁴ Dentre eles destaco: SANTOS, Izabela C. de M. *Os Propósitos da 'Educação Social' em Diégues Júnior*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, 2014; VILAR, Edna Telma Fonseca Silva; SANTOS, Izabela C. de M. *Manoel Balthazar Pereira Diégues Júnior (1852-1922): a tessitura de uma identidade docente*. In: IV Simpósio Memória, (Auto) Biografia e Documentação Narrativa, 2014; SANTOS, Izabela C.; MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. *O Ensino Rural em Diégues Júnior no Oitocentos: Proposições para o Comércio Agrícola do Quitunde e Jetituba*. In: XVII Congresso de História da Educação do Ceará, 2013.

2.1 Um intelectual do Brasil Império

Devido a atuação e representatividade de Baltazar Diégues no seu tempo, os estudos acadêmicos escritos a respeito do educador lhe identificam como um indivíduo que exerceu o papel de intelectual no seu tempo. O termo "intelectual" pode assumir diferentes significados e conceitos tomando como ponto de análise o contexto sociocultural em que procuramos compreendê-lo. Na tentativa de construir uma representação do que definia a intelectualidade na segunda metade do Brasil Império, partamos de colocações feitas por Augusto Vaz Filho numa espécie de introdução de uma biografia do Baltazar:

Os homens de inteligência que no passado serviram à sua terra e ao seu povo, foram todos eles obreiros desta civilização que trouxe ao mundo novos horizontes de progresso e de saber nos diferentes ângulos das nossas atividades. Não obstante as decepções e dissabores porque as vezes passamos, é forçoso reconhecer que em nosso País e particularmente em cada Estado surgiram homens que, pela inteligência e amor à terra do seu nascimento, muito contribuíram para a grandeza da Pátria comum. (VAZ FILHO, 1869, p.1)

As palavras de Vaz Filho procuraram justificar a escrita de uma biografia sobre Baltazar Diégues a partir da ideia de que ele teria sido um desses "homens de inteligência" que haviam contribuído para o progresso nacional. Voltando-se para a sociedade brasileira do século XIX, em particular após a década de 1870, nos deparamos com a atuação dos homens de letras, a maioria formados nas faculdades de ensino superior existentes no período e, que socializaram discursos dirigidos a fins políticos nacionais.

Outro ponto que devemos considerar é que na referida sociedade a socialização das ideias não era restrita a um determinado grupo social. A imprensa muito favoreceu a circulação de discursos produzidos por indivíduos pertencentes a diversas atividades sociais, como por exemplo, os professores primários. A expressão dessa heterogeneidade no grupo intelectual da época traduzia-se, inclusive, em querelas acerca de confrontos políticos ou filosóficos. Nesse sentido, estar envolvido com os problemas sociais daquele tempo, e mais que isso, ter certa representatividade no cenário social configurava-se numa característica de ser intelectual tomado a época como portador da voz popular.

Nos estudos consultados sobre os intelectuais no Brasil Império (ALONSO, 2009; SCHUELLER, 2002-8; CARVALHO, 2014), além de ser considerada a heterogeneidade da

intelectualidade brasileira, procura-se destacar também a atuação intelectual dentro da esfera política, isto é, inserido da intenção de se pensar formas de organização social. Temos no Segundo Império uma intensa atuação de homens letrados em prol de soluções para as problemáticas que se apresentavam à nação, ao passo em que agiam de forma a favorecer os interesses do grupo político ao qual se filiavam. Nesse sentido, a ação desses intelectuais recaía sobre a estreita relação entre a esfera pública e a privada, além do embate entre ideologias políticas distintas.

Apesar das diferenciações entre os intelectuais do contexto em tela, como poderíamos entendê-los como sendo intelectuais? Alonso nos fornece três categorias que nos permite pensar o caso de atores políticos como pertencentes ao movimento intelectual referente aos anos 1870.

Conforme a análise dessa autora a intelectualidade brasileira poderia ser caracterizada observando-se as seguintes categorias: a *estrutura de oportunidades políticas*, as *comunidades de experiência* e o *repertório*. No que tange ao primeiro aspecto, diz respeito à atuação dos indivíduos em favor de uma determinada organização social do contexto histórico em que esteve inserido. Refere-se à abertura de possibilidades num cenário social para a introdução de ideias e proposições de contestação à ordem imperial ou que procurem atender demandas de um grupo social em específico.

Podemos mencionar como exemplo a crise nos partidos políticos que favoreceu a formulação de novos discursos e perspectivas políticas para a solução dos problemas que afligiam a sociedade. Podemos pensar, por exemplo, na questão da escravidão que repercutiu em inúmeras sugestões e interpretações sobre como conduzir a abolição sem grandes perdas para a economia. Acrescentamos a isso a questão regional, pois, representava o confronto entre interesses de grupos sociais que disputavam importância no poder da ordem imperial.

A segunda categoria tratada por Alonso (2009) diz respeito aos lugares sociais ocupados por esses homens na sociedade da época. Apesar de haver certa liberdade quanto à expressividade de ideias por diferentes agentes sociais no século XIX, é possível localizá-los através dos espaços públicos, institucionais ou não, em que os atores políticos compartilhavam seus discursos como, por exemplo, a imprensa, sociedades científicas e/ou literárias, o Instituto Histórico e Geográfico, cargos públicos, etc. Aqueles indivíduos que se fizeram presentes nesses espaços produziram discursos cuja finalidade era discutir os parâmetros da nacionalidade.

Por fim, e talvez o traço mais interessante da intelectualidade brasileira no contexto em estudo, mas também o mais contraditório, Alonso (2009) nos indica a categoria de

repertório. O repertório corresponde às categorias de análise, as ideias teóricas, ideológicas e políticas com as quais esses homens dialogaram para a produção de seus próprios discursos. A formação dos atores políticos, os livros aos quais tinham acesso, e a leitura de "civildade" a qual eram plasmados formataram as escolhas teóricas desses intelectuais, bem como, o estabelecimento de pontes de diálogo entre os discursos produzidos.

Dentro dessa categoria podemos incluir a apropriação de ideários estrangeiros por parte dos homens de letras brasileiros. A circulação desses ideários e a sua apropriação conduziram de certa forma a ação política dos indivíduos no Brasil Império. Essa apropriação ganhava caráter de releitura visto que eram traduzidas a luz de demandas da realidade nacional. É por isso que algumas das teorias estrangeiras foram traduzidas em linhas que podem ser consideradas contraditórias, mas que na verdade procuravam se adequar as expectativas dos projetos nacionais delineados pelos atores políticos brasileiros.

Em todo caso, eram ideias compartilhadas entre os contemporâneos daquela época e que influenciaram na condução das tomadas de decisões políticas. Os periódicos nos auxiliam a observar na movimentação dos homens de letras do Segundo Reinado a presença desses três aspectos, pois, retratam os posicionamentos distanciados ou aproximados pelas ideologias que justificava e compunha todo o *corpus* que direcionava os debates promovidos entre a elite intelectual do período. Estar envolvido com essas articulações que pensavam medidas para o desenvolvimento moral e material da sociedade brasileira era ocupar na época o lugar de intelectual ou mesmo intelectual da cidade como assim denomina Schueller (2008).

As considerações expostas nos ajudam a pensar a experiência social dos indivíduos no século XIX, compreendendo que as ações e ideias identificadas nos discursos da época repercutiram uma relação interativa entre o indivíduo e as forças políticas e culturais que moviam a sociedade em que estava localizado. Nessa direção a exposição da trajetória de Baltazar nos auxiliará a entender sua atuação enquanto inserida no contexto da intelectualidade da Província brasileira e alagoana. As relações de poder e sociais que estabeleceu, indica-nos a que tipo de expressão social obteve na época.

2.2 O educador e gestor da Instrução Pública na Província de Alagoas

Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior viveu no período de 1852 a 1922. Atravessou, portanto, os intensos debates sociopolíticos do seu tempo como as questões

acerca do trabalho livre, da escolarização popular, e os padrões de nacionalidade. Ele não só presenciou esses debates como também esteve engajado diretamente com algumas das causas levantadas no período como, por exemplo, o abolicionismo, discursos históricos¹⁵, a agricultura¹⁶ e a organização da Instrução Pública. Ocupou assim uma posição de destaque no seleto grupo da elite intelectual¹⁷ da Província das Alagoas nos anos 1870.

Filho de uma família de recursos para o período, Baltazar Diégues recebera uma formação acadêmica típica dos jovens da elite. Os primeiros ensinamentos ocorreram no ambiente familiar e, posteriormente, prosseguiu esses estudos na escola primária do professor João Simplício da Silva. Depois, ingressou no Liceu Alagoano para fazer o secundário, instituição para a qual regressaria anos depois na condição docente da cadeira de Geografia e Cosmografia. Em 1869 matricula-se no Curso Normal onde optou por cursar no primeiro ano disciplinas pedagógicas e no segundo ano disciplinas afins com o campo jurídico. Ao concluir o Curso Normal transferiu-se para a cidade de Recife para cursar o bacharelado na Faculdade de Direito daquela cidade (VAZ FILHO, 1862; BARROS, 2005).

Ao lado da Faculdade de São Paulo, a Faculdade de Recife foi responsável pela formação do pensamento intelectual do Brasil Império. No interior dessas duas instituições foram delineadas as matrizes com as quais os intelectuais da época discutiram acerca da identidade nacional. A existência de poucas escolas de ensino superior na época, somada a presença de uma minoria nesses espaços, contribuiu para a constituição de uma “ilha de letrados” portadores de um conjunto comum de conhecimentos que concorriam para uma relativa padronização na forma de pensar e agir em se tratando da organização da vida social no Segundo Império (CARVALHO, 2014, p.65).

¹⁵ A respeito da produção historiográfica de Baltazar Diégues tivemos contato com textos em que a temática envolvia a escrita da História Nacional. Dentre eles citamos *A Descoberta do Brasil*, de 1899, onde argumenta a verdadeira data em que os portugueses teriam desembarcados no Brasil, está disponível no *Jornal das Alagoas* de 27 de abril de 1921 e *Notícia histórica dos nossos antepassados, desde o período colonial até a proclamação da república*, de 1902. Este último publicado no Indicador Geral do Estado de Alagoas encontra-se disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Além disso, ofereceu conferências pública que abordavam a área Histórica. Vale ressaltar que na época o discurso historiográfico mantinha uma relação direta com o pensar visões sobre o Brasil.

¹⁶ Com a presença no Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba e no Congresso Agrícola do Recife, conforme visto no capítulo anterior.

¹⁷ O conceito que emprego aqui para “elite intelectual” foi apropriado das discussões tecidas por José Murilo de Carvalho em *A construção da ordem*. Nesse sentido, o termo abrange o grupo de homens de letras que durante o Brasil Império estiveram em defesa pública de ideias para o desenvolvimento de suas respectivas províncias e mesmo do país. Constituem um grupo seleto por serem em sua maioria indivíduo de recursos econômicos e terem uma formação superior, algo destinado a uma pequena parte da população da época. Além disso, esses homens em seus discursos (muitos deles publicizados em periódicos da época) se colocavam como representantes do povo, defendendo ao mesmo tempo interesses ideológicos dos grupos políticos aos quais estavam filiados.

O repertório de ideias¹⁸ apropriado por esses homens durante a formação superior, possivelmente, corroborou para certa equivalência nas propostas que posteriormente eles anunciaram no cenário social. O positivismo de Comte, o cientificismo de Herbert Spencer e outros, aclamados no interior da faculdade de Recife, moldaram o pensamento intelectual de seus alunos. Nas propostas educacionais de Baltazar Diégues, por exemplo, Spencer era uma das bases teóricas. Se por vezes apresentavam divergências em seus discursos, os intelectuais do Império mantinham entre si uma linha de pensamento que concorria para a promoção de ideias com fins semelhantes.

Enquanto frequentava o curso superior Baltazar Diégues deu início ao exercício do magistério em instituições de ensino particulares do Recife. Lecionou as disciplinas de História e Geografia no Colégio Santa Genoveva, e posteriormente Língua Portuguesa no Colégio Dois de Dezembro. Neste último estabelecimento ocupou ainda o cargo de vice-diretor e conduziu um curso de Literatura. Também para os alunos do Colégio Dois de Dezembro elaborou seus primeiros compêndios didáticos que foram reeditados posteriormente em Maceió, foram eles: “Curso de Língua Nacional: gramática elementar” (1876) e “Curso de Língua Nacional: teoria das proposições” (1876 em Recife e 1896 em Maceió)¹⁹. As biografias consultadas não especificam as datas em que Baltazar permaneceu em cada instituição, entretanto, a probabilidade é que a presença dele em instituições escolares do Recife deu-se na temporalidade de 1870-1878.

Nessa primeira passagem por Recife Baltazar Diégues foi construindo uma imagem pública associada à preocupação com o melhoramento do ensino. Na introdução de “Curso de Língua Nacional”, ele anunciava que uma de suas intencionalidades era oferecer ao alunado a organização de um compêndio conciso e ao mesmo tempo prático que conduzisse o aprendizado sem excessos. Este ponto, o da praticidade no ensino, foi uma das bases nas quais o educador alagoano formulou suas apreensões sobre a escolarização.

A presença de Baltazar Diégues em instituições de ensino do Recife tomou prosseguimento com a sua nomeação para o cargo de diretor da Escola Filotécnica de Pernambuco²⁰ no ano de 1877. Não obtive notícias sobre até que data ele permaneceu na diretoria desta escola, mas provavelmente, ali foi o espaço no qual ele pode pôr em prática uma sistematização didática do ensino compatível com a que esboçou para a formação do trabalhador rural. Algumas das aproximações entre a proposta dessa instituição com o

¹⁸ ALONSO (2002).

¹⁹ Ambas as obras podem ser acessadas no site do Grupo de Pesquisa e Estudo História da Educação, Cultura e Literatura (link: Obras Transcritas): <http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/gepheel/>.

²⁰ Instituição de ensino para meninos na cidade do Recife destinado a aprendizagem intelectual, moral e física.

programa de ensino profissional e rural elaborado por ele (no mesmo ano) serão melhores discutidas mais adiante quando nos focarmos na análise dos textos do educador que versam sobre as proposições para o ensino rural.

O educador regressou à Maceió aproximadamente nos anos 1880. Tornou-se diretor literário do Colégio Bom Jesus dirigido pelo seu amigo do Curso Normal Francisco Domingues da Silva. Destinado ao público masculino, o Colégio Bom Jesus²¹ foi um dos principais estabelecimentos de ensino particulares da Província de Alagoas e, de acordo com algumas notas jornalísticas da época, seria superado apenas pelo Liceu de Maceió. Nele foram formados alguns dos poetas e futuros administradores da Província e do Império, como José Fernandes de Barros Lima (1868-1938)²².

Era comum certa disputa entre os colégios particulares na época. O principal “rival” do Colégio Bom Jesus era o Colégio Sete de Setembro. Em publicações dos periódicos é possível encontrar notas e anúncios de ambas as instituições procurando se auto afirmar como a que melhor se afinava com os métodos modernos de ensino. Uma dessas rivalidades aconteceu quando na introdução das conferências populares²³ em Maceió. Em 1882, o Colégio Bom Jesus anunciava em periódico local que realizaria a primeira conferência pública da Província alagoana. A conferência foi proferida pelo próprio Baltazar Diégues cujo tema foi *Liberdade de Ensino* (1882). No mesmo período o Colégio Sete de Setembro anunciou nos jornais a realização de uma conferência dizendo tratar-se da primeira no caráter popular realizada na Província. A ideia geral no fundo era a mesma, apesar de que o colégio dirigido por Baltazar não a intitulava como “popular” como fazia o Sete de Setembro. A marca de disputa entre os colégios se fazia nos próprios temas das conferências ofertadas no interior de cada uma delas, como se observa no quadro abaixo.

²¹ O Colégio Bom Jesus foi criado no ano de 1872 por Francisco Domingues da Silva. Por iniciativa de seus diretores foram organizados vários periódicos estudantis como, por exemplo, *O Dever* (1887), *Eco Colegial* (1885), *A Escola* (1882).

²² Fernandes Lima foi um político do período da Primeira República brasileira, ocupando os cargos de governador, senador e deputado. Além disso, também atuou como jornalista e advogado. Quando jovem escreveu poesias, gênero no qual publicou a obra *Devaneios escolares* (1884) que contou com prefácio escrito por Baltazar Diégues.

²³As conferências populares se diferenciavam das pedagógicas – que se dirigiam especificamente ao professorado – por objetivarem divulgar as ideias científicas ao público em geral da sociedade. Tratava-se da realização de reuniões de pessoas interessadas em discutir assuntos atuais para a época, e que de certo modo estavam direcionados diretamente a melhoria da instrução pública, como o debate sobre a educação da mulher, a liberdade de ensino ou o ensino superior (BASTOS, 2007, p. 1). Os debates ocorridos nas conferências populares seguiam um propósito de enfrentar o atraso mental da população brasileira, a fim de difundir “as luzes” aqueles que se encontravam desprovidos dela. A visibilidade dessas conferências se deu a partir da década de 1870 na capital do império na freguesia da Glória, por iniciativa de Manoel Francisco Correia e posteriormente foi sendo copiadas em outras Províncias do Brasil Império (CARULA, 2007).

Quadro 1 – Conferências Populares realizadas na Província de Alagoas

Data	Assunto da conferência	Palestrante	Local
06 de agosto de 1882	A Liberdade de Ensino	Manuel B. P. Diégues Júnior	Colégio Bom Jesus
-	A educação da mulher	Adriano Jorge	Colégio Bom Jesus
1º de outubro de 1882	A origem do homem	João Lins Carneiro de Albuquerque	Colégio Bom Jesus
24 de outubro de 1882	O homem perante a história natural	Dias Cabral	Colégio Sete de Setembro
12 de novembro de 1882	O descobrimento do Brasil	Adriano Jorge	Colégio Bom Jesus
11 de novembro de 1882	O Espírito e a Matéria	Guido Duarte	Colégio Sete de Setembro
08 de abril de 1883	A descoberta da América	Manuel B. P. Diégues Júnior	Colégio Bom Jesus
06 de maio de 1883	Deus, a alma humana e sua imortalidade	Sipião Jucá	Colégio Bom Jesus

Fonte: SANTOS, 2016.

Note-se que as conferências oferecidas pelo Bom Jesus traziam um conteúdo mais conservador, isto é, temas que não causavam uma resposta negativa do público. Já o Sete de Setembro abordou questões que tocavam diretamente nas crenças da população, isso lhe rendeu, por exemplo, críticas intensas quando na discussão sobre o darwinismo (O ORBE, 1882; DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1882)²⁴.

Esse traço do Bom Jesus demarca o perfil conservador de seus dirigentes, até mesmo pelo fato de que tinham que adquirir o respeito e credibilidade dos pais dos alunos a fim de garantir tanto a permanência quanto o egresso de alunos na instituição. Além disso, demonstra também uma característica inicial da atuação de Baltazar Diégues no cenário sociocultural daquele período, o de adentrar em discussões e temáticas que se mostravam ser de interesse geral para o desenvolvimento da nação e com um teor conservador.

Em 1885, Baltazar Diégues foi eleito Diretor da Instrução Pública de Alagoas, permanecendo no cargo até 1887, quando foi exonerado do cargo por divergências políticas²⁵

²⁴ Quando Dias Cabral realizou a conferência “o homem perante a história natural”, ocupou-se em divulgar a questão do evolucionismo e do darwinismo social como teorias aceitáveis para a compreensão do progresso da humanidade. A tese do autor gerou várias críticas na época porque entrava em confronto com as teses do cristianismo.

²⁵ A demissão de Baltazar da diretoria da Instrução Pública de Alagoas causou certo reboliço entre a elite intelectual do período. Isso pode ser observado nas publicações de dois jornais que circulavam à época, o *Orbe* e

com o então Presidente da Província Moreira Alves. Ainda no ano de 1882, Baltazar é nomeado secretário do Liceu de Artes e Ofícios. Esta instituição de ensino tinha por finalidade a difusão das artes para o exercício de ofícios manuais numa proposta de formação profissional (SILVA, 2010). Diferentemente do Liceu de Maceió, ou provincial, onde ocorria a formação dos jovens pertencentes à elite da Província alagoana, as intenções da criação de um Liceu de Artes e Ofícios era instruir os jovens da classe popular, órfãos e as meninas que se encontravam em estado de vulnerabilidade.

Na Província de Alagoas o Liceu de Artes e Ofícios começou a funcionar no ano de 1884 num espaço anexo ao Liceu de Maceió. Apesar de ter sido criada por iniciativa do Presidente da Província, Henrique de Magalhães Sales, não era uma instituição pública visto que recebia apoio financeiro da Sociedade Protetora da Instrução Popular. Seu primeiro diretor foi João Dias Cabral. Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior foi um dos que apoiaram desde o começo a ideia para a instalação da escola na Província de Alagoas. (CATÁLOGO DE FONTES JORNALISTAS DE ALAGOAS). De acordo com Germano e Silva (2008), para a instalação do anexo foram necessárias doações do Poder Imperial e de sociedades autônomas como a Sociedade de Instrução Popular. A iniciativa de criação de uma instituição destinada à formação direta da classe popular compartilhava da intenção em alastrar a instrução na sociedade.

No curto período de tempo em que permaneceu à frente da diretoria do ensino público alagoano Baltazar Diégues preocupou-se em adotar medidas que concorressem para uma renovação da escolarização na Província. Entre essas medidas podemos destacar a sua contribuição para a realização da primeira Conferência Pedagógica (ou Conferência dos Professores, os dois nomes foram usados para se referir as reuniões ocorridas nesse evento) em Alagoas no ano de 1886, entre os dias 29 de março e 03 de abril.

No decorrer dos seis dias em que aconteceu o evento houve leituras de trabalhos escritos por professores e professoras da Província que apontavam as problemáticas da Instrução Pública na época. As atas e alguns dos trabalhos que foram lidos durante a conferência foram publicados no jornal *O Orbe* e, nessas publicações podemos observar que os principais temas tratados foram: o melhoramento do ensino público, as escolas mistas e a

o *Diário das Alagoas*. O primeiro criticava o ato do presidente por não haver motivos visíveis para sua realização; já o *Diário das Alagoas*, que era o órgão periódico oficial da Província, expressou apoio a exoneração do educador e apontando motivos para que respondiam a indagação geral. O que na verdade ocorreu, segundo publicação do próprio Baltazar Diégues no *Orbe*, foi que Moreira Alves não quis aceitar a indicação dele para o substituto do professor da cadeira de língua portuguesa no Liceu de Maceió e, como tal decisão era de responsabilidade do diretor da Instrução Pública Baltazar sentiu-se ofendido e em ofício ao Presidente da Província solicitou sua exoneração caso o seu indicado não fosse ocupar a vaga no Liceu. Moreira Alves permaneceu com sua posição inicial e demitiu Baltazar do Cargo. (SANTOS, 2014).

instituição de uma carreira docente. Esse último ponto, aliás, esteve presente durante toda atuação de Baltazar Diégues voltada para o desenvolvimento do ensino alagoano. Para ele, o progresso da escolarização nacional somente aconteceria quando na valorização do docente. No discurso proferido por Baltazar durante a abertura do evento ele afirmou isso da seguinte forma:

Meus senhores. Ha cerca de 14 annos tenho dedicado o melhor de minha actividade á causa da educação, eminentemente civilisadora e preponderante neste seculo. Ao começar meo tirocínio, antes impellido pela necessidade que não por apostolado comprehendí que o sublime exercício do magistério, tal como era exercido, estava em manifesta contradicção com o progresso das idéas, em antagonismo completo com os fins elevados que elle se propõe realisar. O typo severo do mestre velho não podia aviventar a actividade dos espíritos infantis, que se revelão somente entre as doces agitações da jovialidade. Tornando para o facto vistas observadoras, examinando a processão da histórica da educação da infância, convenci-me de que havia uma revolução inteira a operar; estamos em grande retardamento e sob a influencia de costumes que produzem resistências de difficil acceso. (BALTAZAR DIÉGUES, 1886, p.1).

A revolução da qual se referia Baltazar Diégues dizia respeito ao movimento em favor da “renovação da educação popular” que tinha na mudança da formação do professorado seu ponto de iniciação. Essa mudança estaria no lançamento de um novo olhar para a infância, mas também na concepção de que o professor para realizar bem seu trabalho teria que estar respaldado tanto por conhecimentos modernos, como também, com a consolidação de uma carreira docente que até então não existia. A questão de qual método deveria ser empregado nas escolas também foi alvo de discussão na conferência.

Essa preocupação quanto a uma reforma na formação do professor alagoano acompanhou a atuação de Baltazar Diégues quando retornou à diretoria da Instrução Pública alagoana em 1888, permanecendo no cargo até 1889. Nesse período ele elabora, em solicitação do Presidente da Província, uma consolidação das leis da Instrução Pública. Em 1889, esta compilação foi publicada em livro. O intuito desta compilação era o de pensar a legislação escolar e a partir dela operar o início da renovação do ensino alagoano. Lembremos que Baltazar Diégues pertencia a uma época em que introduzir determinadas diretrizes em legislações representava a legitimação de que alguma mudança já estava em curso, mesmo que na prática ocorresse o contrário.

Além disso, a formação jurídica da qual provinha a maioria dos educadores de destaque no Brasil Império, provavelmente, também corroborou para a construção da ideia de

que a estrutura de uma base legal principiaria a organização de uma transformação no curso da organização escolar. Tomando sempre como norte a sua concepção de que era necessária uma renovação na formação do professorado, Baltazar Diégues continuou a apoiar medidas que se relacionavam diretamente com esta finalidade. Temos como exemplo disso a sua colaboração na produção do periódico *O Magistério*²⁶ e o *Pedagogium*²⁷ alagoano, que depois se transformaria na *Revista de Ensino* alagoana.

Essas duas publicações levaram ao professorado primário um vasto conteúdo acerca de discussões sobre a finalidade do ensino moderno, métodos de ensino, orientações de como deveria ser conduzida uma aula e artigos sobre temáticas das áreas de conhecimento que seriam lecionadas na escola. Parte dos textos publicados nessa imprensa pedagógica eram escritos por professores (as) públicos da Província de Alagoas, seja na defesa por um determinado método de ensino ou ainda com poesias e textos de reflexões sobre a instrução e o fazer docente.

No Relatório da Instrução Pública de 1892²⁸, Baltazar Diégues reafirmava suas convicções sobre a urgência, para a época, de se destinar um olhar mais atento e responsável para a formação docente e a condição social do professor no Brasil Império. Segundo ele:

Para que a instrução primaria corresponda aos fins que se tem em vista, e dê resultados compensadores do dispendio que consta ao Estado, julgo indispensavel:

- 1.º Preparar bons mestres, que o sejam não só pelas habilitações, como ainda e sobretudo pela vocação, zelo e abnegação.
- 2.º Adoptar bons methodos, pelos quaes se consiga rapido adiantamento, e mais que isto uma instrução solida e segura, capaz de ser utilizada pelos alumnos nas diferentes profissões a que se dedicarem, rompendo com o systema condemnado de encher a memoria das creanças de palavras cujo sentido não entendem, a começar pela leitura que papagueiam sem lhe comprehender o pensamento.
- 3.º Prover as escolas de mobilia e meterial technico que facilite a disciplina e os exercicios escolares, e auxilie a comprehensão das materias de ensino.
- 4.º Tornar obrigatoria a frequencia da escola primaria, o que é de facil execução, temperando-se a energia com a moderação e uma fiscalização assidua.
- 5.º Finalmente dar aos mestres remuneração que os ponha a salvo das mais urgentes necessidades, e garantias que lhes dem prestigio perante a sociedade. Uma das mais urgentes medidas a tomar é a inamovibilidade que assegura ao professor a

²⁶ O Magistério foi um jornal do Instituto dos Professores Primários da Província alagoana criado em 1887 com publicação quinzenal.

²⁷ Esta instituição foi criada em várias províncias brasileiras à modelo do estabelecimento criado na corte em 1890 por Benjamin Constant. Conforme Gondra (1997) o *Pedagogium* se configurava como um estabelecimento de ensino profissional para professores, e buscava trazer ao conhecimento dos professores imperiais os avanços da Instrução Pública alcançado em países de referência, bem como a exposição de métodos de ensino modernos para o aperfeiçoamento da prática docente. Seria algo aproximado do que hoje é proposto pelos encontros acadêmicos e a formação continuada dos professores. Em Alagoas foi instalado no ano de 1891 com publicação quinzenal da *Revista de Ensino*.

²⁸ Dos outros periódicos em que esteve à frente da direção da Instrução Pública alagoano não tive acesso aos relatórios que geralmente eram escritos pelos ocupantes deste cargo. Somente o de 1892 foi possível localizar.

permanencia na cadeira que lhe foi dada. A certeza da possibilidade de remoção cria na localidade circunstâncias que forçam muitas vezes a directoria e o governo a fazerem remoções contra seus intuitos. (BALTAZAR DIÉGUES, 1892, p. 8).

Baltazar Diégues demonstra nas suas falas e pronunciamentos uma visão crítica sobre a organização que a Instrução Pública tomava à época, conferindo ao Poder Público um papel central para que pudesse ser iniciada alguma mudança no rumo do ensino público. Caberia ao poder público, por exemplo, a oferta de melhores condições, material e intelectualmente para o professor realizar seu ofício, inquietações levantadas pelo educador que permanecem ainda nos dias atuais na pauta de discussão da profissionalização da carreira docente.

O discurso de Baltazar Diégues não era uma exceção à regra se, por exemplo, formos observar a atuação de educadores da época, como Tomaz do Bomfim Espíndola, Dias Cabral, Antônio Miranda e outros. Entre esses homens era compartilhada a necessidade de se investir no desenvolvimento da Instrução Pública do período, como também, na ideia de que tal investimento era o primeiro passo para atingir o grau de “civilidade” almejado pela nação.

As proposições de Baltazar Diégues para a melhoria da escolarização alagoana conduziam um discurso usual da época a respeito da Instrução popular como forma de garantir a conservação da ordem e da instituição de uma moralidade pública. O destaque posterior que lhe fora conferido, como um dos grandes educadores da província pode ser entendido como uma consequência dessa ativa posição social e política ocupada por ele. Podemos dizer que ele foi alguém com uma trajetória formativa e política de ascensão no Brasil Império. Apesar do envolvimento com algumas querelas políticas, parte delas por conta de seus posicionamentos a respeito do que entendia como modernidade do ensino, ele nunca foi relegado ao esquecimento.

As idas e retornos à Diretoria da Instrução Pública podem comprovar um pouco disso. A posição e representação social dele contribuiu também para um obscurecimento de outros educadores que porventura se engajaram na causa da Instrução Pública, como o de Francisco Domingues da Silva²⁹, que esteve ao lado de Baltazar em todas as suas ações para a

²⁹ Diégues Júnior, filho de Baltazar, ao traçar uma biografia de Francisco Domingues aponta essa questão. Não afeito a apresentação pública, Domingues trabalhou no silêncio, e ao que indica Diégues Júnior, seu pai recebeu a glória por trabalhos que tiveram um esforço maior do seu amigo. Segundo Barros (2005), Francisco Domingues nasceu em 1847 e faleceu no ano de 1918. Além de professor, foi jornalista e deputado estadual. Iniciou os estudos em sua terra natal, tendo prosseguido no Seminário de Olinda e, depois de terminado o curso, regressou a Alagoas. Foi vice-diretor do Colégio São Domingos e fundador, em 1872, e diretor do Colégio Bom Jesus, em Maceió e um dos criadores da Sociedade Libertadora Alagoana. No Colégio Bom Jesus criou a Escola Central, onde os filhos dos escravos eram educados. Foi defensor dos ideais republicanos, tendo criado clubes

renovação do ensino, mas não vemos seu nome mencionado com tanto afinco como o do próprio Baltazar, e por vezes não sabemos até que ponto, na prática, qual dos dois teria participação significativa nas atividades em que estiveram envolvidos.

Assim como Baltazar Diégues alguns poucos tiveram expressividade na organização da escolarização no Brasil Império. Mesmo sendo a imprensa um meio de comunicação relativamente aberto a opiniões diversas na época, destacavam-se uma minoria que estabelecia uma relação mais estreita com a ordem política vigente. A parte disso, devido a sua posição política, Baltazar teve uma importância no campo educativo na medida em que promoveu o alargamento da discussão sobre a renovação do ensino e, principalmente, sobre a necessidade do investimento na formação docente.

A relação de Baltazar Diégues com os partidos políticos sofreu mudanças na transição da Monarquia para a República e por vezes era a mistura de ideologias em teoria opostas que se combinavam no seu pensamento social e educativo. Enquanto pertencia ao partido conservador, apresentou ideias relativas ao campo educativo com teor liberal. Ao fim do Império brasileiro identificamos já nele uma defesa de que ensino deveria concorrer para a instituição da república no país. Colocando sempre a Instrução Pública como centro, o que podemos observar é que para o intelectual alagoano o que estava em jogo era a procura pela ordenação da sociedade, a garantia de que os indivíduos, seja em qual fosse à organização política da nação, estivessem sujeitos aos valores morais e ideológicos que era apregoado na sociedade pelo grupo intelectual.

Outro ponto que perpassa a atuação de Baltazar Diégues no Brasil Império foi a sua filiação a algumas associações de caráter filantrópico criadas no Brasil Império. A participação do educador nessas associações marca a sua inserção nos debates urgentes daquela sociedade. Como elo entre essas comunidades estava a ideia de servirem como incentivo para pensar o desenvolvimento moral e econômico das províncias.

Dentre as associações que Baltazar Diégues esteve associado destacamos: a Sociedade Libertadora alagoana; a Sociedade de Instrução Popular; Sociedade Auxiliadora de Agricultura; O Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba e o Instituto Histórico de Alagoas. Nessas associações as discussões sobre temáticas específicas concorriam também para o pensamento em torno da identidade nacional ou do que a sociedade brasileira precisava para obter um crescimento moral e econômico. Em pelo menos duas delas Baltazar Diégues

para defesa dessa posição, e por isto recebeu a patente de coronel honorário. Assumiu o cargo de Diretor da Instrução Pública e Administrador dos Correios, em Alagoas -- entre 1892 e 1908 -- e no Pará. Dirigiu, em 1887, juntamente com Diégues Junior, a revista *O Magistério*, e, mais tarde, com Inácio da Cunha Costa e Joaquim Inácio Loureiro a *Revista do Ensino*.

enfaticou o ensino rural como medida viável para garantir a transição para o trabalho livre de modo a não prejudicar os interesses dos proprietários de terra.

Essas redes de sociabilidades estabelecidas entre esses indivíduos demarcavam uma interdependência entre público e privado, pois discutiam questões que eram de interesse geral, mas o pensavam a partir de interesses privados compartilhados entre pares (GONDRA & SCHUELLER, 2008, p. 68). Conforme nos informa Alonso (2009), essas comunidades de experiências acabavam também por legitimar os espaços próprios para a discussão dos problemas da província, atuando assim na confirmação de uma pequena elite que se sentia capacitada para pensar e agir sobre esses problemas. Adentrar nesses espaços representava atuar numa posição de destaque e privilégio no cenário público da época.

A instrução popular, colocada como um dos problemas urgentes da província ocupava um lugar central nas discussões ocorridas nesses espaços públicos. As temáticas que circundavam essas sociedades delineavam também uma visão sobre um ideário de identidade nacional, ao mesmo tempo em que procurava apontar os meios pelos quais a sociedade deveria atuar para imprimir uma cultura que atendessem ao esperado. Nesse sentido, propor projetos de escolarização estava diretamente relacionado com as formas de identidade nacional que estavam sendo gestadas. Baltazar Diégues como homem de atuação representativa nos diálogos que abarcavam a sociedade do Brasil Império, colocou a instrução pública, de forma constante, no seu ideal de modernização e “civilização” social.

Diante desse traçado da trajetória de Baltazar Diégues podemos inseri-lo no rol da elite intelectual alagoana do período, tanto pela observância dos lugares sociais ocupados por ele, mas, principalmente, pela expressividade de seus discursos e ações no que tange a organização da escolarização pública. Enquanto educador ele pensou a situação da Instrução Pública inserida na problemática social na medida em que reclamava investimentos para a área e também colocava o ensino como promotor do progresso nacional. As preocupações quanto à formação docente tocavam diretamente na relação que o Poder Público estabelecia com a área educacional. Soma-se a isso o reconhecimento por seus pares e biógrafos, mesmo que encobertos das limitações de seu tempo, como sendo um indivíduo que teria contribuído para o delineamento de um projeto nacional.

Baltazar atuou como representante dos problemas sociais, ocupando boa parte de seu tempo em propor medidas voltadas para o ideário de construção de uma sociedade moderna e civilizada. Não foi diferente quando na elaboração do programa de ensino para o trabalhador rural. Nele podemos identificar a sistematização das proposições tecidas pelo educador, dentre elas a relação entre a utilidade do ensino e a moralidade.

Provavelmente, o fato de pertencer a uma família com recursos e posição social privilegiada, econômica e politicamente, contribuiu para que suas propostas tivessem visibilidade. Apesar de não serem propostas destoantes do que pretendiam os contemporâneos de Baltazar, com a extensão do ensino primário Baltazar possuía as oportunidades para se apresentar enquanto um interlocutor das novidades que acreditava serem necessárias para a melhoria da Instrução Pública.

É interessante pontuar também que Baltazar teve uma expressividade não só no campo da educação, mas em outras áreas como a Historiografia e da Geografia, áreas nas quais se debruçou sobre as temáticas da História do Brasil e Alagoana. Concomitante a tomada dessas posições exerceu a advocacia mantendo um escritório em Maceió, lugar também destinado ao ensino de matérias para o exame preparatório.

Essas facetas da atuação de Baltazar no Brasil Império e na Província de Alagoas nos permitem vê-lo como alguém que teve influência nas tomadas de decisões políticas da Província alagoana. Juntamente com contemporâneos que ocuparam na época uma posição semelhante na sociedade, a exemplo de Tavares Bastos, Tomaz Espíndola, Joaquim de Araújo, Antonio Miranda e outros; propôs e deliberou sobre temas e questões que se destacavam enquanto urgências para a “civilização” da nação brasileira. Em particular, no espaço da escolarização alagoana projetou diretrizes que pretendiam dar respostas imediatas as aspirações nacionais, bem como, atender ideologias políticas as quais se filiava.

Exemplo disso é a proposta para o ensino rural. Escrito em 1877, no ano de conclusão do curso de Direito e após as primeiras experiências no magistério primário, o programa demarca as intencionalidades da educação social pensada por Baltazar, bem como, expressa a defesa pela formação da força de trabalho nacional em oposição à introdução dos imigrantes no país. Com as orientações elencadas pelo educador nesse programa de ensino é possível apreender o modo pelo qual ele sistematizava a ideia da função da Instrução Pública no período, observando-se a íntima relação que mantém a finalidade do ensino para o trabalhador rural e a questão da problemática agrícola no Segundo Império.

2.3 Divergência de concepção pedagógica

Não foi somente a demissão de Baltazar Diégues que lhe rendeu discordâncias no cenário público na Província de Alagoas. As ideias pedagógicas por ele defendidas também causaram rejeições, principalmente, por serem colocadas num tom que desconsiderava aquilo

que até então era realizado no ensino alagoano. Podemos apontar que o mais ofendido pelas proposições pedagógicas de Baltazar foi o professor Joaquim José de Araújo, que ocupava a cadeira de Pedagogia na Escola Normal de Maceió.

Baltazar Diégues teceu duras críticas ao tipo de saber que circulava a época na Escola Normal. Acusava-o de ser ultrapassado e incompatível com o modelo de educação moderna que pretendia imprimir na Província. Tais concepções atingiram diretamente à Joaquim de Araújo por ser ele o responsável pelo currículo pedagógico na Escola Normal. Uma das divergências surgidas entre eles e esmiuçadas nas páginas dos jornais teve relação com as perspectivas teóricas defendidas por cada um.

Baltazar fazia recomendações de que as orientações pedagógicas oferecidas ao professorado primário tivessem como base as proposições do educador francês Célestin Hippeau³⁰. Na época o principal orientador teórico para a prática docente era outro francês chamado Daligault, considerado por Baltazar como um dos atrasos para o conhecimento das modernas técnicas de ensino. Joaquim de Araújo havia elaborado um compêndio didático destinado aos professores totalmente baseado na proposta pedagógica de Daligault, portanto, via nas colocações de Baltazar uma afronta direta. Em resposta ao descontentamento de Araújo sobre suas concepções pedagógicas, Baltazar Diégues escreveu no jornal *O Orbe* um artigo em que reforçou suas proposições. Procurou esclarecer que a sua intenção não era ofender ao professor Araújo, nem a nenhum outro da Escola Normal, mas, o de reformar as bases da Instrução Pública. Baltazar expõe as mazelas existentes na instituição e que constituíam um entrave para a formação docente:

Ninguém contesta que nossos professores entram para o magistério completamente ignorantes do novo methodo que vai pelos progressos do ensino, e não é muito que assim aconteça entre nós quando de igual modo descreve Hippeau na França a instrucção publica em 1869.

Um conjuncto de causas concorre para isso e de certo nunca imaginei que fosse entre ellas a falta de aptidões do illustre professor de Pedagogia, nem dos dignos professores das Escolas praticas.

[...]

Seria uma calunia a sciencia dizer que nossa Escola normal attingiuá desejada perfeição e que nella se dá aos alumnos mestres o preparo que tem siquer os de

³⁰CélestinHippeau foi um professor de escolas e faculdades da França. Autor de várias obras no campo da educação, como “L’éducation et l’instrucccion considérées dans leurrapporavec le bien-être social et leperfectionnement de l’esprithuman” (1885). Escreveu artigos para os jornais relativos à Instrução Pública e a Literatura. Em 1868 foi encarregado de organizar o ensino secundário feminino de Paris, juntamente com sua esposa Eugéne Hippeau. Além das obras, a partir de 1870 publicou uma série de relatórios acerca da organização do ensino em diversos países, europeus e americanos, com o intuito de contribuir para uma reforma do sistema de ensino público francês. Esses relatórios foram lidos e comentados pela intelectualidade brasileira oitocentista devido ao seu conteúdo marcado por uma perspectiva moderna do ensino.

nossa vizinha do Rio da Prata; como igualmente reputo calúnia á sciencia dizer que é sufficiente para o ensino normal o compendio de Daligault ou outro qualquer onde não se acha explicitado o ensino intuitivo, onde no ensino de língua nacional não se recommendam os exercícos de composição, e sobre tudo onde se diz que CONSTITUIR O METHODO INTUITIVO PRINCIPIO FUNDAMENTAL E ESSENCIAL DE TODO O SYSTEMA DE INSTRUÇÃO É EXAGGERAR DEMAIS O VALOR DESSE METHODO!... (BALTAZAR DIÉGUES, 1886, p.2).

Note-se que Baltazar Diégues se posicionava contra os métodos ensinados nas aulas de Pedagogia do Curso Normal por estarem em desacordo com o modelo de sociedade moderna que tomava forma no século XIX, uma sociedade em que o raciocínio rápido e objetivo eram necessários para a instituição de uma produtividade nacional, traços que poderiam ser em tese gradualmente adquiridos com o método intuitivo. Nesse sentido, a proposta desse método de ensino configurava um dos elementos constituintes da realização dessa finalidade.

Ademais, essa defesa pela introdução do método intuitivo nas escolas primárias, o foco central na reforma proposta do Baltazar estava numa formação docente mais afinada com as ideias progressistas que transferia à nação brasileira. Essas questões eram atinentes com as considerações pedagógicas de Hippeau.

O educador francês destinava um amplo espaço para a explicitação desse método nos seus relatórios sobre sistemas educacionais dos países visitados por ele. Baltazar Diégues transcreveu para a sociedade alagoana o relatório referente à educação argentina, em que além da ênfase no emprego do método intuitivo, também havia um destaque para o ensino da moral nas escolas como necessidade máxima para impedir os maus vícios nas crianças.

Antes da sua demissão, em 1887, Baltazar conseguiu instituir na Província de Alagoas algumas reformas que procuravam melhorar a formação docente e o ensino primário. Dentre as medidas tomadas por ele ressaltamos a criação do Instituto dos Professores Primários e a promoção da já mencionada Conferência dos Professores. Quando retornou à direção da Instrução Pública, em 1891, buscou continuar com o movimento de renovação da escolarização da Província com ações mais voltadas a prática do ensino primário. Ele indicou algumas instruções para mudanças na prática em sala de aula, perpassando justamente pela formação docente.

Nessa época cria o *Pedagogium* alagoano, uma espécie de extensão do Instituto dos Professores. No discurso de abertura podemos observar as intenções de Baltazar para a escolarização alagoana:

A França aturdida com a tremenda lecção de 1870 levantou-se na égide da instrução popular.

E' o que nós queremos evitar, avigorando a republica com a vida substancial do ensino e da educação que nos ha de trazer o engrandecimento do cidadão e com elle a consolidação do verdadeiro regímen federativo.

E quando fallei de escolas de ensino quero me referir ao ensino de realidades praticas, pelos modos racionaes porque a natureza o ministra na idade em que a crença tem as primeiras noções de seus conhecimentos recebidos intuitivamente pela facção espontânea das facilidades de que é dotada, tão harmonicamente combinadas para fazel-a no seu pleno desenvolvimento o rei da criação, o inventor das maravilhas da arte escrita na poesia e na literatura em geral, como da arte trabalhada na architettura e no desenho (BALTAZAR DIÉGUES, 1891, p.21-22).

Observa-se na fala do educador alagoano que as suas proposições em torno do ensino alagoano eram revestidas da intenção de formar cidadãos para uma nação republicana e aberta a modernidade. A função da Instrução Pública para o educador seria o de garantir a propagação dos valores atinentes com a liberdade na República modelada com base na prerrogativa de um indivíduo sabedor de seus direitos e deveres na sociedade.

Além desse ponto, Baltazar também enfatiza o ensino voltado para as realidades práticas o que entendemos como sendo o tipo de ensino organizado para a preparação de um ofício com utilidade imediata. O pensamento do educador expressava a sistematização de uma escolarização dividida conforme os papéis sociais que eram pré-estabelecidos aos grupos sociais daquela sociedade. Na mesma direção, entendia-se que o alastramento da instrução se converteria em desenvolvimento moral à nação, visto que a classe popular necessitava ser regenerada moralmente para a instituição da civilização naquela sociedade.

Em alguns outros escritos do educador ele chegou a denominar essa organização do ensino como "educação social" por representar uma estreita relação entre as finalidades educativas e as sociais. De todo modo, a posição política de Baltazar se fazia presente nas suas propostas para a organização da Instrução Pública alagoana. No seu pensamento pedagógico havia como base a utilidade que determinado ensino poderia ter na sociedade o que configura um pensamento voltado para o esboço de um projeto nacional ancorado sob os anseios de civilizar a população.

O projeto de uma "educação social" correspondia ao delineamento de práticas ou propostas de ensino orientadas por representações sobre o papel social que determinado grupo iria exercer naquela sociedade. A instrução era então compreendida como meio capaz de plasmar na população a consciência de seus deveres para com o desenvolvimento material da nação e da concretização de intenções políticas. Baltazar Diégues defendeu uma concepção de

educação e ensino que se enquadrava nas expectativas sociais e morais em torno do desenvolvimento nacional atinentes com as questões sociais projetadas no contexto.

3 A INSTRUÇÃO E AGRICULTURA NO BRASIL IMPÉRIO

O Segundo Reinado (1840-1889) foi palco de debates que tiveram uma influência direta na ordenação social do período. Dentre elas, pontuamos aqui a crise que assolou a atividade agrícola, principalmente na região Norte do país e, o fim da instituição do trabalho escravo. Os discursos acerca dessas questões circularam em torno de uma ampla defesa do desenvolvimento da produção agrícola aliada com uma melhor qualificação do trabalhador livre, em particular, a formação dos *ingênuos*.

A preocupação dos intelectuais da época envolvidos nesses debates recaía sobre a proposição de medidas para o suprimento da força de trabalho na lavoura após a consolidação do trabalho livre. A ênfase nesse aspecto advinha da argumentação de que a população pobre e livre conferia um valor negativo ao trabalho manual visto sua associação à escravidão. Estar a serviço de outrem, possivelmente, representava um rebaixamento social assim como uma igualdade ao negro, que era percebido numa escala social daquele período como etnia inferior as demais.

Numa tentativa de encontrar soluções para o problema, os intelectuais da época começam a projetar a necessidade de instrução dos meninos pobres livres e os chamados *ingênuos* para o trabalho agrícola. Havia nessa intenção o interesse de eliminar a repulsa ao trabalho manual e introduzir na percepção daqueles indivíduos o sentimento de enobrecimento ao trabalho.

A imprensa foi um dos principais veículos utilizados para a circulação, exposição e argumentação de propostas e pensamentos políticos a respeito desses assuntos. Na Província de Alagoas alguns dos periódicos em que localizamos matérias dessas discussões foram: *Diário de Alagoas*, *O Orbe*, *O Liberal*, *O Século* e o *Jornal de Penedo*. No presente capítulo trago a análise dessas matérias a fim de expor a presença da discussão sobre o ensino rural na época, bem como, identificar as intenções quanto a realização desse ensino. Além dos discursos contidos nos periódicos, analisamos a organização de iniciativas voltadas para o crescimento da agricultura e que pontuaram a instrução como prioridade para este fim.

3.1 Por uma transição gradual: a crise na lavoura e o pensar de um novo perfil para o trabalhador rural

A crise na atividade agrícola durante nas décadas finais do século XIX recaiu em discussões em torno da falta de investimentos do Poder Imperial na agricultura, particularmente nos discursos circulados na Região Norte; o debate sobre o fim da escravidão; e sobre o delineamento de um novo perfil para o trabalhador nacional. Esses assuntos foram debatidos sob a apropriação de concepções ideológicas que procuravam justificar as teses dos discursos em favor do direcionamento para um determinado modelo de nação.

A questão sobre a passagem do trabalho escravo para o assalariado esteve relacionada de forma intrínseca com a definição das características que deveriam ser próprias do trabalhador rural. Já na primeira metade do Oitocentos tivemos no Brasil a ação de homens de letras³¹ em favor do fim do trabalho escravo³². Na década de 1870 com uma atuação mais significativa de intelectuais ligados aos princípios do liberalismo, a defesa para o desmanche da instituição escravista se intensifica, principalmente com a organização do movimento abolicionista e o anseio por uma nação moderna e “civilizada”.

A maioria dos intelectuais defensores da libertação dos escravos havia vivido algum tempo na Europa e assistido ao avanço do Liberalismo na organização social daqueles países. Mesmo aqueles que não haviam ido à Europa foram marcados por uma tendência da época em pensar a organização social brasileira a partir da leitura sobre a realidade europeia, apropriando-se das ideias e medidas que culminaram nas identidades nacionais daqueles países. O movimento abolicionista serviu então de introdução dos princípios liberais à sociedade brasileira na medida em que procurou superar as contradições presentes entre as ideias liberais e escravidão. Dessa forma, teve influência direta sobre as formas de pensar a identidade nacional brasileira no período.

O que apontam estudiosos como Roberto Schwarz (2014) e Emília Viotti da Costa (1999) é que as ideias e ideologias europeias foram apropriadas pelos intelectuais brasileiros com uma leitura particular, de modo que, pudessem contribuir para a afirmação (ou reafirmar) dos interesses de grupos sociais específicos. Costa (1999, p.358), por exemplo, nos alerta que

³¹ Este termo alude aos indivíduos que no Brasil Império propuseram para si a responsabilidade de legislar sobre assuntos que envolviam a organização social. Eles expunham medidas para solucionar problemas nas mais diversas áreas como a saúde, a instrução pública e a política.

³² Emília Viotti da Costa (1999) nos aponta algumas produções que se enquadravam nesta defesa, dentre elas: *A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre no Brasil por um meio suave e sem dificuldade*, publicado em 1845 pelo desembargador de Pernambuco Henrique Velloso de Oliveira, onde o autor enfatiza a necessidade de inserir-se no Brasil uma política de valorização do trabalho entre os homens livres, bem como também, uma proposta de criação de associações e medidas para a transição gradual do escravo para sua liberdade.

a resistência ao trabalho livre fez com que o pensamento liberal fosse introduzido na sociedade brasileira de forma parcial, aceitando-se os aspectos que concorriam para a continuidade de um pensamento conservador predominante naquele contexto, de forma que houvesse uma conciliação do Liberalismo com a escravidão “da mesma forma que seus avós haviam conciliado a escravidão com o cristianismo” (idem).

Lembremos que desde a década de 1850 havia uma pressão internacional para que o Brasil pusesse fim a escravatura. Ao pensamento liberal europeu a escravidão tornou-se algo totalmente condenável, especialmente pelo fato de que impossibilitava uma grande parcela da população de se tornarem consumidores, e assim, impedia a concretização de um avanço econômico, além de marcar a sociedade de “certa imoralidade”. Apesar dessas justificativas para o fim da escravidão, tais perspectivas não acompanharam as práticas sociais ocorridas nos países latino-americanos.³³

No Brasil, no entanto, a escravidão era sentida e apreendida pelos senhores de terra como um sistema necessário para o bom funcionamento do país. A ideia de posse do homem e mulher de etnia negra era naturalizada apontando em direção da permanência do pensamento colonizador. Sendo assim, quando emergiu no cenário público o discurso sobre o fim da escravidão e a sua substituição pelo trabalho livre decorreu uma forte oposição de proprietários de terra brasileiros. Esse aspecto corroborou para a introdução das ideias europeias na sociedade com intuito de inseri-las dentro dos interesses da elite política e cultural nacionais da época (CARVALHO, 2012, p.34-35).

Théo Piñeiro (2010) aponta a existência de pelo menos duas vertentes do Liberalismo no Brasil: uma que se aproximou do conservadorismo anunciado por Viotti da Costa, liderado pelos proprietários rurais e buscava aliar o avanço da atividade agrícola, com a defesa do comércio livre, e a garantia dos seus interesses como a continuidade do sistema escravista. A outra vertente chamada pelos autores de radical pensou na preservação dos direitos individuais e na igualdade social, porém, era uma minoria. Havia de um lado um projeto de nação ancorado no melhoramento da agricultura, e de outro, a presença de um ideário que repercutia o desenvolvimento moral da sociedade.

A primeira vertente que prevaleceu entre a maioria dos proprietários agrícolas via no trabalho assalariado uma ameaça ao crescimento da atividade agrícola. Isso porque entendiam que a população pobre e livre não se disporia ao trabalho escravo. Além disso, sem qualificação adequada não teriam meios de realizar essa atividade. Somava-se a essa questão

³³ Onde o trabalho escravo crescia de forma sistemática.

um aspecto de caráter moral traduzido na forma de representação acerca da população pobre da sociedade, e em particular, do negro escravo ou não. Nesse sentido, a discussão voltava-se para o âmbito da moralidade pública, visto que estes homens expressavam concepções negativas a respeito do comportamento desses grupos sociais. Tanto as preposições liberais quanto essas representações do negro e do escravo influenciaram na condução dos debates a respeito da transição para o trabalho livre/assalariado.

Segundo Roberto Ventura (1991), o cientificismo contribuiu para o estabelecimento de hierarquias entre os povos numa intrínseca relação das filosofias de Darwin e Comte. A ordenação e classificação das sociedades esteve presente no pensamento intelectual do século XIX com a intenção de se construir uma “matemática” universal para o desenvolvimento das sociedades. A ideologia civilizatória pretendida pelos europeus nos trópicos, de atribuir um lugar e um papel social a cada povo e/ou etnia humana introduziu-se nas apreensões compartilhadas naquele contexto (idem).

Na discussão desenvolvida no livro *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*, 1991, Roberto Ventura nos permite visualizar o quanto a sociedade brasileira foi moldada por esse olhar do europeu. As descrições dos viajantes europeus sobre a vida e a natureza nos trópicos expressaram uma visão ora negativa, ora romântica da América, mas predominava em ambas as concepções, a visão de que o homem americano não tinha aptidão para favorecer o progresso material e intelectual em seus países como ocorria na Europa³⁴. Tal aspecto favoreceu a ideia de que era necessária uma ação “civilizadora” entre os membros dessas sociedades americanas de modo a introduzir os parâmetros europeus nessas sociedades a fim de instituir um único modelo de cultura.

O que acontece no Brasil entre os homens que assumiram o lugar de legisladores dos problemas sociais foi a apropriação desse discurso dirigido para a ideia de regeneração social. Nesse sentido, pensar a desconstrução da instituição escravista era pensar também sobre as consequências sociais e morais da circulação dos libertos no cenário da época. Se forem tidos como indivíduos isentos de moral e propensos a atos de infração social, como seria possível consolidar uma sociedade “civilizada”?

Por sua vez, a historiadora Hebe Maria Matos (2000) enfatiza a contribuição que o pensamento científico europeu exerceu na justificação da inferioridade do negro e, portanto, no fortalecimento das desigualdades sociais. Conforme discute essa autora, é no século XIX que se afirma o conceito de “raça”, justamente sob essa ideia de inferioridade e das

³⁴ O autor se refere aqui aos escritos de Montesquieu *O Espírito das Leis* (1748); Buffon, *História Natural do Homem* (1753) e Cornelius de Paw, *Investigações filosóficas sobre os americanos* (1768).

“contradições entre os direitos civis e políticos inerentes à cidadania estabelecida pelos novos estados liberais e o longo processo de abolição do cativo” (MATTOS, 2000, p. 13). Os intelectuais brasileiros do século XIX, ao que se observa nos discursos da época, legitimavam esse pensamento. Por se sentirem num patamar superior e por estarem em contato direto com essas ideias, entendiam que o “povo” era o público ao qual teria que ser dirigida uma ação “civilizadora”.

Tais aspectos são possíveis de apreender também nos compêndios de Geografia que naquela época era a ciência revestida da intencionalidade de demarcar as fronteiras e as identidades nacionais entre os povos. Assim também eram classificadas as sociedades no compêndio elaborado por Baltazar Diégues:

São povos civilizados os que dão á suas faculdades todo o desenvolvimento, caminhando progressivamente nos melhoramentos moraes e materiaes, já aperfeiçoando a língua e enriquecendo a litteratura, já estabelecendo governo e legislação bem concebidos, já cultivando as sciencias, as artes, as industrias e todos os meios de tornar a vida mais activa, mais agradável e commoda. Entre os povos civilizados os europeus e seus descendentes fazem rápidos progressos, os asiáticos conservão-se estacionários por muito tempo. São povos bárbaros os que conhecem e cultivão as artes e industrias mais necessárias á vida, tem fórmulas de governo regular porém simples e absoluto. São povos selvagens os que pouco tem desenvolvido suas faculdades moraes e materiaes, vivem no estado rude primitivo sem habitações permanentes e dados á caça, á pesca, e a guerra; alguns são anthropophagos. (BALTAZAR DIÉGUES, 1890, p. 56).

Quando discorre sobre o tema racial relaciona-o com o critério para a formação de uma boa ou má inteligência do indivíduo, como se observa no seguinte trecho do mesmo compêndio:

Os homens, tivessem ou não procedido de um só par, apresentam sensíveis diferenças em sua constituição physica ás quaes se achão também ligadas diferenças moraes.

As diferenças physicas constituem as raças que são as seguintes:

1ª a Caucasica ou Branca cujos principaes característicos são côr branca da pelle, rosto oval, ângulo facial aberto, olhos horisontaes, cabellos finos, lisos ou levemente annellados, máximo desenvolvimento moral constantemente progressivo. As principaes famílias são: o céltico, o árabe, o turco, o hellenico, o germânico ou gothico, o esclavonico, o indostânico, o semítico, o latino, e o circassiano que contem os lypos mais bellos da raça. 2ª a Mongolica cujos característicos principaes são: cor amarella da pelle, cabellos negros e duros, rosto achatado e largo, olhos pequenos e fastados e oblíquos, desenvolvimento moral estacionário. As principais famílias são: os mogores, os chins, os mandehús, os japoneses, os magyares da Hungria e os povos arcticos samoyedas, finnezes e esquimãos. 3ª a Malaia cujos

característicos principaes são: côr azeitenada, cabellos anellados, fronte alta, talhe bem feito. 4ª a Americana cujos características principaes são: côr de cobre, fronte deprimida, cabellos negros lusidios e duros. As principaes famílias são: os azteques do Mexico os Incas do Perú, os lapoias, os guarauis, os pueiches ou patagões os cheruquis e os iroquezes. 5ª a Ethope cujos característicos principaes são: côr negra, fronte estreita e deprimida, cabellos lanosos e carapinhos. As principaes famílias são: os ethiopes, os da costa (Guiné), os de Angola, os cafres, e os hotentoes, os australianos. Nesta raça o desenvolvimento moral vai sendo menor até se encontrarem povos como o da Australia cuja vida muito se aproxima da dos brutos e quase não tem linguagem. (BALTAZAR DIÉGUES, 1890, p. 55-56).

A concepção de que os negros tinham uma inaptidão inata justificaria a ideia de propriedade do negro e conseqüentemente a escravidão nos países que a adotaram. Todas essas concepções e representações sobre os escravos reforçaram a defesa pela continuidade do sistema escravista na sociedade brasileira da época, visto como um instrumento regulador da ordem moral. Foram perspectivas que corroboraram para uma leitura diferenciada das teorias liberais, aproximando-se daquele que confirmava o desenvolvimento da economia tal como era praticada e extraindo o que não acompanhava essas finalidades.

Apesar disso, a defesa pela introdução do trabalho livre no país não foi sufocada com a oposição dos proprietários rurais. Gradualmente o movimento abolicionista foi ganhando adeptos de intelectuais das Províncias de todo país. Mesmo os que pertenciam ao Partido Conservador³⁵ estiveram ligados às associações abolicionistas, como é o caso do educador alagoano Baltazar Diégues. A quase certeza quanto ao fim da instituição escravista na sociedade brasileira da época reverteu o teor dos discursos em oposição de sua concretização para o da necessidade dessa mudança. Somada a essa nova perspectiva encontra-se a discussão acerca dos meios pelos quais essa transformação não afetasse de forma negativa a economia e favorecesse o equilíbrio da ordem social.

Segundo Mattos (2000), a presença de sociedades abolicionistas não representava, necessariamente, a aceitação da concessão de direitos igualitários ao homem e mulher negros. Provavelmente muitos dos membros dessas associações a elas se filiavam como marca de erudição, isto é, para demonstrar frente à opinião pública que estavam em acordo com as ideias tidas como modernas.

³⁵ No Brasil Império a organização política esteve centralizada nas disputas ideológicas de dois grandes partidos: o Liberal e o Conservador. Conforme Carvalho (2012, p.95) a defesa do Partido Conservador era pelo fortalecimento do Estado com um governo dirigido por classes conservadoras que eram formadas por “proprietários de terra e escravos voltados para a agricultura de exportação [...] grandes comerciantes e pela burocracia, sobretudo judiciária”. Já o Partido Liberal se engajava na luta pela descentralização política e administrativa e seus membros se mostravam “menos resistente às medidas tendentes a abolir o tráfico”.

De todo modo, a Lei de 28 de setembro de 1871 foi criada como uma consequência da ação dos abolicionistas. Garantia aos escravos nascidos a partir daquela data o *status* de cidadão livre, e mais que isso, responsabilizava o Poder Imperial e as Províncias quanto à formação e cuidado do menor liberto. Nesse período tivemos ainda a realização de dois *Congressos Agrícolas* no Rio de Janeiro e em Recife, ambos no ano de 1878. Tanto o documento da Lei de 1871 quanto às discussões tecidas durante a feitura dos congressos trataram dos modos de introduzir os negros livres na sociedade de maneira tal que não desestruturasse a sua organização.

Os homens a frente dessas discussões expressaram as prerrogativas hierárquicas compartilhadas naquele período. Devido a esse traço, a educação dos *ingênuos*, presentes nos discursos desses documentos procuravam demarcar a necessidade de uma reforma moral entre esse grupo social. A ideia de que eram propensos a atos violentos era o principal motivador afirmador desse discurso para reforma moral. Havia quem concebesse qualquer indivíduo da etnia negra um indivíduo sem moral, naturalmente propenso a atos violentos e que por tais motivos careciam de uma ação coercitiva capaz de conduzi-los no exercício da liberdade. Outros acreditavam que o problema da violência dos escravos estava não num impulso inato do indivíduo, mas na sua condição de escravo.

Parte da literatura da época também favoreceu a construção desse último pensamento. Exemplo disso é um livro do escritor Joaquim Manoel de Macedo intitulado *As vítimas algozes*, publicado em 1869. Nesse livro Joaquim de Macedo ao fazer uma condenação da escravidão a aponta como contribuinte para o fortalecimento da natureza violenta do negro. Numa das histórias desse livro um escravo de nome Simeão havia vivido durante muitos anos sob a proteção e cuidados da família da casa grande, porém, aos dezenove anos começou a perceber que a sua condição de escravo lhe tornava inferior em relação aos senhores e a filha destes.

Em pouco tempo Simeão foi acumulando um ódio àquela situação de diferenciação social e, principalmente, da família fazendeira. Por conta desse sentimento Simeão terminou por assassinar todos da família e a roubar-lhes dinheiro. O que acontece na história e a forma como ela é conduzida nos permite observar que para Joaquim de Macedo o negro torna-se violento em decorrência da sua condição de escravo, pois, ao tomar consciência dessa condição seria natural que reagisse com sentimentos de ódio e apatia aos senhores, como podemos ver no seguinte fragmento:

[...] inspirados pelo ódio, pelo horror, pelos sofrimentos inseparáveis da escravidão, se expandem em calúnias terríveis que às vezes chegam até a honra das esposas e das filhas dos senhores; atiçam a raiva que todos eles têm dos feitores, contando histórias lúgubres de castigos exagerados e de cruelíssimas vinganças, a cuja idéia se habitam; em sua credulidade estúpida e ilimitada esses desgraçados escutam boquiabertos a relação dos prodígios do feitiço, e se emprazam para as reuniões noturnas dos feiticeiros; e uns finalmente aprendem com outros mais sabidos a conhecer plantas maléficas, raízes venenosas que produzem a loucura ou dão a morte, e tudo isto e muito mais ainda envolta com a embriaguez, com a desordem, com o quadro da abjeção e do desavergonhamento já natural nas palavras, nas ações, nos gozos do escravo. (MACEDO, 1869, p. 8)

Durante a narrativa outras frases de efeito como essa enfatizam a condenação da escravidão, como: “a escravidão degrada, deprava, e torna o homem capaz dos mais medonhos crimes”; “Oh! Não há quem tenha um escravo ao pé de si, que não tenha ao pé de si um natural inimigo”. Provavelmente Joaquim de Macedo não se achava sozinho nesse discurso e que por promoverem a ideia de que os negros eram indivíduos carecidos de uma moral, e somente por meio de uma ação eficaz adequada seriam ajustados a certa “civilidade” teria de fato contribuído para a introdução da instrução ao debate. Sem um direcionamento adequado que a instrução pudesse conduzir, eles se tornariam um perigo para a sociedade e seus senhores e não haveria como controlar as ações ordeiras devido à grande quantidade de libertos que estariam presentes na sociedade.

Cabe ressaltar que a educação e a instrução³⁶ eram concebidas à época, como principal meio de solucionar os problemas sociais, portanto, seriam responsáveis por modelar o comportamento dos libertos de modo a impedir uma desestruturação na organização social daquele contexto. Apesar de Joaquim de Macedo não fazer uma menção direta a instrução dos escravos, deixa perceber que “conferir” a liberdade ao negro e conduzi-lo a adquirir bons

³⁶ No século XIX havia o entendimento corrente entre os intelectuais que legislavam sobre a escolarização pública acerca de uma distinção entre os termos *educação* e *instrução*. O primeiro termo estaria relacionado a uma dimensão mais ampla e diversa da formação humana, dirigida principalmente para o cuidado com os sentimentos, os desejos do indivíduo. Já a instrução dialoga diretamente com os ideais de nacionalidade, comprometendo-se em imprimir hábitos, modos de ver e se comportar em sociedade que por sua vez pudessem contribuir para os interesses de um ideário coletivo, sendo intrínseca a relação entre instrução e cidadania. Estas distinções, provavelmente, advinham da influência que a proposta educativa iluminista operou na sociedade brasileira. Em estudo sobre a instrução pública e a formação moral com base na análise do pensamento do intelectual iluminista Condorcet, Sidney Reinaldo da Silva (2004) expõe que a concepção de instrução entendida por Condorcet e seus pares era de preparar uma autonomia racional no sentido de fazer com que o indivíduo reflita sobre sua ação e por si próprio tome a decisão entre fazer o correto ou errado, visto que se entende nessa concepção que o indivíduo não é autônomo quando satisfaz seus desejos pessoais, mas sim quando consegue superar seus desejos e, pelo uso da razão consegue agir pensando no que não pudesse ferir o coletivo. No caso da sociedade brasileira do Oitocentos, é possível perceber que a relação entre autonomia e instrução se fazia viável na medida em que não ultrapassasse os limites pré-definidos para o grupo social para o qual era dirigido a formação.

hábitos poderia reverter o quadro de violência que se imaginava ao pensar a libertação dos escravos.

De acordo com Schelbahuier (1998, p.186), o objetivo se centralizava em “preparar o cativo para a liberdade, auxiliada pela criação de escolas para treinar e disciplinar a mão-de-obra necessária, efetivando assim a transição sem aprofundar a crise”. Viotti (1999) nos fala de que houve nesse momento a aceitação de uma legislação gradualista por parte dos principais interessados no debate em torno do fim da escravidão, no que tange a escolha de que a passagem para o trabalho livre ocorresse de modo lento, tendo como principal ação o cuidado em inculcar no liberto uma preparação para o trabalho.

A mudança gradual pretendia atender dois objetivos: impedir uma desestabilização na ordem econômica, e moralizar a ação do jovem escravo liberto. No bojo dessa defesa pela instrução dos *ingênuos* também se configura um discurso em favor da instrução profissional e rural para os jovens livres pertencentes a parcela da população empobrecida da sociedade. A questão do trabalho livre corroborou para pensar medidas em torno da escolarização desse grupo social, ao mesmo tempo em que se ocupou de definir o lugar social da atividade agrícola numa sociedade aspirante a modernidade.

3.2 O trabalho livre em debate na imprensa alagoana (1870-1883)

Quase todos os assuntos que mantinham relação direta ou indireta com a vida pública atravessaram as páginas dos jornais no Brasil Império e com a discussão acerca do trabalho livre não foi diferente. Localizamos em impressos da Província de Alagoas, entre os anos de 1870-1883, publicações cuja finalidade era a de emitir um parecer favorável a introdução do trabalho livre no país desde que houvesse o cuidado com a tomada de medidas à conservação da ordem moral e pública. Essas matérias procuraram exprimir os benefícios e malefícios da liberdade numa sociedade marcada pela agudeza da escravidão.

Nesta conjuntura a preocupação recaía sobre a intenção de construir uma visão positiva acerca do trabalho livre, relacionando-o diretamente com o crescimento econômico e moral da nação brasileira. Geralmente são publicações não assinadas, ou quando o são fez-se o uso de um pseudônimo. Mesmo Baltazar Diégues tendo uma estreita relação com um dos periódicos pesquisados (*O Orbe*), os textos relacionados à temática não foram escritos por ele, ou pelo menos, não assinados. Apesar disso, compreendemos que os discursos que circularam

na imprensa local são vestígios que nos auxiliam na composição de um quadro representativo do debate em torno da formação do trabalhador rural no contexto social em análise.

Ademais, em alguns momentos as ideias que transpassaram nos periódicos de certa forma apontam concepções do próprio Baltazar Diégues no que se refere ao campo educacional e político. A fim de estabelecer uma melhor compreensão dos discursos selecionados foi feita uma classificação das matérias de acordo com a temática do seu conteúdo. Essa classificação resultou em três categorias de concepções sobre a formação, trabalho livre e moralidade:

- O trabalho livre e o enobrecimento nacional.
- A educação/instrução enquanto instituidora de uma moral e controladora da liberdade.
- O uso de princípios do cristianismo como reforçador das intenções de efeito que os discursos queriam atingir.

Em seguida abordo elementos das matérias que expressam cada uma dessas categorias.

3.2.1 O trabalho como enobrecimento nacional

Nessa categoria agrupamos as publicações que trataram de fazer a defesa pela introdução do trabalho assalariado com base na ênfase da valorização da agricultura como ponto de partida para o desenvolvimento econômico da nação. Diante dessa postura instaurava-se a necessidade de conferir ao trabalho manual e de ofícios um valor positivo a fim de que gradualmente ela fosse dissociada da instituição escravista. Pretendia-se promover essa ação a fim de atingir a população livre.

Lembremos que a associação das atividades no campo e manual ao escravo corroborava para que prevalecesse certa repulsa ao trabalho por parte dos cidadãos livres daquela sociedade. No sudeste do país essa situação era percebida entre os escravos da cidade em relação ao trabalho no campo como aponta o estudo de Sidney Chalhoub (1990)³⁷. Nesta pesquisa Chalhoub expõe, por exemplo, a resistência do escravo da cidade em ser comprado por um fazendeiro, pois não queria ir trabalhar na roça. Tal aspecto aponta para uma

³⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

interpretação na qual os ofícios exercidos na cidade levavam o escravo a ter uma provável sensação de “liberdade” visto uma maior possibilidade de mobilidade no espaço social.

A mesma repulsa ao trabalho no campo provavelmente era sentida também entre a população pobre e livre da sociedade. E era justamente esse ponto que alguns dos discursos circulados nos jornais procuravam atacar e propor estratégias de solução. Extinta a instituição da escravidão, era temida a escassez de braços na lavoura. Uma problemática como essa requeria uma mudança na forma como os indivíduos percebiam o trabalho na sociedade, ao mesmo tempo em que, a concepção de modernização nacional timidamente adentrava no espaço público nacional.

No norte e nordeste a situação parecia ser um pouco mais grave por causa da maior resistência que os senhores de terras dessas regiões faziam aos imigrantes no país. Para eles o fim da escravidão ameaçava diretamente a economia regional que era dependente da força de trabalho escrava. Nesse cenário os discursos produzidos pela elite intelectual das Províncias situadas em variados espaços a exemplo dos periódicos, procuraram demarcar a necessidade de investimento na instrução dos negros escravos e libertos com prioridade para um ensino voltado a aprendizagem prática das técnicas de cultivo.

Nos artigos consultados em periódicos alagoanos esses discursos acompanhavam uma série de exemplos que exprimiam situações onde o cuidado com a formação dos libertos e da população pobre foi tratada como elemento indispensável para a promoção do desenvolvimento moral da sociedade brasileira. Numa das publicações consultadas do jornal alagoano *O Século*³⁸ ao se referir a Lei do Ventre Livre de 1871 é expressa a urgência pela mudança acerca da concepção do trabalho. Lemos o seguinte:

Com tudo, para que vingasse e produzisse os fructos desejados o ponto de vista moral que devia decorrer como consequencia logica do facto da abolição da escravatura no Brazil, era mister que não ficasse elle circumscripto sómente ás apotheoses que fôram então liberalisadas, e aos pomposos discursos de que se adornou jubilosamente toda a imprensa do paiz. Do que precisavamos, era de callar no espirito do povo, e do povo que não é deputado, nem conselheiro da côroa, a idéa da superioridade incontestavel do trabalho livre sobre o escravo, o principio luminoso da responsabilidade moral do cidadão que para ganhar a vida, dedicando-se a qualquer genero de serviço, deve estar convicto do direito que lhe assiste de por elle perceber um salario em proporção aos esforços que emprega.
[...] si por um lado os possuidores de escravos parecem tender á corrente civilisadôra, á crusada da redempção moral garantida pela lei e reclamada pelas instantes necessidades do seculo presente, por outro são os mesmos proletarios, os

³⁸ “Órgão do comercio, da lavoura e da indústria” surgido em Maceió em 07 de setembro de 1877, sob a direção e redação de João Gomes Ribeiro. (BARROS, 2005, p. 544).

mais necessitados d'entre a massa da população, que votam um horror inexplicavel, uma repugnancia insensata ao trabalho livre, preferindo muitas vezes mendigar pelas ruas para não morrerem de fome, a se entregarem a qualquer serviço que reputam só próprio de ser executado pelos escravos.

[...]

Contemplai essa nuvem de mulheres válidas e de homens ainda robustos que quasi todos os dias percorrem a cidade, esmolando o pão da caridade pelas portas, perguntai-lhe si algum delles quer ter habilitação, comida e salario para se encarregar em vossa casa de algum serviço compativel com suas forças e condições, e ficareis pasmados de vos responderem com tão energico e affirmativo não! que imediatamente sentireis repugnância instinctiva em augmentar com o vosso obulo o peculio da vadiagem. (*O Século*, 28 de setembro de 1877, p. 1).

No excerto citado é possível observar que a atribuição de um valor positivo ao trabalho livre manteve relações com uma concepção cristã acerca do trabalho manual na medida em que enfatizava o trabalho como enobecedor da alma humana ao passo em que distanciaria o homem da ociosidade (CUNHA, 1998). A ociosidade era um mal a ser evitado porque no espaço de “ócio” o homem poderia praticar e disseminar outros vícios e maus hábitos que causariam um desequilíbrio na organização social. Estando diretamente relacionado com a moralidade pública, a instrução da população liberta adquiria o sentido de dotar os *ingênuos* de uma ordem moral da qual acreditavam serem eles desprovidos.

A solução identificada pelos elaboradores dos discursos em apoio à formação dos *ingênuos* e meninos pobres livres encontrava eco na própria percepção da qual era revestida a Instrução Pública. Reportando-se a uma concepção iluminista da instrução, o pensamento em torno da aprendizagem dos indivíduos, em particular a conferida aos meninos pobres daquela sociedade, voltava-se para a ideia de regeneração social. Tal regeneração mantinha relação com a intencionalidade de “civilizar” os hábitos daqueles indivíduos tomados a época como incultos, sem boa moral e com predisposição a praticar tudo aquilo de condenável numa sociedade “civilizada” (VENTURA, 1998).

Em parte, o receio que se tinha acerca de revoltas dos escravos contra os senhores de terra, e em parte a expectativa de fazer dos brasileiros, e não dos imigrantes, a força de trabalho nacional, participavam das justificativas nos discursos que enfatizaram o papel da instrução como mediador de uma transição “branda” do trabalho escravo para o assalariado.

A formação pensada por esses homens, que tratamos aqui como intelectuais de Província, requeria a adoção de elementos com relação direta à preparação do trabalhador nacional. Um desses elementos era justamente relacionar o trabalho manual e/ou técnico com a elevação moral na condição de cidadão. De certa forma, a prática do trabalho por si só iria garantir o regramento nos comportamentos dos indivíduos e, conseqüentemente distanciá-lo

do ócio improdutivo e nocivo à sociedade. Tal aspecto se apresenta no seguinte trecho de uma das matérias analisadas:

O trabalho é o destino commum de todos os homens, que existem sobre a terra: <<comerás o pão>> (disse Deus ao nosso primeiro pae) << e comerás o pão á custa do suor do teu rosto.>> Quem trabalha cumpre com o seu destino; obedece á voz do seu Creador.

O trabalho fixa, e ao mesmo tempo entretem a inquieta actividade do homem, regulando-a e desviando-a de perigosos extravios e excessos; captiva-lhe os sentidos, e os submete á um regimen salutar. Os exercicios do trabalho previnem ou acalmam as agitações da fantazia, dissipam os seus vãos prestígios, e extravagantes chimeras: trazem o homem ao conhecimento do positivo, do util, ao paiz das realidades. (*Jornal de Penedo*, 8 de maio de 1875, p.3).

O hábito do trabalho consistiria num meio através do qual o indivíduo poderia incorporar valores e uma disciplina capaz de contribuir para o ideário de “civilização” pretendido no período. A aquisição dessa civilidade estaria pautada, entre outras, nas seguintes ideias: o trabalho a serviço da coletividade (ou seja, da nação) e a concepção de que o trabalho dignifica o homem na medida em que por meio dele contribui para o progresso econômico da nação em que vive. Aliada a essa ideia, somava-se a necessidade da qualificação do trabalhador nas atividades do campo. O conhecimento de novas técnicas de cultura do solo e suas possibilidades tornava-se então algo imprescindível para que de fato a atividade agrícola pudesse crescer. Analete Schelbauer (1998) nos alerta de que este era um traço característico desses discursos visto que os resultados econômicos se sobrepunham a um real interesse com a formação em si do trabalhador.

O trabalho manual não mais poderia ser entendido como ato de rebaixamento moral ou social, ao contrário, deveria ser percebido como o principal motor propulsor do progresso nacional. Dessa maneira, ao invés de os indivíduos de rejeitarem o exercício de algum ofício técnico, deveriam ser atraídos por ele, ou seja, atraídos pela ideia de estar contribuindo para o crescimento econômico da nação. Em uma das publicações analisadas lê-se o seguinte: “[...] o homem amigo do trabalho, é essencialmente interessado na conservação da boa ordem pública, porque della depende a posse, o gozo pacifico dos fructos da sua industria” (*Jornal de Penedo*, 8 de maio de 1875, p. 3). Esse trecho expressa o teor do discurso que deveria ser transmitido à população pobre, provavelmente oralmente, para que a organização da atividade agrícola não fosse afetada com a mudança do regime de trabalho.

Em outra publicação nos deparamos justamente com um discurso que enfatizou a preocupação quanto a regulação da liberdade dos libertos para que a introdução do trabalho livre não se manifestasse de forma maléfica aos interesses da sociedade civil.

A verdade politico-economica de que a agricultura é o nervo das forças vivas do estado, a origem primeira de todas as demais industrias, o cimento em que descança a felicidade publica, em parte alguma se impõe mais pujante e convincente do que neste imperio.

[...]

Cumpre, pois, cuidar e cuidar seriamente da fonte natural de nossa riqueza, na condição principal de nosso engrandecimento, na base de nosso futuro.

A lei de 28 de setembro satisfaz, é certo, uma aspiração do paiz; restaurou um direito momentoso trucidado nesta terra da ária da conveniencia e interesse de poucos; mas essa lei converte seos beneficios nos maiores males, desde que não cuidar o governo de substituir por braços livres, e intelligentes, os braços retirados da lavoura pela restituição da liberdade emancipadôra. (*O Século*, 23 de novembro de 1877, p.1).

O trabalho passava então a ser tomado como elemento que ora aproximava e ora distanciava o alcance da modernidade para a pátria brasileira, na medida em que para ser útil ao desenvolvimento nacional carecia de uma ação disciplinadora sobre os corpos afetados pela instituição da escravidão. Os braços que iriam conduzir o trabalho na lavoura deveriam assim unir o conhecimento sobre as técnicas da atividade a um exemplo de conduta que então inspirasse à sociedade uma adequação a normas morais socializadas no contexto.

Propagar uma concepção do trabalho enquanto elemento que dignifica a condição humana concorria para a construção da imagem do trabalhador nacional com vistas na organização de uma sociedade produtiva. Os discursos produzidos e compartilhados entre intelectuais provinciais, por vezes, deixam transparecer que tinham como finalidade exigir ao Poder Imperial, medida que viabilizasse a formação do trabalhador, bem como, cuidar para que a liberdade “concedida” aos escravos não desestruturasse a economia nacional ancorada na atividade agrícola.

Na visão de quem produziu os discursos aqui analisados uma formação específica para o trabalhador rural contribuiria tanto para essa modernização da produção agrícola quanto também para a constituição de um disciplinamento do indivíduo envolvido com esse ensino, o que remete ao papel central que esta formação quanto a modelar o comportamento do aprendiz. Como forma de solidificar essa visão, por vezes os discursos apresentavam o apelo dos dogmas cristãos a fim de associar o trabalho a uma atividade sagrada.

3.2.2 Os valores religiosos na relação entre a instrução e a condução da liberdade

A utilização de apelativos oriundos da doutrina cristã pretendia demarcar o mal da ociosidade no meio social. A instrução adentrava nesses discursos como um instrumento para alcançar os objetivos atinentes com a primeira categoria. Através dela os indivíduos pertencentes aos grupos sociais marginalizados seriam introduzidos no regramento disciplinar e nos valores condizentes com o modelo de trabalhador nacional que se pretendia firmar.

Mostrem ao povo quanto é agradável a Deus, que cada um, trabalhando, cumpra com o que elle ordenou; digam-lhe que as Santas Escripturas estão cheias de preceitos e de mazimas sobre este objecto: de severas invectivas contra á preguiça e ociosidade, de terriveis pinturas dos funestos effeitos destes odiosos vicios. (*Jornal de Penedo*, 8 de maio de 1875, p.3).

Em outra publicação do *Jornal de Penedo* datada do dia 31 de julho de 1875, apresenta-se o mesmo apelo religioso. Nela é narrado um conto sobre a tristeza gerada ao homem quando se contenta apenas com o que lhe é possível obter pelo meio natural, e por outro lado, a satisfação e tranquilidade então adquirida quando constrói algo por meio de seu próprio trabalho e esforço. O que a história tenta mostrar é a necessidade do trabalho para a harmonia do homem. O bom cristão seria aquele que não apenas discursava sobre os princípios de sua doutrina, mas sim aquele que conseguia aliar fala e ação, em consequência, o bom cidadão se revertia naquele indivíduo que contribuísse com sua força braçal para o progresso da nação.

A promoção de um ensino sistematizado e direcionado ao enobrecimento do trabalho concorria dessa maneira para uma continuidade da organização econômica existente no país, e a garantia da conservação da moralidade pública³⁹. A respeito disso assim expressava uma das matérias:

³⁹ No século XIX a ideia de moralidade pública esteve associada ao poder público no sentido de ordenação, isto é, garantir a conservação da ordem social vigente no período e contribuir para o seu fortalecimento. Nessa direção qualquer organização coletiva ou individual que pusesse contra as ordens do governo imperial deveria ser evitado e temido como atos que se opunham ao progresso e “civilização” da nação brasileira. Desse modo, a regulação dos hábitos e comportamentos sociais mantinha relação com a ideologia que embasava o poder público, bem como, os interesses da elite intelectual que diretamente estava inserida no processo de organização da sociedade brasileira (CASTANHA, 2008).

Um dos maiores e mais importantes beneficios que se podem fazer aos homens, e em especial á classe popular é inspirar-lhes o amor ao trabalho; mostrar-lhes a sua utilidade, as suas inapreciaveis vantagens, os seus felizes resultados; fazer entrar este assumpto, como parte essencial no plano da instrucção das primeiras escolas.

A instrucção do povo não se recommenda só por seus resultados politicos; se ella forma o cidadão, habilita-o a conhecer a extenção de seus direitos e obrigações, e a prestar obediencia racional ás leis e aos poderes publicos, não é menos verdade que exerce maravilhosa influencia na situação economica da sociedade.

O economista deve pois aconselhar a diffusão de luzes e concorrer com todos os impulsos de energica vontade para a vulgarisação dos bons principios.

Muito bem diz um escriptor: <<a instrucção leva um povo a se occupar de outras além da satisfação de suas necessidades materiaes; desenvolvendo a intelligencia e ensinando a cada um o papel que lhe cumpre desempenhar, traz a paz e a concórdia entre as diversas classes da sociedade; a instrucção é tanto mais necessaria em nossos dias, quanto é certo que o poder scientifico tende a substituir, cada vez mais, a força muscular, á tal ponto, que o trabalhador que não tiver instrucção corre o risco de não achar emprego.>>(Jornal de Penedo, 8 de maio de 1875, p.2).

Habituar a criança desde a tenra idade ao trabalho era ao mesmo tempo habituá-la a continuar obedecendo ao Estado Imperial. A questão que posta aqui é, portanto, as consequências da liberdade dos negros escravos, e em meio a isso, o receio de que portadores dessa liberdade legal pudessem se voltar contra todas as regras de organização social do período⁴⁰. O objetivo da instrução para os populares (incluindo aqui os meninos pobres livres e os *ingênuos*) recaía, sobretudo, na intencionalidade de legitimar sobre eles um papel social, do qual precisavam conhecer os deveres e direitos que poderiam ou não usufruir socialmente.

No pensamento do educador alagoano Baltazar Diégues o ensino teria que ser adequado ao papel social que o educando ocuparia naquela sociedade, de modo que o menino filho de um agricultor deveria ser formado com habilidades e conhecimentos sobre o campo e a produção agrícola, assim como no comércio e nas artes manuais em geral. Tais concepções apresentavam-se atinentes com o discurso de formar para o trabalho promovido nas páginas dos jornais locais.

Aliada a esses interesses, soma-se a ideia compartilhada entre a intelectualidade da época em delinear um perfil para o trabalhador nacional atinente com os princípios modernos da produção agrícola. Nesse sentido, temos uma visão sobre a importância de pensar na preparação de um especialista do campo, alguém com conhecimentos específicos sobre a ciência do campo, assim capaz de articular estratégias para o desenvolvimento dessa atividade no país. Numa das publicações do periódico *O Orbe* com título de *Instrução Pública* são

⁴⁰ Um dos temores sentidos na sociedade brasileira oitocentista do que se denominava a época como o “haitinismo”. A revolução ocorrida no Haiti deu visibilidade a força da organização da popular contra os interesses da minoria e por isso se colocava como necessário uma ação que pudesse abortar qualquer possibilidade de que um movimento parecido pudesse acontecer na nação brasileira (CARVALHO, 2012).

delineadas as bases de um currículo escolar voltado para a formação do trabalhador nacional. Defendia-se a criação de escolas agrícolas, inclusive, de caráter superior como forma de preparar para o conhecimento do solo e de técnicas atualizadas de cultivo. De acordo com Salles (1998) esse pensamento se associava a uma visão liberal da organização social, na medida em que, entendia o trabalho como “condição intrínseca do homem” e que ao ser desenvolvido possibilitaria “a criação dos bens morais, pois recupera e eleva o sentido ético dos indivíduos e dos bens materiais” (idem). Comumente a esta ideia acompanhava a comparação entre o trabalhador nacional e o americano como é possível perceber em outro trecho da publicação citada:

O agricultor brasileiro ignorante e atrasado imita sempre a rotina.
Cultiva e amaina as suas terras como faziam os seus antepassados.
O agricultor americano, aproveita-se do que lhe ensinam a chimica e todas as sciencias.
Por este modo se póde achar a fazer em um anno ou dous o que outros não farão em dez. (*O Orbe*, 14 de abril de 1882).

A intenção inserida nesses discursos publicados nos jornais era a de que a instrução elementar estivesse voltada para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da atividade agrícola, revestida de um caráter utilitário, um ensino que pudesse contemplar os conteúdos atinentes ao exercício de um ofício (no campo agrícola ou comercial). Reclamava-se a modernização da agricultura a partir do aprimoramento da força de trabalho. Possivelmente, iniciava-se ali o delineamento de uma formação técnica, que seria já na época difundida com a criação das Escolas de Artes e Ofícios.

Os exemplos citados nas matérias de periódicos da época em estudo procuraram transmitir os aspectos positivos do trabalho manual a fim de delinear um perfil de trabalhador nacional aos moldes liberais, como também propiciar a apreensão de uma norma de conduta que o colocasse em acordo com os interesses dos proprietários rurais que ansiavam por construir um modelo de “civilização” para aquela sociedade, pretensão tão aspirada no decorrer do século XIX. Essas finalidades se articulavam diretamente com o processo de aceitação do trabalho livre naquela sociedade.

A formação escolar oportunizaria este ideário, tendo em vista a visão de que a educação no período era a principal via para a solução dos problemas sociais. Tais perspectivas estiveram presentes ainda em reuniões agrícolas realizadas em âmbito nacional e

local, onde é possível identificar - pela apreciação dos resumos e deliberações desses eventos – que o crescimento da atividade agrícola foi pensado numa relação íntima entre a formação específica e a introdução de novas técnicas para a lavoura.

3.3 Congressos e Comícios Agrícolas: problemáticas

A discussão em torno de uma formação específica para o trabalhador rural esteve presente também em reuniões agrícolas realizadas no Brasil Império, como é o caso de dois movimentos realizados naquele contexto, um de âmbito regional e outro local. Na Província de Alagoas em 1874, foi criado o *Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba*, uma espécie de associação de proprietários de terras cuja finalidade era debater as problemáticas na atividade agrícola e deliberar sobre melhorias para o desenvolvimento dessa atividade. Esse *comício* é considerado um dos primeiros criados no país com esse caráter⁴¹. Em 1878 ocorreu a realização de dois *Congressos Agrícolas*, um no Rio de Janeiro e outro na cidade de Recife. Baltazar Diégues esteve associado ao *comício* alagoano e participou do *Congresso Agrícola de Recife*, por esse motivo a esses dois eventos daremos maior atenção.

Criado quatro anos antes da realização dos *Congressos Agrícolas* do Rio de Janeiro e de Recife o *Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba* foi uma iniciativa de Manoel Messias de Lira Gusmão⁴². O nome *Quitunde e Jetituba* se deve ao fato de que as primeiras reuniões realizadas pelos membros da associação ocorreram no povoado de São Luiz do Quitunde⁴³.

Em 23 de maio de 1875 os membros da associação se reuniram para organizar as finalidades das ações do *Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba*. Nessa reunião entre os temas debatidos estavam o recrutamento de negros pelo exército brasileiro⁴⁴ e a má qualificação do agricultor nacional. O resumo e algumas atas das reuniões realizadas pelo

⁴¹ DIÉGUES JÚNIOR (2006).

⁴² Manoel Messias de Lira Gusmão (1847-1905) atuou no campo político do Brasil Império e ocupou-se também \a ações voltadas para a área agrícola. Exerceu os seguintes cargos no campo político: inspetor do Tesouro Provincial em 1885, Deputado Provincial nas legislaturas de 1878-79; 80-81 e 88-89, vice Presidente da Província em 1889, Senador Estadual na legislatura de 1891-92 e Senador Federal do período de 1892-96. Foi um dos fundadores do *Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba*, e em 1888, um dos incentivadores e participante da Liga Agrícola em Alagoas. Contribuiu para a fundação da Revista do Norte em 1888 e da Sociedade Auxiliadora de Agricultura em 1901. Responsável ainda pela realização do Congresso Agrícola ocorrido em Maceió de 05 a 08 de maio de 1901. (BARROS, 2005, p. 49-50).

⁴³ Localizado no interior de Alagoas hoje tem a denominação de município.

⁴⁴ Havia uma insatisfação dos proprietários de terra quanto ao recrutamento dos escravos visto que não recebiam nenhuma indenização da força de trabalho perdida. Na época eram recrutados os indivíduos pobres da população, tanto na condição livre quanto na de escravos, aos quais era prometida a alforria quanto retornassem ao país. O recrutamento também representou um elemento de controle social do povo na medida em que era destinada aquela parcela populacional desfavorecida social e economicamente (CHALHOUB, 2012).

Comício foram publicadas no periódico alagoano *O Liberal*. Segundo a publicação do jornal referente a essa reunião de 1875, assim versou José Paulino de Albuquerque Sarmiento sobre essas questões:

Em seguida, o dr. José Paulino de Albuquerque Sarmiento descrevendo o estado da lavoura, que pede recursos promptos especialmente da canna, e fabrico do assucar abundante fonte de rendas da provincia, estendeu-se em largas considerações, demonstrando que não lhe restava esperança de melhorar-se o estado affictivo do agricultor brasileiro, porque ainda permaneciam os efeitos de muitas cousas, não removidas, e antes, auxiliadas, sendo patente que os recursos dos agricultores estavam esgotados por efeitos dessas cousas, e os do tesouro publico pelo governo mais concussionario, que o paiz tem supportado desde sua emancipação politica até o presente, sendo notavel que os pezados tributos lançados sobre á lavoura, e especialmente sobre uma industria já tão acabrunhada, esgotando-se esses tributos sem um beneficio á nossa unica fonte de rendas, contribuía para sua decadencia porque são distribuídos improductiva, e loucamente por diversos meios artificiosos e fraudulentos. Passando a outra ordem de considerações, demonstrou de modo a não deixar duvida que a população do campo tinha necessidade de uma certa educação agricula, pois o governo arrojando-se á tutella de tudo neste pobre paiz, deveria proporcionar-lhe como uma compensação dos pezados impostos com que a opprime; e *alguém* que está na *cúpula tendo a velleidade de sabel-o*, fez do povo brasileiro um só soldado sem precisão, pela barbara lei do recrutamento, mais oppressora do que na Prussia, em vez de mandar ensinar-lhe os rudimentos de agricultura. (*O Liberal*, 1º de junho de 1875, p. 63).

A falta de investimento na lavoura do norte e nordeste por parte do governo Imperial aparece no trecho apresentado como um dos principais fatores para a má situação que atravessava a cultura agrícola naquelas regiões. Somado a isso, os altos impostos da taxaço do produto comercializado contribuía para uma gradual decadência da economia nas Províncias localizadas nessas regiões (CARVALHO, 2014). Note-se ainda que o melhoramento da atividade agrícola recaiu sobre o peso da formação técnica dos agricultores de modo que a reclamação dos membros do *Comício* mantinha relação com uma questão já pontuada anteriormente com relação a preferência pelo trabalhador nacional ao invés do imigrante.

Tal ideia da qualificação do trabalhador também manteve relação com a constante preocupação dos proprietários de terra quanto ao desperdício de força de trabalho que poderia ser aproveitada na atividade agrícola. O discurso voltava-se para a permanência dos escravos no serviço da cultura agrícola, cuja solução identificada seria a sua qualificação. Entre os planos do *comício* alagoano estava justamente a intenção de criação de uma instituição formativa de caráter profissional para o trabalhador. Baltazar Diégues foi solicitado a elaborar o programa de ensino que seria aplicado nessa instituição.

Uma análise mais pormenorizada desse programa de ensino será melhor discutida no capítulo seguinte desta dissertação, mas cabe já apontar que o educador alagoano procurou articular uma formação técnica a intelectual e moral, atendendo assim, pelo menos em parte, as expectativas de seus pares quanto em relação a formação do trabalhador nacional. Sobre essa iniciativa do *Comício* alagoano Manoel Diégues Júnior (2006) apontou o seguinte:

Não se restringiu o Comício a tratar de assuntos meramente técnicos, como já registramos. Alargou seu campo de observação a todos os problemas que direta ou indiretamente se ligassem à agricultura. O ensino rural, por exemplo. A esse respeito o então acadêmico de direito Manuel Balhazar Pereira Diégues Júnior, depois pedagogo dos mais conhecidos na vida educacional das Alagoas, elaborou a pedido do Comício, um programa de ensino profissional e rural. O programa visava animar a iniciativa particular, e assentava em dous fins fundamentais: a) melhorar as condições de trabalho, ativando as forças produtoras, para que a riqueza proporcione o bem estar; b) instruir os homens para o exercício dessas forças, quer para o exercício direto pelo ensino das artes e conhecimentos uteis, quer para o exercício indireto pelo ensino da moral social e do direito político. (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p. 153).

O *Comício* encontrava-se em sintonia com os discursos que circulavam no período em torno da introdução do trabalho livre no país visto que pensou juntamente com a modernização da agricultura o investimento na formação do trabalhador. Dentro daquilo proposto para a instrução desse trabalhador, como bem aponta o filho de Baltazar Diégues, havia o delineamento do perfil de cidadão brasileiro, indivíduo conhecedor de seus direitos e deveres naquela sociedade e possuidor de um senso de continuidade da moral e ordem existente no período, além de especialista na atividade do campo.

De acordo ainda com Diégues Júnior (2006, p.152-153), o *Comício de Quitunde* ofereceu alguns melhoramentos para a atividade agrícola na Província alagoana, dentre eles: a introdução das máquinas a vapor na lavoura, o aumento de torres e chaminés, caldeiras multitubulares etc. Estes e outros benefícios eram tidos à época como mudanças que poderiam conduzir a uma modernização na agricultura. O referido autor aponta as outras contribuições do *Comício* para a atividade agrícola no Segundo Império:

O Comício não se preocupou, apenas, em estudar os problemas propriamente técnicos da lavoura; dedicou-se também em debater temas ligados a transportes, a saneamento da região, a desobstrução de rios, a contratos de trabalho. É sobre as condições higiênicas de São Luis uma das primeiras indicações debatidas; sugeria que fossem pedidas à Câmara Municipal providências no sentido de melhorar as

condições sanitárias de povoação, ‘onde febres de mau character vão se tornando endêmicas’, e indicava como necessidade imediata: o aterro dos barreiros existentes nos quintais das casas; tiramento de barro para tapamento de casas e serviços de pedreiras nas colinas além das baixas que circundam a povoação; extinção da criação de porcos. (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p.152).

O *Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba* procurou demarcar a importância da atividade agrícola para a economia nacional. Segundo Barros (2005), a associação esteve em atividade até o ano de 1884. Não se sabe ao certo por quais motivos as reuniões foram terminadas, mas provavelmente, a introdução das indústrias na Província alagoana, em especial as têxteis, contribuiu para que a centralidade da economia agrícola fosse relativizada entre os membros do *Comício*. Outro possível contribuinte para o fim da associação pode ser indicado pelo crescimento da economia cafeeira no Brasil na segunda metade do período monárquico, o que acabava por refrear a produção agrícola do norte e nordeste brasileiro.

Além da iniciativa do *Comício*, tivemos como já mencionado a realização de dois eventos que discutiram sobre a situação agrícola do país. Refiro-me aos *Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro* e do *Recife* realizados no ano de 1878. Ocorridos em momentos diferentes (o primeiro aconteceu no mês de fevereiro de 1878 e o segundo em outubro do respectivo ano), esses eventos reuniram proprietários de terras de Províncias do sul (o do Rio de Janeiro) e Norte (Recife) a fim de estabelecer medidas para o desenvolvimento da atividade agrícola. Representando a Província de Alagoas e o *Comício de Quitunde e Jetituba*, foi enviado para Recife o educador alagoano Baltazar Diégues.

O *Congresso Agrícola de Recife* foi organizado pela Associação Auxiliadora da Agricultura⁴⁵ como resposta ao que havia sido realizado no Rio de Janeiro, para o qual não foram convocados os proprietários rurais do Norte e Nordeste. Ocorrido entre os dias 6 e 14 do mês de outubro de 1878 um resumo dos assuntos discutidos em cada reunião do *Congresso Agrícola de Recife* foi produzido pelo jornal pernambucano *A Província*, que na primeira publicação sobre o evento teceu elogios à iniciativa e apontou algumas das expectativas relativas ao congresso:

⁴⁵ Trata-se da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco e criada no ano de 1872. Dela participaram proprietários de engenho e alguns comerciantes que tinham relação com a exportação do açúcar. De acordo com Bompastor (1991, p. 1889) quando ocorre o crescimento do movimento abolicionista é uma das primeiras sociedades a “rediscutirem questões sociais, econômicas e políticas que contribuiram para o que denominavam de ‘atraso e rotina’ da grande lavoura”. A autora ainda informa que essa sociedade tornou-se quase porta voz das necessidades sentidas na cultura do campo das regiões Norte e Nordeste.

Assim como estigmatizamos as explorações que certa classe de políticos procurou fazer com a exclusão do norte no ultimo congresso da côrte, somos hoje os primeiros a applaudir a iniciativa da Associação Auxiliadora, o exemplo mesmo de civismo e amor ás nossas prosperidades de que deu provas; e reconhecendo os motivos que impediram o illustre ministro da agricultura de convidar as provincias do norte ao congresso da côrte, nos regosijamos que elles se tivessem dado, para despertar-nos do torpor em que jazíamos, levando-nos a dar um passo que muito nos honra, que não é um desafio ao governo nem mesmo um protesto, mas simplesmente uma prova, por demais eloquente, de que ainda não arrefeceu, ainda não abateu-se o espirito indômito dos pernambucanos, e que, hontem atalaia da liberdade quando se tratava de assegurar o direito dos cidadãos, Pernambuco se colloca hoje á frente de suas irmãs do norte, e com a frente altaneira, com essa altivez que zomba das desgraças, por impulso proprio faz ao governo do paiz os reclamos a que tem direito, tanto pelo concurso que presta ácommunhão com suas avultadas rendas, como porque, representando nesta occasião a parte esquecida do Brazil, é preciso que o governo prove por actos expressos que as provincias do norte não são sómente fontes de receita, tem tambem direito á parte dos beneficios, espalhados com prodigalidade pelas provincias do sul, e nos quaes compete-lhes grande parte, porque para elles concorreram com seus sacrificios.

Applaudimos a iniciativa da Associação, applaudimos a concurrencia dos agricultores, e só fazemos votos para que deste congresso, que já é um facto auspicioso porque revela que ainda temos vontade bastante forte para vencer o torpor egoistico que nos assoberbava, decorram resultados beneficos para a grande lavoura, sendo estudadas com calma e criterio as suas necessidades, e reclamadas com decisão as medidas de que precisa e que não lhe podem ser recusadas (*A Província*, 8 de outubro de 1878, p.1).

Através desse discurso localizado no jornal *A Província*, observa-se os conflitos de poder que marcaram as economias do Nordeste e do Sudeste no Brasil Império. Nele é marcada a questão regional que começou a ser formatada no Brasil na segunda metade do contexto imperial (BERNARDES, 2007). Essa questão regional advinha da disputa por apoio do Poder Imperial para a economia das Províncias que constituíam o Norte do país e aquelas que compreendiam o Sul na nação brasileira.

Com o crescimento da economia cafeeira no Sul do país, principalmente, em São Paulo, os investimentos para o desenvolvimento das atividades econômicas do Norte foram sendo gradualmente reduzidos. Tal aspecto teria corroborado para que às Províncias do Sul fossem postas as expectativas de uma economia lucrativa para a nação, enquanto que as do Norte recebiam a marca do atraso econômico visto que não modernizavam a técnica de trabalho na lavoura, em parte justamente pela ausência de recursos do governo (BERNARDES, 2007). A própria localização geográfica das Províncias do Sul, próximas ao centro do poder do Brasil Império, favorecia o estreitamento dos laços entre elas e o governo central.

A situação para os “nortistas” agravou-se com a grande seca de 1877⁴⁶. Com a lavoura devastada e a ameaça do trabalho escravo, os proprietários de terra dessa região se viram num lugar secundário das prioridades do Poder Imperial.

Ademais essas particularidades econômicas notam-se ainda que as diferenciações entre as duas grandes regiões do Império brasileiro favoreciam representações hierárquicas entre os costumes da população de cada lugar. Estabelecia-se o contraste entre uma população atrasada, econômica e moralmente, do Norte, contra uma população aberta à modernidade, e aos hábitos civilizatórios como era considerada a população do Sul. Diante desse quadro, o *Congresso de Recife* pretendeu demarcar a importância da econômica do Norte para a sociedade do Brasil Império ao passo em que procurou reclamar investimentos por parte do governo imperial.

Dele participaram os representantes de seis Províncias do Nordeste, a saber: Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Baltazar Diégues chegou a escrever para a revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano⁴⁷ uma memória em forma de relatório sobre o ocorrido naquele evento⁴⁸. Nos dias em que se passou o evento os representantes de cada Província apresentaram trabalhos nos quais tratavam da situação da agricultura nas suas localidades de origem, e também apresentavam propostas sobre o que poderia ser feito para o crescimento da economia no Nordeste, em particular, com o fim da escravidão.

Dentre as problemáticas levantadas pelos representantes das Províncias, o ponto que unia cada um dos discursos proferidos era justamente a reclamação por investimentos do Poder Público na lavoura Norte na mesma medida em que havia para o do Sul. Conforme nos informa André Simões (2001) os debates produzidos no *Congresso de Recife* ao mesmo tempo em que expressou a insatisfação dos proprietários nortistas contra a visível exclusão da

⁴⁶ Ocorrida entre os anos de 1877 e 1879 a grande seca do Norte/Nordeste como ficou conhecida devastou a plantação de um grande contingente populacional resultando num estado de pobreza extremada entre os sertanejos, o que conduziu um forte processo de migração desse grupo social para as cidades ou mesmo outras províncias. Muitos sertanejos, inclusive, nem sequer conseguiram chegar ao local que pretendiam por causa da fome, além do surto de varíola que também atingiu essa população. Na tentativa de solucionar o problema da seca na região o governo imperial enviou engenheiros a fim de estudar a possibilidade de construção dos poços e estradas de ferro (CAVALCANTE, 2015). Cabe frisar ainda que a migração dos sertanejos para outros espaços tornou-se um problema de caráter social, e talvez possamos até dizer que no entendimento da época tratava-se de uma problemática de saúde pública. Nas cidades, de acordo com Lara de Castro (2008), eles eram tidos como “estorvo” e causavam temeridade por acreditar-se que poderiam cometer atos de criminalidade, além de que, contradiziam visualmente a ideia de uma sociedade “civilizada”. O Ceará foi uma das províncias mais atingidas pela seca de 1877 e estima-se que ao todo foram mais de 500 mil mortos.

⁴⁷ Naturalmente: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL).

⁴⁸ DIÉGUES JÚNIOR, Manoel Baltazar Pereira. Congresso Agrícola do Norte: Memória. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, v.4, n.2, jun. 1907.

região nas tomadas de decisões sobre a agricultura nacional, pretendiam conseguir do governo os recursos necessários para a manutenção e desenvolvimento da lavoura nortista.

Os temas que atravessaram as discussões do *Congresso de Recife* deram destaque para os problemas específicos da lavoura do Norte e Nordeste, como a cultura canavieira, o melhoramento das técnicas de cultivo e o trabalhador nacional, como por exemplo, o melhoramento das vias férreas e fluviais na região; um maior investimento econômico do Poder Imperial nas regiões Norte e Nordeste para o melhoramento da agricultura; discriminação legal dos tributos a serem pagos pelos diversos poderes (provincial, geral e de municipalidades). Essas reivindicações eram tomadas por um caráter urgente e imediato. (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, deliberações, 1878).

No trabalho que apresentou ao *congresso*, Baltazar Diégues versou sobre a necessidade da instrução para os trabalhadores rurais e ingênuos (pequenos proprietários e trabalhadores diretos do plantio e colheita). Segundo ele:

[...] se virem no trabalho [os ingênuos], não um aviltamento, mas um título de nobreza, não cuidarão das cogitações que ocupam os ociosos, e teremos, nessa concurrencia de trabalho livre e inteligente, uma fonte perene de recursos e uma solida garantia de progresso. (DIÉGUES JÚNIOR, apud SCHELBAUER, 1998, p.45).

Tal consideração mantinha relação com a ideia sobre o enobrecimento do trabalho enquanto estratégia para o desenvolvimento da agricultura. Como já dito antes, a instrução do trabalhador rural era pensada como uma forma de se evitar a entrada dos imigrantes na lavoura do Norte. Provavelmente, os contemporâneos de Baltazar e ele próprio temiam que devido à cultura que possuíam os imigrantes pudessem no futuro se converter numa ameaça, pois poderiam em pouco tempo transformarem-se eles próprios proprietários de terras e senhores de engenhos.

Schelbauer (1998) nos informa que esta ideia sobre os imigrantes não foi considerada no Sul do país, mas foi uma das justificativas utilizadas por alguns proprietários rurais no *Congresso do Rio de Janeiro* contra a instrução do trabalhador. Acreditava-se que a apropriação das técnicas modernas da atividade agrícola por parte dos trabalhadores poderia torná-los também proprietários o que então atingia diretamente aos interesses dos membros do *Congresso* visto que no curto espaço de tempo poderiam perder a força de trabalho qualificada obtida pela instrução. Ao contrário do que entendia parte dos congressistas do Sul,

no *Congresso Agrícola de Recife* a proposta de formação do trabalhador rural foi aceita positivamente e, apesar de se tratar de uma discussão marcada pelo fator regional, pensamos que havia na intencionalidade dos discursos produzidos pelos “nortistas” a pretensão de pensar a instrução do trabalhador nacional.

A última reunião do *Congresso Agrícola de Recife* estabeleceu algumas deliberações que apontavam as direções a serem tomadas para o melhoramento da cultura agrícola e as necessidades das províncias (ver as resoluções em Apêndice B). Dentre as resoluções criadas merecem atenção particular, devido sua relação direta com nossos propósitos de pesquisa, as seguintes deliberações: o aumento de investimento da atividade agrícola da região norte; a oferta de instrução profissional prática e superior; a oferta do ensino agrícola para os ingênuos e meninos livres pobres. Ao que se observa, a introdução dos “ingênuos” no trabalho agrícola, assim expõem:

[...] é de esperar que os ingenuos, filhos de escravas, constituam um elemento de trabalho permanente; mas isto não dispensa o governo de tratar da educação delles em escolas agricolas, do mesmo modo que da educação dos meninos livres, e em commum com estes”. (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, deliberações, 1878).

Frisamos ainda que nos termos em que foram produzidas as deliberações finais do evento da cidade recifense, as problemáticas deveriam ser resolvidas a partir de uma ação do governo Imperial. Tal aspecto permite afirmar que apesar de reclamarem a presença nas discussões sobre a economia nacional, o *congresso* de Recife pretendia também conquistar ações efetivas do Poder Público para as questões que inquietavam o Norte do país. No caso da instrução dos meninos *ingênuos* e pobres livres poderia suprir a escassez de braços na lavoura, ao mesmo tempo em que por serem jovens e, portanto, na visão da época ainda com a possibilidade de manejar a conduta, a instrução nessa fase da vida poderia evitar ações contrárias desses indivíduos num futuro.

Os dois *Congressos Agrícolas* representaram importantes instâncias de debates políticos sobre os objetivos e finalidades que eram investidos na agricultura naquele período, assim como, foram espaços institucionais e *fóruns* privilegiados para pensar o desenvolvimento deste ramo econômico. Os interesses da economia e da educação aliavam-se na visão daqueles homens por entenderem que uma formação voltada para a aprendizagem de novas técnicas para o trabalho agrícola, conseqüentemente, garantiria um melhoramento

significativo na economia desta atividade. Nesses eventos é possível observar também a atuação de intelectuais provinciais no período que de uma forma ou de outra expressavam a visão de identidade nacional formatada por esses homens. No próximo capítulo trago algumas informações sobre a trajetória de Baltazar Diégues a fim de identificar a relação entre suas concepções e a construção de suas propostas educacionais para o trabalhador rural.

4 A PROPOSTA PARA O ENSINO RURAL DE BALTAZAR DIÉGUES

Como já mencionado, em solicitação do Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba Baltazar Diéguas, que a época era conluente do curso de Direito e professor primário em Recife, elaborou no ano de 1877 um programa de ensino destinado à formação do trabalhador rural. No ano seguinte Baltazar Diéguas foi representante da Província de Alagoas no *Congresso Agrícola* de Recife, e ali também proporia a instrução como mediadora da transição para o trabalho livre.

No referido programa de ensino o intelectual alagoano apontou orientações para a rotina e os saberes que considerava importantes para a formação do trabalhador. Para além do ensino de técnicas manuais para o trabalho agrícola ou comercial, Baltazar Diéguas discute a formação do cidadão ao incorporar no currículo do plano o ensino os conteúdos de moralidade, civilidade e direitos constitucionais. Durante a leitura do programa de ensino é possível identificar as principais características da função educativa que ocupava o pensamento do educador, como a ênfase na utilidade do ensino e a preocupação quanto ao comportamento do indivíduo na sociedade da época.

Apesar de não termos conhecimento sobre a concretização do projeto de escola profissional e rural delineado por Baltazar Diéguas, é interessante observar nesse documento a forma como o ensino técnico começou a tomar corpo no século XIX, bem como, quais as relações estabelecidas com o projeto de nacionalidade ao qual se filiava. Neste capítulo apresentamos uma leitura crítica do conteúdo presente no programa de ensino elaborado por Baltazar Diéguas a fim de apreender os modelos que ele e seus pares (em particular os membros do Comício) projetaram para o trabalhador e a sociedade. Destacamos aqui a concepção do educador sobre a moralidade e a civilidade no intuito de apreender as aproximações e distanciamentos com outros discursos produzidos no mesmo contexto como os localizados nos periódicos já analisados anteriormente.

4.1 O Plano de Ensino Rural: da utilidade prática à dimensão moral

O programa de ensino elaborado por Baltazar Diégues é composto de uma série de orientações e diretrizes para o aprendizado agrícola de meninos entre a faixa etária dos sete aos dezesseis anos. Uma primeira versão do programa de ensino foi localizada num exemplar do periódico alagoano *O Liberal*, de 1878, onde consta que teria sido escrito na Província de Pernambuco em 20 de maio de 1877. Baltazar Diégues tinha então 25 anos e estava no 5º ano da faculdade de Direito em Recife. Em 1952 por ocasião do centenário do nascimento de Baltazar seu filho republicou o documento na *Revista de Ensino de Alagoas*.

Antecedido por uma introdução que traça a atuação de Baltazar Diégues no campo educacional alagoano, o programa é visto pelo filho do educador como “uma antecipação em princípios e métodos pedagógicos, uma visão de conceitos educacionais, ainda hoje não aplicados, ou, se aplicados, só parcialmente” (DIÉGUES JÚNIOR, 1959, p.28). Se tomarmos como parâmetros os escritos de intelectuais da época como Craveiro Costa⁴⁹ veremos indícios de que anos após a elaboração do plano de ensino de Baltazar Diégues pouco mesmo se efetivou para a organização do ensino rural no Estado, ao menos não numa perspectiva que amparasse uma concepção de ensino abrangente em seus métodos e conteúdo.

No plano de ensino do intelectual alagoano ele expõe de forma clara e objetiva não somente as atividades práticas que deveriam compor o currículo da escola profissional e rural, como também deixa antever as perspectivas teóricas que embasavam o seu pensamento quanto à oferta do ensino rural. Para fins de análise podemos dividir o programa em duas sessões: na primeira ele tece considerações sobre as finalidades e aspirações quanto à necessidade da criação de uma escola profissional e rural nas Províncias do Brasil Império; e, na segunda, ele elenca o currículo e a rotina a serem trabalhados na referida escola.

Apesar da objetividade, o conteúdo do programa demonstra um profundo conhecimento de Baltazar Diégues a respeito de concepções educacionais e também do campo econômico. Logo no início do programa o educador se posiciona como um defensor do melhoramento da Instrução Pública, tida por ele como uma das principais vias para solucionar os problemas sociais. Ele segue tecendo críticas à oferta de um único modelo de ensino

⁴⁹ Conforme Craveiro Costa (2011), isso ocorria por dois fatores principais: primeiro a rejeição dos professores em ir lecionar nas escolas rurais devido ao afastamento da rotina dinâmica da cidade, e, segundo por conta da falta de investimento num ensino que realmente preparasse o jovem do campo para o exercício do trabalho. Tratava-se de um pensamento próximo do que era concebido por Baltazar Diégues visto que Costa (2011, p. 55), entendia que o ensino primário como era organização não tornaria o homem do campo num “verdadeiro elemento de utilidade social”. Enfatizava ele, assim, o ensino voltado a preparação de um ofício e de conhecimentos válidos a uma aplicação imediata por parte do aprendiz.

superior que então desconsiderava o aprendizado de conhecimentos comerciais e agrícolas. Assim se expressou Baltazar Diégues:

Desde que o desejo de me habilitar a ser util aos meus lançou-me nas vias do magisterio, tenho considerado no estado da patria, no curso que seus negocios podem tomar, e no papel reservado a instrucção.

Desde então radicou-se me á convicção, cada vez mais esclarecida, de que precisamos criar, a par das academias juricas, medicas e mathematicas, as academias industriaes e profissionaes. Uma boa parte de nossos estudantes de direito e medicina, que voltam da academia para seus engenhos e casas commerciaes de seus paes, alli não forão sinão buscar o titulo, que na minha opinião o governo devia querer mais diffundido; muitas vezes buscaram-no sem vocação, e até no firme proposito de não usar a carta. (BALTAZAR DIÉGUES, 1877)

Como se observa, o educador anunciava sua simpatia pela criação de escolas profissionais. Talvez tenha contribuído para isso a experiência que teve em 1886 enquanto diretor da Escola Filotécnica de Pernambuco como pontuado na trajetória de Baltazar esboçada nesse texto. Baltazar Diégues por certo não foi o primeiro a pensar na instalação dessas instituições no Brasil, mas foi um dos poucos que organizou um roteiro pedagógico das atividades a serem ali realizadas. Inclusive, o programa do educador alagoano antecipava por alguns poucos anos ao currículo e finalidades propostas pelo Asilo de Santa Isabel⁵⁰ (Rio de Janeiro) que se tornou numa das maiores referências para o ensino agrícola no Brasil Império. Esse aspecto nos permite notar o quanto que os intelectuais brasileiros no Oitocentos compartilhavam ideias.

Um dos pontos de encontro entre o programa de Baltazar Diégues e o Asilo de Santa Isabel estava nas próprias finalidades inculcadas nas respectivas propostas de ensino. Em ambas, acreditava-se que a oferta de ensino para os *ingênuos*, meninos pobres ou abandonados era uma urgência social na medida em que ameaçavam a ordem social e a moralidade pública. Tais apreensões repercutiam na preocupação quanto às futuras ações daqueles meninos na sociedade e iam ao encontro das discussões econômicas que assolaram o período e que de modo geral traduziram uma preocupação quanto a indefinição dos rumos da atividade agrícola no país e da própria organização social em termos culturais.

⁵⁰ O Asilo de Santa Isabel foi criado no ano de 1886 no interior do Rio de Janeiro por ação mediada pela Associação Brasileira Protetora da Infância Desamparada. Segundo Alessandra Schuller (2000, p.121) esta associação aspirava promover “a fundação de Asilos Agrícolas, para onde seriam levadas as crianças e os menores que circulavam abandonados nas ruas das grandes cidades do Império, destacando-se a corte”. Destinada ao ensino primário, moral, ensinamentos religiosos e noções práticas de agricultura, o Asilo de Santa Isabel atendia aos objetivos da associação, buscava garantir uma formação com vistas a conferir uma conotação positiva do trabalho livre.

Instruir essa população era pensar diretamente no perfil de comportamento adequado para uma sociedade que percebia a proximidade da introdução do trabalho assalariado no país. Eram, portanto, visões muito demarcadas sobre o lugar social que os trabalhadores deveriam ocupar na sociedade. O educar para o enobrecimento do trabalho manual era um dos elementos principais nas propostas de ensino agrícola no período. Baltazar Diégues expõe duas finalidades que deveriam ocupar a reorganização da atividade agrícola no período, são elas as seguintes:

- 1.º Melhorar as condições do trabalho, activando as forças productoras, para que a riqueza proporcione o bem estar;
- 2.º Instruir os homens para o exercicio dessas forças, quer para o exercicio dessas forças, quer para o exercicio directo pelo ensino das artes e conhecimentos uteis, quer para o exercicio indirecto pelo ensino da moral social e direito político. (BALTAZAR DIÉGUES, 1877).

Nessa passagem Baltazar expressa claramente a relação direta entre o ensino profissional/rural e a ordenação social. Por isso, em seu plano de ensino ele contemplou disciplinas de caráter utilitário direto e também algumas que cuidariam de modo progressivo do comportamento moral dos indivíduos naquela sociedade. Desse modo, o programa de ensino proposto pelo educador procurou plasmar um modelo de cidadão a ser “impresso” nos indivíduos que recebessem aquela formação e, ao mesmo tempo para a modernização da atividade agrícola com a apreensão de novas técnicas de trabalho neste ramo.

Essas intencionalidades repercutiam diretamente as relações de poder entre o governo Imperial e as Provinciais, visto que as projeções para a criação de instituições para a instrução do trabalhador rural precisavam também ser pensadas dentro de um planejamento econômico a fim de definir quem e como investir em tais instituições. Havia discursos defensores da instrução para a população pobre, porém pouco ocorria de investimento nessa área social por parte do Poder Público. Este era, inclusive, um dos pontos aos quais Baltazar chamou atenção no programa de ensino. Devido a isso, apontava que o projeto para criação de uma escola rural deveria ser uma iniciativa de particulares. Segundo ele:

Na falta de iniciativa do governo bom será animar a iniciativa particular. E é bem de observar, a esta quero eu de preferencia, mas com o regimem tutelar em que fomos colonisados, regimem que fez atrophiar o espirito publico, bem ainda temos que aprender, antes que a permanencia do systema constitucional representativo nos

ensine a pôr em actividade as forças da nação pelo movimento particular individual ou colectivo. O poder nunca dá que não peça, nunca dá pouco que não peça muito; mas os homens da actualidade, melhor inspirados, no poder ou fora delle, fazem caminhar o paiz para esse elaborar das forças particulares entregues a sua própria direcção. (BALTAZAR DIÉGUES, 1877, p.1).

Observemos que o educador faz uma crítica ao governo com relação a um conservadorismo em tentar solucionar questões sociais. Lembremos que como representante dos proprietários do norte do país, Baltazar provavelmente se filiava a antipatia que os demais donos de terra dessa região nutriam ao governo naquele período, em vista da quase total exclusão deles nas discussões em torno dos rumos da atividade agrícola. Outra linha de pensamento que também pode ser seguida remete a ênfase do educador para que o ensino rural fosse dirigido pela iniciativa particular pode ser atribuída a possibilidade de um maior controle quanto às finalidades que norteariam essa instrução, bem como, dos conteúdos que circulariam o trabalho numa escola profissional.

Há ainda nesse discurso do educador alagoano o posicionamento ao qual se afirmava enquanto benfeitor do povo. É relevante pensar, por exemplo, que a instrução dos trabalhadores foi primeiramente articulada entre os próprios proprietários de terras ou aqueles que indiretamente estavam ligados a atividade agrícola. Havia, portanto, o predomínio de interesses que talvez não fazia transparecer as reais necessidades do homem a quem era dirigido a elaboração desse ensino. Baltazar Diégues compartilhava dos objetivos de um grupo social (representados pelos membros do *Comício*) em que o desenvolvimento econômico da nação superaria qualquer outra finalidade inserida nos discursos a favor da qualificação do trabalhador.

Adentrando no conteúdo do programa de ensino temos o desenho de uma escola rural norteada pela união entre teoria e prática, aspecto esse, aliás, inerente ao pensamento pedagógico do Baltazar Diégues. Os meninos que fossem frequentar a tal escola receberiam uma formação voltada para a aprendizagem de um ofício ligado diretamente à agricultura ou ao comércio. O educador deixa claro que o programa era destinado à instrução dos meninos porque aos adultos caberia a adoção de outros métodos mais específicos. No seu entender:

As primeiras idades dos meninos devem ser aproveitadas para o ensino elementar de conhecimentos uteis que habilitam ás diferentes profissões; e para os meninos que se têm de occupar nas artes, nos officios, ou industrias, é necessário habitual-os á pratica do trabalho que hão de exercer. (BALTAZAR DIÉGUES, 1877).

Essa concepção sobre a aprendizagem das crianças mantém relação com a ideia de que nela seria possível plasmar determinados valores e comportamentos mais facilmente do que num adulto. Imprimir os valores que deveriam compor o modelo de trabalhador delineado no período desde a idade dos sete anos era a possibilidade de afirmar os interesses de um dado projeto nacional e garantir a organização social pretendida. A parte disso, era também a possibilidade de conduzir este indivíduo a um determinado papel social.

Para que tal proposta ocorresse, Baltazar Diégues sugeriu que a escola dispusesse de um terreno anexo para a plantação de produtos pelos próprios alunos. O que fosse ali produzido serviria tanto para o consumo dos educandos como para a venda. O dinheiro obtido com a venda dos produtos também seria destinado a suprir necessidades dos educandos na escola, como vestimenta e livros (BALTAZAR DIÉGUES, 1877). Havia a intenção, como o próprio educador aponta de habituar o aprendiz à rotina de trabalho que lhe seguiria por toda a vida na visão dele. Era necessário introduzi-los desde muito jovem à concepção de que somente através do trabalho seria possível obter reconhecimento na vida. O discurso em prol do enobrecimento pelo trabalho ali se apresentava.

A escola projetada por Baltazar Diégues funcionaria ainda como um semi-internato. Para os meninos que não pudessem se deslocar diariamente para as aulas por morar longe deveria ser pensada a construção de uma pensão que garantisse a frequência dessas crianças na instituição. A existência de uma pensão na escola foi sugerida também como uma estratégia para que a rotina de trabalho no campo fosse cumprida sem prejuízos ao aprendizado do aluno.

O contato com uma rotina de trabalho e da produção conduzida dessa maneira, entendemos que poderia acarretar no desenvolvimento da responsabilidade, das tomadas de decisões e no ganho de uma vitalidade que seria bem aceita numa sociedade que pretendia o *status* de moderna. Mesmo que tais aspectos não fossem expressos claramente no programa de ensino, pelas preposições que compunham o pensamento pedagógico de Baltazar, intui-se que o regramento obtido pela disciplina do trabalho no campo serviria para acostumar a criança a uma futura rotina de trabalho semelhante e equivalente a uma nação ensaísta e capitalista.

No programa não temos a descrição de como seria a estrutura física da escola em si, apenas da necessidade do anexo de um terreno. Mas temos a orientação de como seria a composição da direção da escola. Esta seria composta por um administrador dos trabalhos no

campo e professores para o ensino intelectual com formação na Escola Normal. Baltazar também sugeriu que os alunos maiores e com bom aproveitamento dos estudos fossem auxiliares dos outros alunos durante as aulas, como uma espécie de monitor.

Quanto à manutenção financeira da escola Baltazar aponta a concessão de donativos e subscrições feitas pelos próprios membros do comício. Além disso, no trabalho do campo também seriam aceitos assalariados que juntamente com a produção dos meninos contribuiriam para suprir as necessidades da escola. Algo próximo a uma economia familiar era o que perpassava pelo pensamento do educador alagoano.

Nesse quesito Baltazar Diégues retoma a ideia de iniciativa de particulares na oferta do ensino para o trabalhador rural. Como se colocavam como indivíduos capazes de solucionar os males sociais, o intelectual alagoano entendia que como um interesse primeiramente particular aos proprietários rurais, isto é, a continuidade de sua fonte de renda, eles próprios teriam que investir na formação do trabalhador. Soma-se a isso uma questão que veremos mais à frente relacionada com a posição política ao qual Baltazar se filiava à época, enquanto concorde com os princípios republicanos.

Mas, ao mesmo tempo em que faz essa colocação, transparece uma insatisfação com relação à inércia do governo frente a essa questão. Apesar disso, ele entende que a ação individual de organizar o ensino rural nas Províncias teria que servir como impulso inicial para que o governo desse credibilidade e continuidade aos trabalhos.

Emquanto o Comicio Agricola tão dignamente procura realizar essa aspiração do seculo em que a riqueza activa e illustrada prometto donosa existencia ao homem, eu por minha parte vou como posso empenhando minhas forças para que vá a educação tomando o caminho que a nossa cara patria convém. E todos os homens de bom parecer esforcem-se por demover o governo a tomar mais praticas, e meios uteis, e mais profícuas suas reformas correspondendo a seus louvaveis empenhos; será isso muito melhor que entorpecel-o lançando-lhe por toda parte embaraços. (BALTAZAR DIÉGUES, 1877).

Baltazar provavelmente se referia a criação das escolas profissionais como uma das possibilidades para que a Instrução Pública pudesse oferecer bons resultados ao desenvolvimento do país. O problema levantado pelo educador trazia em cena novamente a questão da ausência de investimento na Instrução Pública no Brasil Império, priorizando outras áreas que garantissem retornos imediatos. Outro aspecto observado nesse fragmento é a ênfase dada por Baltazar a relação entre o alargamento da instrução e o progresso nacional. A

educação daria à pátria a “cara” que a convinha, ou seja, a conduziria rumo à instituição de uma sociedade “civilizada” aos parâmetros europeus.

E assim como reclamava do Poder Imperial sobre a falta de investimentos na formação inicial do professor de primeiras letras, Baltazar aponta no plano de ensino que a proposta poderia ser executada por iniciativa particular, o que ali era exposta como uma forma de servir de impulso para que o governo pudesse criar medidas que favorecessem a formação do trabalhador no país. É expressa aqui a questão abordada no capítulo um sobre as relações de poder que estava presente nos discursos em favor da oferta de um ensino para os trabalhadores no país.

Note-se que havia uma preocupação inicial em relação a organização da escola preparatória para o exercício da atividade agrícola. A ideia que podemos interpretar é que o interesse estava em disciplinar o corpo desses meninos para o trabalho no campo com o olhar mais apurado a partir dos conhecimentos teóricos ensinados nas aulas. Ao trabalhador nacional projetado nesse cenário não seria apenas requisitado o trato técnico sobre a atividade agrícola, mas também o conhecimento e aplicação de noções para época modernas acerca desse ramo econômico com o intuito de aperfeiçoá-lo.

Nessa estrutura da escola rural projetada por Baltazar Diégues, temos a preocupação quanto à aproximação entre os conteúdos a serem ensinados e a realidade do campo, o investimento e a manutenção da instituição por fundos próprios e a particularidade de pensar uma formação integral para o trabalhador nacional com perspectivas direcionadas ao desenvolvimento econômico.

4.2 Conteúdos e rotina de ensino para uma “Cultura do Campo”

Um dos aspectos pertinentes ao programa de ensino é a necessidade de socialização de conhecimentos relacionados diretamente com à “cultura do campo” a fim de que pudessem obter resultados satisfatórios das práticas que seriam empregadas no trabalho manual. Buscando articular conhecimento abstrato com prático, o currículo proposto pelo educador alagoano pensou uma rotina escolar voltada para o desenvolvimento de novas técnicas para o exercício da atividade agrícola. Aliado a isso, a projeção de um modelo de conduta também estava presente no currículo proposto. Os saberes a serem desenvolvidos na escola seriam os seguintes:

Quadro 2 – Conteúdos propostos para o currículo

CURRÍCULO DO ENSINO	
Conteúdo	Caracterização
Intelectual	Leitura, gramática, escrita e contabilidade
Moral	Doutrina, civildade, moral social, individual e religiosa
Educação física	Higiene, exercícios ginásticos e medicina doméstica
Profissional	<i>Preparatórios:</i> Física, química, botânica, zoologia <i>Avançados:</i> Agricultura teórica e prática, e comércio

Fonte: SANTOS, 2016.

A linha de aprendizado sugerida por Baltazar parte de uma concepção de aprendizagem iniciada por noções mais básicas e gerais dos saberes tidos como essenciais para a formação, e segue em direção a aquisição daqueles conhecimentos que reportavam diretamente ao trabalho na agricultura. O que fosse ali aprendido deveria possuir uma utilidade imediata visto que os alunos iriam dividir seu tempo na escola entre aulas teóricas e práticas. Na visão do educador alagoano a utilidade prática dos conhecimentos ensinados daria maior significado para a sua aprendizagem. Tal pensamento é posto no seguinte exemplo que ele expõe no plano de ensino:

As sciencias phyzicas e naturaes preparatorias devem fazer um curso successivo; para os principiantes deve consistir em explicações dos phenomenos mais usuaes, das principaes propriedades dos corpos, por uma conversação n'aula com os alumnos. Nas classes mais adiantadas deve haver o ensino regular de physica, chimica, botanica, zoologia, geologia, havendo cuidado em todo estudo de fazer ver sua utilidade pratica; assim quando em physica se trata das forças e do equilibrio, faz-se ver sua applicação na alavanca e na balançam, etc.; quando se trata das arvores, mostram-se os productos tirados d'ellas, e o modo de tiral-os. (BALTAZAR DIÉGUES, 1877).

As orientações de Baltazar atendiam ao anseio posto em relação à formação das populações pobres da sociedade apontada por Cunha (1998). Nesse sentido, reforçava-se a ideia de que o ensino adequado a ser oferecido a esse grupo social teria por fundamento a

preparação para o exercício de um ofício. Porém, é observado que o intelectual compreendia ser necessário ultrapassar uma aprendizagem mecânica visto a intenção de propor um conhecimento mais elaborado sobre as técnicas agrícolas.

A utilidade requerida por Baltazar Diégues à prática pedagógica – traço, aliás, corriqueiro nas propostas de ensino para o povo na época, a exemplo das publicações impressas nos jornais – mantinha relação com a concepção de educação social concebida por ele, a qual se afirmou em alguns de seus discursos como sendo a defesa para a organização e desenvolvimento de escolas de ensino superior voltadas para a formação de ofícios ditos a época como “menores”, como o de agricultor, comerciário, artesão, etc. Essa visão também abarcava uma concepção dualista do ensino, pois, conferia aos meninos pobres a impossibilidade de adentrarem num espaço social da academia superior de Direito ou Medicina. Um ensino de tal modo organizado visava à formação do hábito em meninos jovens para que o ideal de trabalhador pensado para uma sociedade moderna.

Cidadania e Instrução Pública caminharam juntas nessas perspectivas. Ao tratar de diretrizes para o ensino rural, Baltazar Diégues nos permite identificar a intenção de imprimir aos indivíduos que recebessem essa formação a condição de cidadão. Tal aspecto relacionava-se com as limitações que essa condição conferia ao indivíduo em sociedade. Nesse ponto, interessava aos proprietários rurais incluir no currículo para a formação do trabalhador aqueles saberes que direta ou indiretamente corroborasse para que a atividade agrícola atendesse tanto ao anseio pela modernização da agricultura, como também, ao regramento do indivíduo. A questão do disciplinamento do jovem que passaria por esta formação se observa na rotina diária e no tempo dedicado a cada componente organizados no quadro abaixo:

Quadro 3: Rotina da escola

TRABALHO NO CAMPO	
Horário	Atividade
Manhã	Até à 9h trabalho na cultura de campo; De 9h à 10h almoço e descanso; De 10h às 12h ensino de aula.
Tarde	De 12h às 14h30 ensino de aula; De 14h30 às 16h jantar e leitura;

	De 16h às 18h trabalho de cultura no campo.
--	---

Fonte: SANTOS, 2016.

Quadro 4 – Horário das aulas

DIVISÃO DAS AULAS	
Tempo estipulado	Conteúdo
½ hora por dia	Escrita
1 hora por dia	Leitura
½ hora por dia	Gramática
1 hora por dia	Contabilidade
1 hora por dia	Ciências físicas e naturais, agricultura, comércio, etc.
2 horas por semana	Tira-se da leitura e das ciências físicas para o ensino da moral
2 horas por semana	Tira-se da escrita para o ensino de desenho linear

Fonte: SANTOS, 2016.

Observemos que havia certo equilíbrio entre o ensino das disciplinas consideradas de caráter prático e aquelas mais teóricas como o ensino da moral. De todo modo, temos a predominância da concepção de que através do exercício do trabalho o *ingênuo* iria de fato contribuir para a construção de uma nação moderna e “civilizada”. Ocupar a mente desse indivíduo era evitar que a ideia de liberdade se impusesse aos princípios que regulavam a vivência naquela sociedade.

Como apontado nos discursos de periódicos da época, Baltazar estava situado num contexto onde havia de um lado certo temor quanto ao comportamento dos libertos na sociedade, e de outro a crença no trabalho enquanto elemento constitutivo de uma regeneração e disciplinarização dos indivíduos. Nessa direção, Baltazar Diégues compartilhava da concepção de que os meninos pobres deveriam passar por uma espécie de processo regulador no qual gradualmente seriam inseridos no ritmo e hábitos condizentes com um modelo de nacionalidade. O próprio educador alagoano em estudo expressou no programa de ensino rural que:

[...] o trabalho aumenta a produção, e diminui o círculo dos ociosos perigo terrível nas sociedades, e restringe o pauperismo causa da muita indiferença e dos muitos crimes, quando fôr diferentes seus hábitos, as instituições caducas cairão por terra faltas de apóio, sendo certo que os governos se fazem segundo o carácter dos povos, como diz um profundo publicista. (BALTAZAR DIÉGUES, 1877)

Aproximando-se de um conceito de moralidade cristã⁵¹, Baltazar Diégues entendia que a ociosidade era um mal a qualquer pátria ansiava pelo o *status* de nação “civilizada”. Tal como apregoava aquela concepção de moral, o homem ocioso estaria mais propenso a adquirir os males do mundo. A mente e o corpo ocupados com o trabalho iriam resguardar o indivíduo das corrupções e, portanto, prevenir contra a desordem social e garantir a continuidade dos hábitos já arraigados. Conforme Iraci Salles (1998), essa questão relacionava-se com a noção de progresso social na medida em que era concebido quando desenvolvido e/ou provocado pelo homem forma “o cabedal da nação”.

Partindo dessa direção, configura-se uma formação voltada a atender um projeto político e social onde temos a ordenação e o progresso material como atividades fins. No bojo desse projeto, ao qual estava filiado Baltazar Diégues, apreendemos que havia o entendimento central acerca da necessidade de regeneração do indivíduo proveniente da parcela da população pobre, ao mesmo passo em que se concebia como complemento dessa questão o modelo de um novo perfil para o trabalhador nacional.

De acordo com Ana Maria Santos e Sonia Regina de Mendonça (1986, p.87) o projeto de reforma pela atividade rural e, proposto pela maioria interessada na oferta do ensino rural envolvia “por um lado, o progresso técnico e a racionalização da produção agrícola, e, por outro, a reforma do próprio trabalhador rural”. Daí o interesse em formar uma espécie de especialista na “cultura do campo” como identificamos na proposta de ensino do alagoano Baltazar Diégues. Mas, não somente um técnico em assuntos agrícolas, como também um tipo social atinente com as expectativas de crescimento nacional.

⁵¹ Esta concepção de moral nos remete ao século XVIII, e no campo educativo a pedagogia das escolas *Port Royal*. Supunha-se que o indivíduo já nascia com uma disposição a praticar maus vícios. Em tal perspectiva a natureza humana teria uma essência negativa, mas que poderia ser corrigida através da ação coercitiva de outrem. De acordo com Silva (2004), “o indivíduo necessitava antes ser virtuoso que ser ilustrado”, assim, havia o interesse de que este indivíduo pudesse ser capaz de “dominar a si mesmo e as suas próprias paixões” para que pudesse agir conforme os preceitos que eram aceitos na sociedade em que viviam. A educação seria a principal via coercitiva capaz de “redimir” o homem de sua própria inclinação para o mal. O conjunto das práticas pedagógicas tinha por intuito o disciplinamento para a execução de regras.

É possível que intelectuais como Baltazar Diégues vissem nessa formação o primeiro passo para a solução da mão de obra na agricultura visto que o menino seria habituado àquela rotina de trabalho enquanto conseqüentemente seria inculcado da visão positiva da produção agrícola para o crescimento nacional. Conforme as referidas autoras:

A educação era valorizada como instrumento de adequação das mentalidades às novas necessidades decorrentes das transformações por que fatalmente passariam as relações de trabalho. Apresentava-se a crença de que a 'inteligência' que podia ser desenvolvida através da educação, era um dos 'agentes produtivos', junto com o capital, a terra e o trabalho, e deveria regular todos os outros e a garantia mais sólida da produção (SANTOS; MENDONÇA, 1986, p. 88).

É interessante observar também que mesmo sendo formatada naquele período uma visão extremamente negativa dos libertos e dos meninos pobres filhos de não escravas, no programa de ensino elaborado por Baltazar eles são percebidos como a chave para a solução da crise na lavoura. A ênfase na formação do técnico na "cultura do campo" aliada a perspectivas ligadas de forma direta com projetos mais amplos de padrões nacionais, concorriam para que uma atenção maior fosse voltada para essa população. Além dos aspectos correspondentes a visões estereotipadas dos negros livres ou escravos, acrescentava-se a discussão o debate em torno do aproveitamento da força de trabalho nacional em detrimento ao trabalhador imigrante.

Um dos pontos que também pode ser observado na organização dos conteúdos a serem ensinados na escola rural é a questão do aspecto gradual deste ensino. Como um defensor de um ensino mais prático nas escolas primárias, Baltazar planejou a rotina de estudos da escola de forma que levassem em conta as capacidades da criança desenvolvidas de acordo com o crescimento dela. Além disso, a hierarquia estabelecida entre o conteúdo profissional e intelectual sugere ainda a compreensão de que deveriam ser adquiridos conhecimentos básicos para que a aprendizagem específica da "cultura do campo" se tornasse viável.

Dentro desse esqueleto para uma escola profissional e rural delineado por Baltazar Diégues estavam inseridos de forma articulada os modelos de cidadão, trabalhador nacional e de nação. Tais perspectivas são apresentadas na segunda parte do programa em que o educador especifica a finalidade de cada conteúdo, em particular nos livros sugeridos e na caracterização do ensino de moralidades e civilidades onde é possível obter elementos que nos

permite compor uma visão geral desses modelos. Uma estreita relação entre finalidade pedagógica e finalidade política nessas concepções está representada.

4.3 Perfil do trabalhador rural

As orientações e sugestões contidas no plano de ensino do educador alagoano perpassavam por concepções em torno da moralidade pública. Tal aspecto compreendia uma dimensão mais ampla da instrução na medida em que estabelecia uma ponte direta com as apreensões sociais. Abarcava a aprendizagem de um sistema de regras e comportamentos tomados como necessários para os fins da nação desejava, bloqueando outros tipos de comportamentos que porventura fossem contra aos anseios criados.

Essas relações entre a moralidade pública e os modelos de cidadão/trabalhador/nação, assemelhava-se a ideia de processo civilizador esboçado por Norbert Elias (1998), na medida em que estabelecia uma série de princípios a serem adquiridos pelos indivíduos ao longo de seu desenvolvimento. Elias (1998) compreende o processo de civilização como sendo a gradual destituição dos desejos individuais para uma ação pautada e regulada sob os valores e a cultura social. Segundo o autor isso ocorre através de coações exteriores que reprimem comportamentos que não estejam enquadrados no estabelecido como padrão da sociedade. A constante ação coerciva do meio externo imprime no indivíduo hábitos que com o passar do tempo são tomados por ele próprio como de sua natureza.

Na concepção de Baltazar Diégues a educação serviria a esse propósito visto que a possibilidade de imprimir certos princípios a um grande número de pessoas, aliado a ideia de que a mente infantil se permitiria “modelar” mais facilmente, conferia a prática formativa um lugar privilegiado de preparação da cidadania nacional conforme parâmetros pré-estabelecidos. No plano de ensino em estudo Baltazar Diégues se refere ao ensino da moral em três âmbitos: a moral individual, a moral social e a moral religiosa. O conceito de moral empregado pelo educador remetia muito diretamente ao campo religioso, isto é, a apreensão da noção de certo ou errado e da consciência de punição. De acordo com ele:

A doutrina deve constar de principios do christianismo, sem exclusivismo, e preparando os espiritos para a tolerancia religiosa, com a qual se conseguirá facilitar a immigração, summa utilidade para o augmento da população. Prescindir do ensino

religioso que fundamenta o ensino moral, será erro. Os princípios do christianismo são communs a todas as nações que pódem merecer nossa attenção. (BALTAZAR DIÉGUES, 1877).

Nesse trecho Baltazar Diégues expressa uma concepção que seria uma das principais críticas de Emile Durkheim⁵² ao ensino da moral realizado até o século XX. Tratava-se da apropriação de um conceito de moral arraigado a filosofia cristã que causaria um distanciamento entre o indivíduo e as “reais necessidades” da pratica moral na sociedade. No entanto, da forma como Baltazar insere essa concepção no programa de ensino, há uma estreita relação justamente com a organização social. Primeiro por expor que o ensino da moral deveria servir também para a aceitação dos imigrantes na sociedade brasileira, o que de certo modo servia também para a conformação desses aos nossos hábitos como ele próprio sinaliza em nota de rodapé que tal ensino deveria “evitar o desvio que tomam os immigrants aqui, concorrendo para descredito do paiz”⁵³. Era nesse caso um meio de imprimir aos imigrantes as expectativas nacionais.

Cabe apontar, que o conceito de cidadania se tornava importante principalmente pela introdução dos imigrantes na sociedade brasileira do Brasil Império, tratando-se no caso desse grupo de uma formação que os fizessem estar animados e concordes com os objetivos nacionais, e não se voltassem contra eles devido a laços com seu país de origem (SHELBAHUER, 1998). A Instrução Pública serviria como aproximação dos imigrantes aos interesses nacionais e, não tanto para uma regeneração individual como era previsto na formação de jovens pobres brasileiros.

Outro aspecto que corrobora para pensar a relação presente entre a moral religiosa e a organização social é que Baltazar a entendia como necessária para uma possível aproximação entre a sociedade brasileira e as demais nações que merecem atenção, isto é, aquelas⁵⁴ em que o modelo de modernidade e civilização era ansiado. Ademais, Baltazar especificou o ensino da moral enquanto também campo individual e social, acrescentado do ensino de civilidades que estaria voltado diretamente para a compreensão da influência política numa sociedade moderna.

⁵² No livro “A Educação Moral”, Durkheim enfatiza a necessidade de superar a visão cristã acerca da moral e produzir uma concepção do termo mais racionalizado de modo que esteja voltada para a ação coletiva.

⁵³ O desvio ao qual se refere Baltazar Diégues diz respeito a não apropriação por parte dos imigrantes dos costumes nacionais.

⁵⁴ Países europeus, em particular França, Itália e Prússia, e os Estados Unidos da América.

A moral ensinará os deveres do homem para consigo, para com os outros homens e para com Deus. A civilidade ensinará as praticas que a etiqueta admite no trato. Este estudo se deve completar com o de Direito Criminal e com o de Direito Constitucional, ou explicação da constituição brasileira, cujos principios é preciso fazer antes amar, que respeitar. Nada devem ter de scientifico para que não pareça excesso ou impossivel na escola. (BALTAZAR DIÉGUES, 1877).

No ensino de civilidades estaria ao que parece a base para a formação de um perfil de cidadão, consciente de seus direitos e deveres. Seriam concepções que deveriam ser assimiladas pelos meninos de modo que vissem nelas não muito uma imposição do meio externo, mas sim uma necessidade para o desenvolvimento nacional. O indivíduo teria o direito a exercer sua liberdade desde que sua ação estivesse voltada para o progresso e equilíbrio da nação.

Se quisermos estabelecer uma divisão mais clara entre a moralidade e a civilidade, poderíamos dizer que a primeira cuidaria do espírito da criança, do cultivo de valores e hábitos, já o segundo conteúdo estaria a serviço da construção do sentimento de nacionalismo. Mas, longe de serem disciplinas autônomas, Baltazar Diégues estabelece entre elas um elo de complementariedade construindo uma ponte direta entre a apreensão desses conteúdos e a vida social pensada a partir da organização do trabalho.

Filiada com essas finalidades encontra-se a ideia de um aperfeiçoamento do indivíduo que na visão da época e dos intelectuais, que propunham projetos de instrução ao povo, resultaria conseqüentemente numa reforma social. Atentando para os indivíduos aos quais se dirigia a formação do trabalhador rural, meninos pobres e negros, a concepção de aperfeiçoamento esbarrava na pretensão em corrigir os possíveis desvios inerentes a essa população. Ademais, observa-se também o interesse de construir uma imagem precisa de um arquétipo social que estivesse “limpo” das mazelas representadas como atraso nacional.

Essas concepções que Baltazar Diégues expressou no programa de ensino repercutem ainda a construção feita na época em torno do conceito de “civilização”. A “civilização” almejada por aquela sociedade foi correntemente pensada em relação a população pobre na medida em que a falta de cultura letrada desse grupo social era o entrave para a modernização nacional. A questão da escravidão surge aqui muito forte. Uma sociedade que se pretendia moderna e “civilizada” precisava fortalecer um repúdio à instituição da escravidão ao mesmo tempo em que desejavam impedir a circulação total do liberto no meio social sob a ameaça criada de um desvio moral da população brasileira.

Nesse sentido, a “civilização” era um ideal, mas era também a justificativa para a prática de ações voltadas para a coerção do povo. Cabe lembrar, como bem pontuou Norbert Elias (1998), que o processo de civilização era estabelecido pela superação de estágios a partir de práticas que agiam do exterior para o interior do indivíduo. A noção de correção da mente e do corpo do indivíduo, que deveria ocorrer de forma gradual a partir da sua entrada no ensino primário, procurava atender a essa ideia de processo e superação de um estado de espírito inferior ou bárbaro como costumavam se referir à época para o de “civilizado”.

Nos discursos produzidos por outros intelectuais no século XIX é possível identificar traços dessa concepção de civilização. Um exemplo é uma dissertação sobre a influência da civilização no homem escrita no ano de 1853 pelo político e médico alagoano Tomás do Bonfim Espíndola (1832-1889)⁵⁵. Nesse documento Espíndola aponta uma associação entre civilização e o progresso material e moral da sociedade e, inclui a mudança dos hábitos populares como a principal fonte para a transformação social. E como era comum à época, a instrução foi tratada como o grande agente promotor da instituição desse processo civilizatório. Baltazar Diégues compartilhava dessa opinião, entendendo ainda a civilização como um aspecto de distinção entre as sociedades. Ambos nutriam uma visão estritamente positiva do progresso obtido pela civilização.

Os povos bárbaros menosprezando a agricultura, este manancial de riquezas, experimentão de continuo os duros efeitos da fome, a tal ponto que os pais são obrigados muitas vezes a desamparar e até matar seus próprios filhos; o idiota, o cego, o surdo, o mudo, o maneta baldos de recursos são victimas infalíveis da morte; os civilizados pelo contrario medindo sabiamente as necessidades da vida cultivão a terra; estudão os movimentos dos astros, por cujo conhecimento regulando as suas ceifas, d’ella colhem sazonados fructos, e antevendo o futuro, certos da inconstância da natureza, avaros e cautelosos escondem nas entranhas da terra aos insectos, á luz, e ao ar esses preciosos thezouros, para resgatar a vida em tempos críticos. (ESPINDOLA, 1853, p.9).

A civilização era inserida numa relação intrínseca entre desenvolvimento nacional e projeto político social. Tais considerações giravam em torno da ideia de “conversão da

⁵⁵ Tomás do Bomfim Espíndola foi um político, médico e jornalista do Brasil Império. Além dessas áreas Espíndola se destacou por sua participação na área da Instrução Pública na Província de Alagoas, atuando como docente no Liceu de Maceió onde lecionou a disciplina de Geografia, Cronologia e História; produziu ainda um compêndio de Geografia e ocupou o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública em 1865. A referida dissertação foi o trabalho final do intelectual do curso de Medicina que cursou na Bahia. Conforme Edgleide Herculano (2014), Espíndola esteve engajado no projeto de modernização da escolarização alagoano, no sentido direto da reorganização social. Ver: HERCULANO, Edgleide de Oliveira. *Thomaz Espindola: um alagoano e seus escritos sobre educação no Império brasileiro*, 2014 (Dissertação de Mestrado).

sociedade”, no sentido de que a medida que o homem se moraliza na sociedade, ou seja, torna-se um ser social, ele garante o progresso material e a harmonia das relações sociais. Entendida por este viés, a civilização equivalia ao processo de conquista do domínio da natureza do indivíduo e a produção de técnicas e/ou hábitos que correspondessem ao modelo de cidadão projetado no período.

O ideal compartilhado entre Baltazar e Espíndola manteve relação também com as prerrogativas iluministas para a sociedade. Primeiramente porque havia o predomínio e a ênfase da noção de aperfeiçoamento da nação e do indivíduo resultado de um processo de constituição e socialização de hábitos. E, segundo, dada a responsabilidade posta na Instrução Pública para atingir esses objetivos. Nesses termos, caberia à educação moral formar uma consciência cívica do indivíduo a fim da conquista de objetivos comuns (SILVA, 2004, p. 42). Não tratava simplesmente de imprimir nos formandos valores relacionados ao cultivo do bem-estar interior ou de noções que fizessem os indivíduos raciocinar entre o certo e o errado, mas sim que estas aprendizagens e concepções estivessem direcionadas para o bem da organização social.

No plano de ensino em estudo, Baltazar Diégues nos permite identificar indícios de que a preparação dos meninos na escola projetada por ele deveria caminhar para a organização de uma sociedade republicana. Isso se observa particularmente através da indicação dos livros sugeridos para leitura da escola e no confronto de outros discursos do educador realizado no mesmo período. Dos livros sugeridos por ele constam os seguintes: *A Província*, de Tavares Bastos e *Os varões do Brasil*, de Pereira da Silva. Estas produções em específico teriam por objetivo completar a formação constitucional referida no ensino de civildades e que se apoiava diretamente na construção de uma identidade nacional.

No caso de Tavares Bastos⁵⁶, a aproximação com Baltazar está na questão de que ambos estiveram preocupados em acentuar nas suas propostas educacionais a importância de instituir no Brasil o ensino profissional, devido principalmente a questão da emancipação dos escravos. A defesa se fazia sob os mesmos critérios para os dois intelectuais: impedir a ociosidade e com isso garantir uma força de trabalho qualificada para o exercício da atividade agrícola. A Instrução Pública compreendida na visão dos dois alagoanos era revestida por uma finalidade estritamente política. O progresso nacional seria obtido conforme o grau de investimento na educação realizado pelo país.

⁵⁶ Aureliano Cândido de Tavares Bastos (1839-1875), foi jornalista e político no Brasil Império. Apesar de ter nascido em Alagoas, a sua atuação no espaço social da época ocorreu particularmente na cidade do Rio de Janeiro. Nos seus discursos promoveu a defesa de ideais republicanos e abolicionistas a fim de conduzir a sociedade brasileira para uma reforma política social.

No livro *A Província*, Tavares Bastos além de tecer críticas a centralidade do Poder Imperial e de defender a instituição da República, entende o ensino profissional como possibilidade viável para a transição gradual do sistema econômico. A liberdade não conduzida seria um mal evitável na visão desse intelectual visto que poria em situação difícil a economia agrícola. O ensino era posto na concepção de correção social semelhante à proposta de Baltazar. O hábito do trabalho dentro dessa concepção era um dos principais meios para a moralização/civilização dos meninos.

O verdadeiro caminho para operar a felicidade do paiz não é reformar as instituições politicas, é preparar o character dos homens, e o primeiro elemento é desenvolver a riqueza que se repartindo por todos traz o bem estar, o trabalho augmenta a producção, e diminue o circulo dos ociosos perigo terrivel nas sociedades, e restringe o pauperismo causa da muita indifferença e dos muitos crimes, quando fôr differentes seus habitos, as instituições caducas cahirão por terra faltas de apóio, sendo certo que os governos se fazem segundo o character dos povos, como diz um profundo publicista. (BALTAZAR DIÉGUES, 1877).

Cuidava-se assim de dois interesses nacionais, a questão relacionada a modernização da atividade agrícola e a outra concernente a libertação gradual dos escravos. De certa forma tinha muito de uma visão salvadora no programa de ensino e na proposta de Tavares Bastos. Ao pensar a formação dos trabalhadores nacionais, Baltazar acreditava estar defendendo propostas para a salvação do Brasil Imperial e seu aperfeiçoamento.

O conteúdo de moralidades e civilidades não era assim um saber apenas ornamental no currículo proposto no plano de ensino, tinha por finalidade introduzir os meninos a toda uma estrutura de regras, ideários, concepções e comportamentos que buscassem garantir a ordenação de uma sociedade pautada em princípios republicanos, o que naquele momento (a partir da década de 1870) começava a ser colocada como o sistema que impulsionaria o país para o “verdadeiro” estágio da “civilização” justamente por conta das problemáticas sociais que apresentadas como impeditivas para uma sociedade moderna. Diante dessas concepções, o ensino de moralidades e civilidades tinha um peso grande na formação do trabalhador.

A moralidade era tida como representante dos valores ansiados pela modernidade, necessária para a solidificação da cultura e política. Esta finalidade impressa no plano de ensino de Baltazar expressou os anseios gerais representados nos discursos que circularam em âmbito local e nacional, como foi observado nas matérias periódicas. Tanto nesses discursos, como no plano de ensino o que estava em jogo não era somente a qualificação do trabalhador

nacional, mas, e principalmente, a formação da sua consciência. Por mais que determinada formação não garantisse o exercício da ação desejada, intelectuais como Baltazar Diégues acreditavam que a oferta de um ensino voltado a estas finalidades poderia concorrer para a unidade nacional.

Tais considerações expressavam a insatisfação de intelectuais defensores da República com relação à organização político social vigente no período. O interesse em instruir o trabalhador era pensado em torno da procura pelo ser brasileiro, de uma “alma nacional” como dito por Anaete Shelbahuer (1998). De acordo com essa autora a questão em xeque a ser resolvida estava em como articular os interesses locais com o poder central. Deveria assim, ser uma formação que ultrapassasse a preparação para o trabalho livre para demarcar uma formação voltada para a mudança na organização política.

É observado é que a questão da instrução do trabalhador nacional tornava-se mais urgente à medida que a discussão em torno da reordenação política do país se configurava, principalmente no que diz respeito a questão da descentralização do poder. Baltazar Diégues, por exemplo, não só no plano de ensino em estudo, como também noutros discursos, expressou a sua predileção por uma maior autonomia das Províncias para a organização da Instrução Pública. Ele se refere a essa pretensão numa publicação da Revista de Ensino de Alagoas no ano de 1878:

A instrução primaria deve pertencer ao municipio, ao conselho das familias; e ainda ao municipio devem ser dadas largas franquias sobre a instrução secundaria e superior. Uma bem organizada inspecção dos altos poderes seria bastante, para obstar todos os inconvenientes que se dão largas attribuições se poderem originar. Deste alargamento de autoridade litteraria, resultará que a instrução primaria será dada ao sabor das necessidades locais e a instrução secundaria e superior será diffundida, crescendo o numero dos bacharelados em todos os ramos das ciencias humanas [...] (BALTAZAR DIÉGUES, 1878, p.16).

Este trecho retirado de uma produção escrita quatro anos depois da elaboração do programa de ensino sintetiza o pensamento do educador em relação aos objetivos que conferia à formação do trabalhador rural e a ênfase na criação de instituições de ensino voltadas para a formação de um ofício manual. Inserido diretamente num projeto político, a instrução ofertada no período tinha como “missão” conduzir o devir de uma nova estrutura social, instituir as bases para a consolidação de princípios que possibilitassem uma dinâmica cultural e social condizente com uma sociedade “moderna” e “civilizada”.

No plano de ensino elaborado por Baltazar era anunciada estas preposições relacionadas à formação do trabalhador rural:

Não são os adultos de hoje, já affeitos a essa vida indolente e mesquinha, que irão tomar parte de vosso empenho, e concorrer a vosso nobre e generoso reclamo. Por isso é preciso contar antes com a seguinte geração, e tomar os meninos de hoje para fazel-os proselytos no futuro de nossas grandiosas idéas e humanitária empreza. Aos adultos facilitar, animar, haverá sempre proveito no empenho. Aos meninos arrancar-os á sorte actual, e preparal-os para proseguir vossa propaganda (BALTAZAR DIÉGUES, 1877).

Vale destacar a ênfase dada pelo intelectual no que tange a que este ensino fosse destinado à infância e não ao adulto. O ideal de um cidadão republicano espelhado na instrumentalização dele para a novidade do trabalho moderno seria o produto de um progresso gradual obtido através do ensino. O ponto de diálogo das propostas para a formação rural era as alternativas pensadas para resolver a ausência de braços na lavoura. Relacionando as propostas políticas do partido republicano com o conteúdo do plano de ensino em estudo, identificamos que o interesse estava em garantir o equilíbrio da ordem social a partir do diálogo entre a estrutura social já estabelecida e as medidas “modernas” que era pretendido instituir no país (SALLES, 1998).

Essas interpretações nos permitem intuir que o programa produzido por Baltazar Diégues pontuava em linhas gerais alguns dos princípios identificados com aqueles constituintes do republicanismo. O aspecto político tratado ainda a pouco contido nesse documento repercutia as divergências ideológicas dos partidos políticos existentes na segunda metade do século XIX. Particularmente na década de 1870 houve cisões no partido Liberal, resultando na criação de novas facções partidárias com objetivos diferenciados entre si, tratando-se de ideários conflitantes entre um liberalismo clássico e outro mais radical (CARVALHO, 2014).

Foi um período de intensos debates ideológicos, visto que dentro de um mesmo partido coexistiam discordâncias entre seus membros quanto ao projeto de nacionalidade que deveria ser operado na nação brasileira. Segundo Carvalho (2014, p. 208-209), as principais diferenças dentro do partido republicano estavam entre de um lado um grupo que dava ênfase para a descentralização do poder e autonomia das Províncias e de outro, a intenção em atender os interesses de grandes proprietários de terra.

Carvalho (2014) refere-se aos partidos republicanos localizados no sudeste do país. Como já abordado anteriormente nesse texto, no Brasil Império havia um desencontro de interesses entre as regiões Sul e Norte do país, o que, no entanto, não impedia que coexistissem finalidades em comum adaptando-as aos respectivos contextos. A análise do programa de ensino nos sugere esse aspecto na medida em que Baltazar expressou sua preocupação com a formação da população pobre, mas aponta, mesmo que sob ressalvas, o cuidado de estender a formação nacional para os imigrantes.

Nota-se ainda que no programa de ensino o que estava em jogo era o despertar de habilidades atinentes com novos ritmos do trabalho e das formas de se relacionar no espaço social. À medida que os intelectuais da época concebiam a necessidade da elaboração de um projeto nacional, o progresso material passava a ter por início na eleição das características de um trabalhador apto não somente a realizar um ofício, mas a compreender os interesses e expectativas da nação.

Direcionava-se desse modo como um guia da ação dos jovens, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Além disso, ao que se observa, procurava demarcar os limites de ação na sociedade, bem como, atender a projetos particulares ou coletivos de parâmetros de nacionalidade. Baltazar Diégues assinala esses aspectos de forma pontual não só no plano de ensino, como também em outros discursos voltados para a organização da escolarização alagoana. Civilidades e moralidades se uniam à formação política e ética do indivíduo em sociedade com vistas ao seu progressivo desenvolvimento.

Em se tratando principalmente dos *ingênuos*, filhos de escravas, o cultivo do hábito do trabalho era necessário, como interpretamos na seguinte consideração feita por Baltazar Diégues no texto de 1878 da Revista de Ensino:

Adaptem-se as escolas ás localidades. O ensino é um meio, não um fim, por isso deve acompanhar o fim a que se propõe aquelle que o recebe. A uniformidade nos esterilisa. O ensino seja inclinado ao commercio e ás letras; se a escola é do campo, o ensino seja inclinado á conhecimentos annexos.

Acima da escola primaria devem estar escolas profissionaes praticas, propriamente para os operarios, agricolas no campo, commerciaes na cidade, e de artes em toda parte onde elles existem. Coroando o edificio da instrucção nacional, devem estar as academias theoricas de direito, de mecidina de mathematicas, de agicultura, de bellas artes, bellasletras, em summa, academias scientificas, litterarias e profissionaes. Para os que podem fazer as despezas de estudos, as academias proporcionam o titulo honorifico em todas as profissões a que se pode o homem dedicar. Para os que devem logo buscar o trabalho, as escolas habilitam á profissões em que acham recursos de vida. Homens assim preparados, disse-o eu uma vez, não podem deixar de ser optimos trabalhadores, e em occupação que lhes facilita a vida; constituindo suas familias, serão cuidadosos dellas e estretarão esses laços

domesticos tão relaxados entre nós. Ha nesse intuito muito a pensar sobre os ingenuos, classe excepcional e que agora se começa a formar: bem poderemos fazer della elemento propulsor de grandeza, si a escola a souber educar.

Desde que foi promulgada a lei de 28 de Setembro de 1871, dous elementos a sociedade nacional ficaram abalados: o trabalho e o pauperismo; o trabalho ameaçando decrescer pela falta de braços e o pauperismo augmentar pelo acrescimo de pessoas sem meios de occupação, sem tendencias para ella, e naturalmente infensos a qualquer trabalho semelhante ao que occupava os escravos e aviltante por isso a seus olhos.

Mas si, pela educação, virem no trabalho, não um aviltamento, mas um título de nobreza, não cuidarão das cogitações que occupam os ociosos, e teremos, nessa concurrencia de trabalho livre e intelligente, uma fonte perene de recursos e uma solida garantia de progresso.

A fala de Baltazar nos aponta ainda em quais termos era pensada a formação dos filhos de escravas: diminuição da visibilidade da pobreza na sociedade do Brasil Império e justamente a questão da regeneração moral. Tal ideia nos remete aos discursos presentes nas publicações dos periódicos onde era expressada a repugnância pela presença dessa população em razão do aumento de crimes e mendicância. Dessa forma, o trabalho se convertia em mais um elemento moral a fim de tomar o controle sobre o comportamento dessa população. Podemos identificar esses aspectos no seguinte discurso:

Procurámos demonstrar a indeclinavel obrigação que pesa sobre o governo de educar os ingenuos, abrir-lhes os horisontes do futuro, e apontar os perigos que correrá a sociedade em receber em seu gemio milhares de homens ignorantes, perigosos, sahidos do cativo, e não predispostos para saborearem as delicias da liberdade.

E' uma lei invencivel das causas humanas que cada nova liberdade pede como contrapeso uma virtude, a cada novo direito um novo dever.

Ora, liberdade dos filhos da mulher escrava é, sem duvida, uma virtude, um direito, uma conquista eminentemente christão, profundamente catholica, altamente civilizadôra, que honra o brazil, e o collocou na primeira ordem das nações cultas.

Porém, falta o contrapeso, e necessitamos do cumprimento do dever: a educação dos ingênuos.

Essas crianças que ahi crescem no casal à par de familia, poderão ser a futura riqueza nacional ou a sua ruina, conforme forem educadas. E' escusado aventurarmos a pergunta, indagando qual deverá ser a educação que se proporcionará aos ingênuos.

Os melhores pensadores, ainda mesmo infensos á causa ortodoxa que advogamos, preferem, com Guizot, a educação que se dá na atmospheria religiosa.

A educação moral e religiosa é o primeiro fundamento da felicidade humana diz francamente Leibnitz.

[...]

Por isso, implantemos nos corações dos ingenuos as fecundas sementes da educação religiosa.

Duplo serviço prestar-se-ha a essa grande massa popular que tem de penetrar no amago social: illuminar as suas almas; fortificar a sua fé.

Cidadãos, virão para as fileiras dos homens livres bem esclarecidos dos seus direitos sociais: o _____ darsa-hao por felizes em cumprimentos salutaes preceitos de uma

criança, que faz as delicias da vida presente e dá a eterna salvação após o terreno peregrinar.

Preparando desse modo o porvir dos ingenuos, tambem antecipamos um futuro claro, sem apprehensões sinistras, para a nossa patria. (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 17 de março de 1883, p.1).

Nesses fragmentos extraídos de uma publicação jornalística do período identificam-se correspondências diretas com a proposta de ensino rural elaborada por Baltazar Diégues. Estão presentes em ambos os discursos a ênfase no ensino da moral e na eleição do trabalho enquanto elemento de conversão desses indivíduos em cidadãos úteis ao crescimento nacional. Outro aspecto que transpassa o conteúdo da matéria e está de certo modo também presente no programa de ensino é o regramento da liberdade dos *ingênuos*. Nessa questão as representações arraigadas em torno do escravo passavam a justificar a defesa pelo ensino rural ao mesmo tempo em que reforçava essas representações.

O fim da instrução popular seria atingir a harmonia da ordem social a partir das regras que compunham a moralidade da época. Apesar de não especificar claramente que o plano de ensino era destinado aos filhos de escravos libertos, toda a organização da rotina de ensino numa escola rural proposta por Baltazar Diégues encontrava eco nessas ideias. No bojo dessas intencionalidades a instrução entrava em cena como uma espécie de salvação para a transformação social desejada por intelectuais como Baltazar Diégues. A aquisição dos princípios que a época constituía a moralidade pública serviria como um adiantamento no caminho à civilização. Além disso, introduziria da forma “correta” os homens livres negros os quais tinham por representação uma natural associação ao não disciplinamento moral e ao relaxamento quanto ao trabalho.

A questão da moralidade ainda perpassava pela conduta do professor no exercício de sua atividade. De acordo com o expresso no programa de ensino, o docente seria uma espécie de modelo da boa conduta. Tal aspecto não era na época uma característica imposta apenas à formação rural, mas ao professorado das primeiras letras. Assim se expressou Baltazar Diégues sobre esse ponto:

O caracter do professor deve ser o de um homem respeitavel, e ao mesmo tempo amavel, instruidor e moralista; illustrado, honesto, justo, e perfeitamente conhecedor do espirito da infancia, em quem inacula suas idéas e caracter; já pelo contacto, já pelos modos, já por conferencias sobre negocios da vida humana em termos ao alcance de sua comprehensão. (BALTAZAR DIÉGUES, 1877).

Além de demonstrar ser um exemplo de conduta digno de ser copiado, o bom professor na proposta do educador alagoano deveria atuar também como um “moralista” no intuito de guiar as ações dos meninos; se tornar um vigilante constante das regras sociais a fim de fazê-los apreender o comportamento adequado às práticas sociais. A segunda responsabilidade que toca a postura do professor posta no trecho anterior é o conhecimento da natureza infantil.

Esta última atribuição ao professor mantinha relação com a reforma de ensino que o Baltazar Diégues pretendeu instituir na Província alagoana enquanto ocupava o cargo de Diretor da Instrução Pública. Compreender os limites de aprendizagem da criança, o que lhe chama atenção e onde se deve exigir mais dela atendia as expectativas situadas no método de ensino intuitivo do qual Baltazar era defensor. Tal concepção, provavelmente também era seguida porque a partir desse conhecimento primário acerca do desenvolvimento infantil, seria mais fácil organizar os conteúdos de forma que fossem assimilados rapidamente.

Destacamos ainda, suas propostas pedagógicas quanto ao investimento na formação do professor, com a particularidade de que o professor que fosse lecionar no ensino rural teria que possuir um conhecimento acerca da atividade do campo. Mas, de modo geral, mesmo que não trate disso diretamente no plano de ensino, intui-se pelas orientações ali contidas que o docente nomeado para assumir esse ensino teria que estar conforme com o que se acreditava a época ser a pedagogia moderna para que as finalidades a que se propunha a formação rural fossem atingidas.

Por isso a urgência quanto pela formação, em particular, do liberto, como também, do delineamento das diretrizes que deveriam conduzir a organização da Instrução Pública na nação. Na concepção do educador alagoano, tais objetivos seriam atingidos numa formação que aliasse a noção de utilidade do ensino, formação do cidadão através do ensino da moralidade e um trabalho sólido do professor.

A concepção de moralidade e civilidade em Baltazar se articulavam na medida em que tinham por finalidade principal a preparação do cidadão e da identidade brasileira. Associava-se a ideia de “cultura do campo” enquanto algo adquirido através da evolução intelectual e moral do indivíduo. Além disso, colocava em destaque a necessidade da existência de uma ação que priorizasse o bem-estar do coletivo. A solidificação do que poderíamos chamar de consciência nacional perpassava como um dos objetivos previstos no ensino das moralidades e civilidades na escola rural.

O lugar desse conteúdo na formação do trabalhador rural assumia estrategicamente a pretensão de imprimir nesse grupo social um determinado tipo de conduta. Baltazar tecia as seguintes considerações ao final do plano de ensino: “as escolas como estão constituídas nada aproveitam/E’ necessário que n’ellas o ensino seja útil, e que os alunos lhe conheçam a utilidade; por meninos não deixam de pensar, nem sua vontade se deixa amoldar às ideas que lhes preocupa a inteligência⁵⁷”, reforçando justamente que a solução para os problemas sociais estaria na construção de um ideário comum impresso na população desde a sua formação inicial nas primeiras letras.

Diante das orientações do educador em torno do ensino desse conteúdo nas escolas profissionais e rurais, podemos delimitar um perfil de trabalhador almejado por ele ao fim dessa formação. Primeiramente temos a intenção de qualificar a mão de obra para a atividade da lavoura. Nesse sentido estava em questão a aprendizagem e a prática de novas técnicas para a produção agrícola. O técnico que passasse por esse ensino deveria ser capaz de tomar conhecimento das possibilidades e limites do solo a fim de maximizar as produções e o retorno financeiro.

Esse aspecto também manteve relação com a associação entre o desenvolvimento social e a modernização da atividade agrícola, visto que, a progressiva qualificação do trabalhador seria convertida em resultados satisfatórios para a economia nacional. O trabalhador que estivesse familiarizado com estas questões poderia então contribuir de forma significativa para o crescimento nacional e a gradual industrialização da atividade agrícola. Juntamente com a qualificação das técnicas de lavoura havia a questão do disciplinamento do indivíduo.

Baltazar observa no plano de ensino a necessidade de despertar no indivíduo desde a tenra idade o despertar da autonomia direcionada para a aprendizagem do que era configurado como novidade, em particular, do tipo de conhecimento destinado ao aperfeiçoamento da atividade laboral. Outro aspecto identificado no modelo de trabalhador projetado é a assimilação de valores que estivessem dirigidos para o sentimento de pertencimento nacional a fim de que houvesse uma identificação com os anseios da pátria. Tal identificação contribuiria para que os meninos crescessem com a compreensão de que eram responsáveis pelo gradual progresso da nação a partir da oferta de uma força de trabalho. Aqui também está inserida a concepção de fazer com que a população pertencente ao grupo social na época marginalizado se sentisse cidadão, no sentido lato do termo, daquele lugar.

⁵⁷ BALTAZAR, 1877.

O trabalhador nacional teria que estar engajado nas questões políticas da época. Consciente ou inconscientemente, ele estava envolvido e era inserido no seio das problemáticas sociais. Daí a relevância dada por Baltazar para a aquisição de conhecimentos sobre o Direito. O delineamento dessa formação para o trabalho rural abarcava, ao menos na proposta de ensino do educador, os anseios e temáticas presentes nos discursos sobre a problemática agrícola e a intenção de introduzir a nação brasileira aos parâmetros da “civilidade” europeia.

Por mais que o programa de ensino estivesse revestido de um caráter pragmático, em que a conformação do grupo social que receberia aquele ensino era uma finalidade no pensamento intelectual da época, é relevante pensar que a estrutura da escola delineada por Baltazar Diégues, poderia ao mesmo tempo contribuir também para que os jovens pudessem ganhar certa autonomia naquele espaço sócio cultural. O acesso a livros, a aquisição do hábito de relacionar a prática com a teoria, e a disciplina inerente a rotina de estudos e do trabalho, formariam, a meu ver, não somente cidadãos prontos para reproduzir uma ordem social, mas também para uma ação mais autônoma naquele meio.

Se tomarmos ainda como parâmetro a ideia concebida em torno da formação da população pobre da sociedade do Brasil Império, a qual se remetia apenas para a defesa da aprendizagem do ler, escrever e contar, o ensino proposto no programa em estudo poderia proporcionar-lhes o conhecimento de saberes e habilidades que o currículo da escola primária do período não contemplava. Apesar de possivelmente não ser esta a intenção de Baltazar Diégues quando na elaboração do plano de ensino, estas possibilidades de alguma forma poderiam resultar em produtos desse tipo de formação pensada por ele.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por sua inserção no espaço do Instituto Histórico e Geográfico da Província alagoana, a atuação intelectual de Baltazar Diégues esteve revestida pelo que Dirceu Lindoso (2005) denominou como sendo uma ideologia estamental. Conforme Lindoso (2005) a intelectualidade formada no interior do Instituto Histórico durante o Segundo Império marcou a intenção de solidificação de um ideário comum a respeito do rumo ao qual a sociedade alagoana deveria seguir. Pretendiam construir uma coesão entre os discursos produzidos com vistas à manutenção da tradição em que foi estabelecida a ordem social vigente naquele contexto.

Nessa direção, compreendemos que a respeito do que também aponta a análise das ações de Baltazar e alguns de seus contemporâneos, a exemplo de Tomaz do Bonfim Espíndola, Tavares Bastos, Alexandre de Moura e outros, o saber circulado e produzido pela intelectualidade alagoana nas décadas finais do Brasil Império divulgou os parâmetros aos quais a cultura deveria ser interpretada. Os discursos produzidos pelos homens de letras da época, seja eles historiográficos ou de outra natureza, pretendiam contribuir com o delineio da identidade local atravessada por expectativas políticas que dialogavam entre si. Como por exemplo, o interesse posto no cenário social da época quanto a maior autonomia das Províncias, o desenvolvimento da economia nacional através do melhoramento e investimento da “Cultura do Campo”, a reforma moral da população e a definição de modelos de cidadania.

Baltazar Diégues faz parte desse movimento intelectual que se estendeu até a Primeira República e que teve como finalidade a construção de uma caracterização da cultura alagoana. Seus textos a respeito da historiografia brasileira, da geografia alagoana e também sobre literatura, eram formas de construir uma imagem identitária da sociedade de seu tempo. As reformas no campo social e moral – defendidas por ele – interessavam a tal finalidade na medida em que divulgava o contorno de padrões de nacionalidades sob as perspectivas de uma ideologia que combinava em si ideários contrários que dialogavam entre si. Contrários no sentido de conflituosos, porque cada intelectual tinha uma maneira de perceber a realidade que o cercava e propunha medidas que conflitavam com outras propostas divulgadas no período, mas que ao mesmo tempo tinham como finalidade instituir a referida identidade nacional.

A relação entre as propostas educativas e as finalidades políticas dispersas no Brasil Império repercutiu na não concretização da escola profissional pensada por Baltazar e os membros do *Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba*. A diversidade de interesses ao redor

da economia nacional sobrepunha as diferenças entre essas propostas. No nível regional, o ensino rural, no centro dessas rivalidades, foi conduzido por duas polaridades: a que entendia que este ensino teria que ser estritamente uma condução para o trabalho no campo e a que o compreendia como a formação para o aperfeiçoamento da atividade agrícola e do trabalhador nacional. Desta última aproximou-se o pensamento de Baltazar Diégues.

Com uma inserção no espaço público da época que lhe permitia propor diretrizes de mudanças para a organização social, Baltazar Diégues ao longo de sua vida procurou demarcar diretrizes para a Instrução Pública com a finalidade de conduzir uma reforma moral. A análise do plano de ensino do educador nos permite tomar contato com um conteúdo que mantém relação de forma direta com as questões socioculturais debatidas no Brasil Império. As orientações ali contidas identificam o referido educador como um indivíduo engajado nas problemáticas locais de seu tempo.

Dentro do que se propôs esta pesquisa, compreendemos que a finalidade do ensino de moralidades nessa proposta de ensino do intelectual e educador alagoano esteve diretamente voltada para a formação de um cidadão atinente com as expectativas nacionais lançadas em torno do projeto de modernização da nação.

A moralidade concebida por ele atuaria como reguladora não só da ação do indivíduo produto desse ensino, como também, da própria organização social em termos políticos e culturais. Tanto na questão dos hábitos, que pretendiam cuidar também de exercer um controle da liberdade do indivíduo, em particular, os libertos, como na construção de uma consciência política no sentido de apreender o que era ou não permitido numa sociedade aspirante a condição de “moderna” e “civilizada”. Seria assim o conteúdo responsável por plasmar uma determinada forma de perceber as relações e de ver com positividade a modernização nacional.

No caso da sistematização de um currículo e finalidades para o ensino rural delineadas por Baltazar observamos que as orientações ali presente perpassaram ainda por uma formação integral do indivíduo. Ao mesmo tempo em que tinha como objetivo central a qualificação para o trabalho, na concepção da proposta estava presente uma íntima relação entre teoria e prática, o que então poderia corroborar para a construção de uma independência intelectual dos jovens envolvidos nesta formação. O caminho trilhado pela proposta da rotina de trabalho esboçada pelo plano de ensino nos informa a necessidade posta no período quanto à valorização da “Cultura do Campo” no país, com vistas ao aperfeiçoamento desse modo de produção. A introdução de novas técnicas tornava-se necessária, e, conseqüentemente, a qualificação daqueles que iriam operar diretamente nessa atividade.

Tal aspecto mantém relação com as perspectivas ideológicas que embasaram o pensamento do educador. Em síntese, as proposições esboçadas por ele em torno do projeto de instrução para o trabalhador foram justificadas por aspectos do liberalismo e do republicanismo, correntes que corroboraram para a produção de um discurso revestido por intenções a respeito da autonomia local, desenvolvimento nacional e cidadania.

O discurso do educador alagoano no programa de ensino aponta questões na escolarização rural que ainda estão presentes na organização dessa modalidade no tempo presente. As atuais diretrizes nacionais para a Educação Básica vêm enfatizando a necessidade de articular nas propostas de ensino a dimensão pedagógica com a formação profissional em particular a partir do ensino médio. Tem-se enfatizado nas diretrizes curriculares nacionais a união entre a teoria e prática colocada no centro da proposta de formação de Baltazar tomou força na modalidade de ensino profissional. Refletir sobre a proposta de ensino de Baltazar Diégues nos auxilia a compreender a contribuição do estudo das práticas e ideias educativas difundidas no Brasil Império, visto que, o pensamento em torno de uma educação direcionada a uma atividade prática tomava já naquele momento histórico, seus contornos.

Uma das problemáticas que identificamos nas concepções em torno de uma formação profissional é justamente o como articular a dimensão profissional com a formação intelectual sem que haja uma supervalorização de alguma dessas dimensões. O plano de ensino produzido pelo intelectual alagoano nos apresenta uma intenção de relacionar esses dois campos numa perspectiva de formação integral do indivíduo. Nesse sentido, o programa de ensino configura-se como uma representação de uma proposta que se situava em direção contrária aquela predominante no tempo de Baltazar Diégues.

Enquanto havia o interesse em conservar uma força de trabalho para a atividade agrícola, Baltazar expõe a necessidade pensar o alargamento do ensino técnico numa escala equiparada aos cursos superiores da época. Tal maneira de abarcar a qualificação do trabalhador nacional demonstra que o referido intelectual alagoano defendia proposições educativas que podiam ir contra aquilo que se formatava no período. Essa hipótese adquirida tanto através da leitura do plano de ensino como da atuação política de Baltazar levanta a singularidade do pensamento deste alagoano para a compreensão da escolarização profissional alagoana e brasileira.

Dentre as contribuições que desejaria ser possível obter por parte de quem porventura venha a debruçar-se sobre a leitura dessa pesquisa refere-se à atuação dos intelectuais na escolarização brasileira do século XIX e de como as proposições feitas por eles

lançaram as bases para a organização da Educação brasileira. Outra ainda seria a particularidade do projeto de ensino profissional e rural esboçada por Baltazar Diégues, que dialoga com uma concepção do ensino caracterizada como para os populares e que ao mesmo tempo mantém relação com uma visualização de um campo do saber talvez ainda pouco problematizado ao todo como o é a educação profissional e a “Cultura do Campo”.

Não considero que o programa de ensino de Baltazar Diégues seja um modelo ao qual deve ser seguido na íntegra, mas, penso que a marca de que o ensino profissional é algo menor permanece até os dias atuais, e o educador alagoano nos permite repensar essas questões a fim de identificar possibilidades de atuação no social, obviamente após o crivo crítico dos comprometimentos ideológicos de seus elementos ideológicos de teor conservador e etnocêntrico. A visibilidade desse educador no seu tempo e suas preposições para o campo da escolarização favorece o conhecimento do movimento em torno da organização do ensino brasileiro em suas particularidades locais e regionais, ao mesmo tempo em que se articula com os interesses do capitalismo internacional. Nos permite assim, vivenciar indiretamente a forma como as relações, ações e intenções se efetivaram num tempo histórico que ainda nos diz muito sobre as ideias que perpassam nosso pensamento.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, nº44, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005a 2v (Edições do Senado Federal; v.62).

BASTOS, Maria Helena Câmara. A educação comparada no século XIX: a obra de Cèlestin Hippeau (1803-1883). **Anais...** Encontro Internacional da SBEC - Construindo a identidade latino-americana, 2003, Porto Alegre.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOMPASTOR, Sylvia Couceiro. Imperfeitos mecanismos e imperitos trabalhadores: modernização e trabalho livre na agroindústria canavieira -1870/1885. **Cad. Est. Soc.**, v.7, n.2, p.187-202, 1991.

BURKE, Peter. Unidade e variedade na história cultural. In: _____. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.231-268.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. As marcas do Período. In: _____. **A construção nacional**: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010)

_____. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. A vida política. In: _____. **A construção nacional**: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010)

CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

COSTA, Craveiro. Diégues Júnior. **Revista de Ensino**, Maceió, nº 4, 1927, p. 32.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6ª ed. São Paulo: UNESP, 1999. (Biblioteca Básica).

COSTA, João Craveiro. **Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas & outros ensaios**. Maceió: EDUFAL, 2011. (Coleção Nordestina).

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP, 2000.

DIÉGUES JÚNIOR, Manoel. **O Banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho da cana de açúcar na vida e na cultura regional**. 3ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

DIÉGUES JÚNIOR, Manoel. Prefácio. **Revista de Ensino**, Maceió, nº2, 1952, p.28-35.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel Baltazar Pereira. Congresso Agrícola do Norte: memória. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano**, 23 de outubro de 1883.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel Baltazar Pereira. **Geografia e Cosmografia**. Maceió: Typ. de A. Ordem, 1890.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel Baltazar Pereira. Programa para escola profissional e rural. **O Liberal**, Maceió, 04 de ago. de 1878.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel Baltazar Pereira. Sobre a educação nacional. **Revista de ensino**, Maceió, n. 7, Jan./Fev., 1927.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel Baltazar Pereira. Trabalho apresentado no Congresso Agrícola do Recife. In: **Congresso Agrícola de Recife, 1878, anais**. Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978. (Edição Fac-Similar comemorativa do primeiro centenário 1878-1978) USP/FFLCH.

DURKHEIM, Émile. **A Educação Moral**. Petrópolis: Vozes, 2008. (Coleção Sociologia) – Biblioteca Central da UFAL.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESPÍNDOLA, Tomaz do Bomfim. **Dissertação inaugural acerca da influencia progressiva da civilização sobre o homem**. Bahia, 1853.

FALCON, Francisco José Calazans. História Cultural e História da Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.32, maio/ago., 2006, p. 328-339.

FONSECA, Marcus Vinícius da. A educação da criança escrava nos quadros da escravidão do escritor Joaquim Manoel de Macedo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 36, n.1, p.231-252, 2011. ISSN 2175-6236. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio (org.). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LINDOSO, Dirceu. **A Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2005.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 111-153.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **As vítimas algozes**. Rio de Janeiro, 1869.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

NEVES, Luiz Filipe Baêta. História intelectual e História da Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v.1, n.32, maio/ago, 2006, p. 340-345.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PIÑEIRO, Théo Lombarinhas. Os projetos liberais no Brasil Império. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, maio-ago., 2010, p.130-152.

PINHEIRO, A. C.F.; CURY, C.E.; ANANIAS, M. As primeiras letras e a instrução secundária na província da Parahyba do norte: ordenamentos e a construção da nação: 1836-1884. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.37, p. 238-252, mar.2010.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o partido republicano paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)**. São Paulo: HUCITEC, 1986. (Coleção Estudos Históricos).

SANTOS, Ana Maria; MENDONÇA, Sonia Regina. Representações sobre o trabalho livre do escravismo fluminense (1870-1903). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.6, nº11, p.85-98.

SANTOS, Monica Louise. **A educação de meninos negros na escola central em Maceió (1881-1893)**. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, UFAL: 2008.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Ideias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998.

SCWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Rosilda Germano da. **O Colégio de Educandos Artífices no Brasil Império: as raízes do ensino profissional para as crianças pobres em Alagoas (1854-1861)**. Trabalho de Conclusão de Curso do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, 2010.

SILVA, Sidney Reinaldo da. **Instrução pública e formação moral: a gênese do sujeito liberal segundo Condorcet**. Campinas: Autores Associados, 2004.

VAZ FILHO, Augusto. Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior. **Alagoanos ilustres**: esboços biográficos. Maceió, 1962.

VEIGA, Cynthia G. A institucionalização da educação pública no Brasil (meados do século XVIII e século XIX). In: _____. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007, p.131 -199.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ZANOTTO, Gizele. História dos Intelectuais e História Intelectual: Contribuições da Historiografia Francesa. **Biblos**, v. 22 (1), p. 31-45, 2008.

Fontes:

A devoção e o trabalho. **Jornal de Penedo**, Maceió, 31 de julho de 1875.

A instrução e a democracia. **O Século**, Maceió, 3 de novembro de 1877.

A instrução e o trabalho. **Jornal de Penedo**, Maceió, 26 de julho de 1875. Transcrição, p.2.

A lavoura como meio de renda pública e como fonte de riqueza nacional. **Diário das Alagoas**, Maceió, 08 de janeiro de 1883, p.1.

A Lavoura. **O Orbe**, Maceió, 30 de julho de 1882, n.83, p.1.

Agricultura e atualidade. **O Século**, Maceió, 23 de novembro de 1877, p.1.

Amor ao trabalho. **Jornal de Penedo**, Maceió, 08 de maio de 1875. Transcrição, p.3.

As escolas agrícolas. **Diário das Alagoas**, Maceió, 09 de agosto de 1882. Parte Oficial.

As necessidades da lavoura. **O Orbe**, Maceió, 15 de setembro de 1882. Parte Oficial, p.1.

Ata de reunião do comício. **O Século**, Maceió, 07 de dezembro de 1877.

Consequencias dos trabalhos na sciencia moderna, Maceió, 8 de novembro de 1877.

Comercio e lavoura. **O Século**, Maceió, 11 de novembro de 1877.

Do Apostolo. O futuro dos ingênuos. **Diário das Alagoas**, Maceió, 17 de março de 1883.

Parte Religiosa, p.1.

Do Apostolo. Transcrição do Rio de Janeiro sobre a questão dos libertos pela lei de 28 de setembro de 1878. **Diário das Alagoas**, Maceió, 13 de março de 1883. Parte Oficial, p.1.

Do Despertador. Norte Sul. **Diário das Alagoas**, Maceió, 13 de março de 1883. Transcrição, p.1.

Educação. **O Orbe**, Maceió, 03 de maio de 1882. Parte Oficial, p.2.

Ensino defeituoso. **O Século**, Maceió, 20 de outubro de 1877.

Escolas agrícolas. **Diário das Alagoas**, Maceió, 26 de março de 1883, p.1.

Informe sobre reunião do comício. **O Século**, Maceió, 20 de novembro de 1877.

Instrução publica I. **O Orbe**, Maceió, 14 de abril de 1882. Parte Oficial, p.1.

Instrução publica II. **O Orbe**, Maceió, 16 de abril de 1882. Parte Oficial, p.1.

Instrução publica III. **O Orbe**, Maceió, 21 de abril de 1882. Parte Oficial, p.1.

Instrução publica IV. **O Orbe**, Maceió, 23 de abril de 1882. Parte Oficial, p.1.

Instrução publica IX. **O Orbe**, Maceió, 05 de maio de 1882. Parte Oficial, p.1.

Instrução publica V. **O Orbe**, Maceió, 26 de abril de 1882. Parte Oficial, p.1.

Instrução publica VI. **O Orbe**, Maceió, 28 de abril de 1882. Parte Oficial, p.1.

Instrução publica VII. **O Orbe**, Maceió, 30 de abril de 1882. Parte Oficial, p.1.

Instrução publica VIII. **O Orbe**, Maceió, 03 de maio de 1882. Parte Oficial, p.1.

Instrução publica X. **O Orbe**, Maceió, 07 de maio de 1882. Parte Oficial, p.1.

Instrução publica XI. **O Orbe**, Maceió, 12 de maio de 1882. Parte Oficial, p.1.

Instrução publica XII. **O Orbe**, Maceió, 14 de maio de 1882. Parte Oficial, p.1.

Instrução publica XIII. **O Orbe**, Maceió, 21 de maio de 1882. Parte Oficial, p.2.

Instruir e educar. **O Século**, Maceió, 30 de setembro de 1877.

JÚNIOR, LIMA O caráter nacional. **O Orbe**, Maceió, 22 de outubro de 1882. Transcrição, p.2-3.

Necessidades do paiz. **O Orbe**, Maceió, 05 de fevereiro de 1882. Parte Oficial, p.1.

O agricultor. Agricultura. **O Orbe**, Maceió, 12 de julho de 1882. Agricultura, p.2.

O Brasil e a agricultura. **O Século**, Maceió, 29 de novembro de 1877, p.1.

O Magistério, Maceió, 1888.

O trabalho livre. **O Século**, Maceió, 28 de setembro de 1877.

SILVA, Abel. O trabalho. **Jornal de Penedo**, Maceió, 10 de setembro de 1875. Transcrição.

Trabalho e economia. **O Século**, Maceió, 15 de outubro de 1877.

Transcrição sobre a lavoura. **Diário das Alagoas**, Maceió, 11 de janeiro de 1883. Transcrição, n.4.

7 APÊNDICES

APÊNDICE A - FICHAS DOCUMENTAIS DAS MATÉRIAS DE JORNAIS
CONSULTADAS⁵⁸

Nome do Jornal:	O Século
Número:	18
Secção:	-
Página (s):	1
Data:	28 de setembro de 1877
Título da matéria:	O trabalho livre
Autor:	-
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>Nesta matéria o autor faz referência à importância da lei de 1871 para tornar a nação uma sociedade “civilizada” e aponta que a abertura para a instituição do trabalho livre no país estava ameaçada pela rejeição que a população pobre fazia do trabalho manual visto sua associação ao escravo. Desse modo faz uma espécie de apelo para que o sentimento de enobrecimento ao trabalho seja impresso na formação desse grupo social.</p> <p>Palavras chave: Trabalho livre. Formação do Povo. Moralidade Pública.</p>

⁵⁸ Optou-se pela apresentação de uma média de quatro fichas por periódico consultado por causa das repetições ocorridas quanto ao teor e a mensagem transmitida na maioria delas.

Nome do Jornal:	O Século
Número:	20
Secção:	-
Página (s):	1
Data:	30 de setembro de 1877
Título da matéria:	Instruir e educar
Autor:	-
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>O conteúdo dessa matéria tece comentários sobre os conceitos de <i>instrução</i> e <i>educação</i>, registrando que os colégios ofertariam uma boa formação se estabelecessem um diálogo entre as duas concepções.</p> <p>Palavras chave: Educação e instrução. Formação no Brasil Império.</p>

Nome do Jornal:	O Século
Número:	52
Secção:	-
Página (s):	-
Data:	08 de novembro de 1877
Título da matéria:	Consequências dos trabalhos na ciência moderna
Autor:	-
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>A matéria coloca o trabalho livre e a liberdade religiosa como medidas fruto do avanço no pensamento intelectual e científico das sociedades tidas como “modernas”</p> <p>Palavras chave: Questões de debate no Brasil Império.</p>

Nome do Jornal:	O Século
Número:	55
Secção:	
Página (s):	
Data:	11 de novembro de 1877
Título da matéria:	Comércio e Lavoura
Autor:	-
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>O conteúdo dessa matéria aborda a situação da lavoura na Província de Alagoas. Aponta que parte dos agricultores estavam endividados por terem solicitado empréstimos e não conseguirem pagar pela má colheita. Indica que uma das soluções para recuperar as perdas para a concorrência dos produtos agrícolas do exterior estaria em aperfeiçoar o sistema de produção agrícola da época.</p> <p>Palavras chave: Economia. Agricultura.</p>

Nome do Jornal:	Jornal de Penedo
Número:	18
Secção:	Transcrição
Página (s):	03
Data:	08 de maio de 1875
Título da matéria:	Amor ao Trabalho
Autor:	-
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>O conteúdo desse artigo versa sobre a necessidade de instruir as classes populares para a aquisição do sentimento de enobrecimento do trabalho. Tece um discurso positivo acerca do trabalho enquanto condição necessária para a elevação moral do homem e material da nação. Faz uma relação entre o trabalho e a obediência aos princípios cristãos.</p> <p>Palavras chave: Trabalho. Formação do Povo. Instrução Pública. Moralidade Pública</p>

Nome do Jornal:	Jornal de Penedo
Número:	29
Secção:	Transcrição
Página (s):	02
Data:	26 de julho de 1875
Título da matéria:	A instrução e o trabalho
Autor:	-
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>Esta matéria também atribui ao alargamento da instrução um requisito para o desenvolvimento material da sociedade brasileira. Trata ainda de um sentido de redenção próximo a redenção moral do indivíduo lhe conferindo novos hábitos.</p> <p>Palavras chave: Trabalho. Formação do Povo. Instrução Pública e Economia.</p>

Nome do Jornal:	Jornal de Penedo
Número:	30
Secção:	-
Página (s):	-
Data:	31 de julho de 1875
Título da matéria:	A devoção e o trabalho
Autor:	-
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>O discurso dessa publicação faz alusão a uma espécie de fábula cristã em que a ociosidade vivenciada pela personagem principal não lhe trazia tranquilidade de espírito enquanto que a ocupação através do exercício de alguma atividade manual o deixa mais satisfeito consigo mesmo. Traz assim, uma carga cristã para afirmar o enobrecimento pessoal objetivo pelo trabalho realizado.</p> <p>Palavras chave: Trabalho. Moralidade.</p>

Nome do Jornal:	Jornal de Penedo
Número:	36
Secção:	Transcrição
Página (s):	-
Data:	10 de setembro de 1875
Título da matéria:	O trabalho
Autor:	Abel da Silva
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>O texto faz referência ao trabalho a que o progresso em outras sociedades somente ocorreu a partir do trabalho, ele seria o impulsor das mudanças sociais.</p> <p>Palavras chave: Trabalho. Progresso Nacional</p>

Nome do Jornal:	Diário das Alagoas
Número:	-
Secção:	Oficial
Página (s):	-
Data:	09 de agosto de 1882
Título da matéria:	As escolas agrícolas
Autor:	-
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>A matéria informa, em tom acusativo, sobre a decisão orçamentário do ministério da agricultura em que houve diminuição do percentual destinado a subsidiar escolas para os ingênuos e a rejeição de custear escolas de segundo grau para este grupo social.</p> <p>Palavras chave: Escola agrícola. Questão orçamentária.</p>

Nome do Jornal:	Diário das Alagoas
Número:	55
Secção:	Transcrição
Página (s):	1
Data:	13 de março de 1883
Título da matéria:	-
Autor:	Pseudônimo “Do Apostolo”
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>Trata sobre a obrigação do poder imperial quanto ao cuidado da formação dos <i>ingênuos</i> a fim de se evitar a corrupção pelos maus costumes e vícios e com vistas a cumprir o estabelecido na lei de 28 de setembro de 1871. A instrução deveria servir também para conferir a eles uma utilidade para a sociedade, através de seu trabalho. O teor da matéria aponta para a questão de impedir a criminalidade.</p> <p>Palavras chave: Instrução agrícola. Utilidade. Poder imperial. Lei do ventre livre.</p>

Nome do Jornal:	Diário das Alagoas
Número:	59
Secção:	Parte religiosa
Página (s):	1
Data:	17 de março de 1883
Título da matéria:	O futuro dos ingênuos
Autor:	Pseudônimo “Do Apostolo”
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>Versa essa matéria sobre a educação dos <i>ingênuos</i> para direcionar sua liberdade no meio social a fim de garantir sua cidadania. Enfatiza que o ensino teria que ser guiado pela educação moral e religiosa.</p> <p>Palavras chave: Ensino moral. Instrução dos <i>ingênuos</i>.</p>

Nome do Jornal:	Diário das Alagoas
Número:	55
Secção:	Transcrição
Página (s):	1
Data:	13 de março de 1883
Título da matéria:	Norte e Sul
Autor:	Pseudônimo “Do Despertador”
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>O conteúdo da matéria trata sobre a necessidade de criar escolas nas fazendas para qualificar a força de trabalho nacional e também do imigrante. Reclama maior investimento do poder imperial para tal realização.</p> <p>Palavras chave: Instrução dos ingênuos. Poder imperial.</p>

Nome do Jornal:	O Orbe
Número:	10
Secção:	Oficial
Página (s):	1
Data:	05 de fevereiro de 1882
Título da matéria:	Necessidades do país
Autor:	-
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>Trata sobre a instrução e o desenvolvimento da agricultura enquanto necessárias para o progresso nacional.</p> <p>Palavras chave: Instrução Pública. Educação Profissional. Desenvolvimento agrícola.</p>

Nome do Jornal:	O Orbe
Números:	n.37.
Secção:	Parte oficial
Página (s):	01
Datas:	14 de abril de 1882.
Título da matéria:	Instrução Pública I-XIII
Autor:	-
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>Primeira matéria de uma série de treze publicações, informa sobre a necessidade de investimento na instrução pública, inclusive a de caráter profissional, a fim de modernizar a atividade agrícola. A discussão gira em torno da criação de um curso agrícola para o povo. Outro ponto apontado nas publicações é a realização de conferências agrícolas que dessem a perceber a importância da industrialização agrícola. Recai também a ideia de um ensino utilitário.</p> <p>Palavras chave: Instrução agrícola. Desenvolvimento da atividade agrícola.</p>

Nome do Jornal:	O Orbe
Número:	n.83
Secção:	Parte Oficial
Página (s):	1
Data:	30 de julho de 1882
Título da matéria:	A Lavoura
Autor:	-
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>A matéria tece crítica ao modo “arcaico” em que a atividade agrícola era produzida na época e aponta a educação rural como forma de desenvolver essa cultura. Essa medida é indicada pelo autor também como meio de diminuir a entrada dos imigrantes no país.</p> <p>Palavras chave: Ensino agrícola. Modernização da cultura do campo.</p>

Nome do Jornal:	O Orbe
Número:	n.75
Secção:	Agricultura
Página (s):	2-3
Data:	12 de julho de 1882
Título da matéria:	Agricultura
Autor:	Pseudônimo “O agricultor”
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>Discussão sobre a ausência de braços na agricultura e a relação ao aumento da criminalidade na Província.</p> <p>Palavras chave: Agricultura. Ensino agrícola.</p>

Nome do Jornal:	O Orbe
Número:	n.119
Secção:	Transcrição
Página (s):	2-3
Data:	22 de outubro de 1882
Título da matéria:	Caráter nacional
Autor:	Lima Junior.
Arquivo:	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL)
Sinopse:	<p>A matéria aponta sobre a inexistência de um caráter nacional, devido à ausência do amor ao trabalho e falta de ideia sobre o bem comum.</p> <p>Palavras chave: Identidade nacional. Moralidade Pública.</p>

APÊNDICE C - PRODUÇÃO ESCRITA DE BALTAZAR DIÉGUES

<i>Título</i>	<i>Ano/Local</i>	<i>Páginas</i>	<i>Tipo/Informações</i>	<i>Informações sobre</i>	<i>Onde pode ser localizada</i>
Curso de Língua Nacional: Gramática Elementar	1876 (Recife)	38	Compêndio	Foi escrita para o estudo dos alunos deles no colégio recifense Dois de Dezembro.	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) No site: http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/geph ecl/ no link: Obras raras transcritas.
Sobre a Educação Nacional	1878 (Recife)	01	Texto em revista		Foi publicada na Revista de Ensino de Maceió em 1928. Referência: Revista de Ensino, ano II, Maceió, Jan./Fev. 1928 n.7.
Liberdade de Ensino	1882 (Maceió)		Conferência Popular	Trata-se de uma dissertação proferida por ele em uma conferência realizada no Colégio Bom Jesus.	Não localizada.
A Descoberta da América	1883 (Maceió)		Conferência Popular	Trata-se de outra conferência popular proferida no Colégio Bom Jesus.	Não localizada.
Uma página de literatura pátria	1883 (Maceió)	-	Publicação em jornal		O Gutemberg, 23 de outubro de 1883, n. 61 e 25 de outubro de 1883, n.62 (continuação).
	1886	-	Publicação em jornal		O Orbe, 07 de setembro de 1886, n.124.

Regimen Escolar	(Maceió)				
Consolidação das Leis da Instrução Pública	1889 (Maceió)	96	Compilação de Leis		Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)
Compêndio de Geografia e Cosmografia	1890 (Maceió)	133	Compêndio	Adotado como livro didático no Liceu de Maceió	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) No site: http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/geph ecl/ no link: Obras raras transcritas.
Curso de Língua Nacional: Teoria das Proposições	1893 (Maceió)	20	Compêndio		Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) No site: http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/geph ecl/ no link: Obras raras transcritas.
A Descoberta do Brasil	1899 (Maceió)		Texto jornalístico		Jornal das Alagoas de 27 de abril de 1921. Não fotografada.
Notícia Histórica de Alagoas	1902 (Maceió)		Narração histórica		Indicador Geral do Estado de Alagoas Não fotografada.
Memória do Congresso	1907 (Maceió)		Memória sobre o Congresso Agrícola de Recife	Trata-se de uma narração de Diégues sobre o Congresso de	Revista do IAGAL. Referência:

Agrícola do Norte				Recife do qual foi representante de Alagoas.	Vol. IV, n. 2, junho 1907, p. 7- 17.
A Descoberta do Brasil: discussão sustentando a verdadeira data contra três de maio	1910 (Maceió)		Compêndio/Livro de História		Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)
Limites Entre os Estados de Alagoas e Pernambuco: Estudos, Memórias e Documentos que Provam os Direitos de Alagoas	1921				Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)

ANEXOS

ANEXO 1 - TRANSCRIÇÃO DA ATA DAS DELIBERAÇÕES FINAIS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DE RECIFE

Recife, 22 de outubro de 1878.

Congresso agrícola

O congresso agrícola, no ultimo de seus trabalhos, e depois das peripecias que já narramos, adoptou as seguintes deliberações, respondendo ao questionario apresentado pelo governo imperial.

Tendo acompanhado com interesse a marcha desse congresso de agricultores, que veio firmar uma epocha notavel em nossa historia, julgamos de nosso dever tornar conhecidas as respostas e deliberações, em que aquella illustre classe exprimem as suas necessidades e indicam ao governo os meios praticos de realisal-as.

Eil-as:

RESPOSTA DO CONGRESSO AOS QUESITOS PELO GOVERNO IMPERIAL APRESENTADOS AO CONGRESSO DO RIO DE JANEIRO.

(Votação do dia 12 do corrente)

Primeiro Quesito

Quaes as necessidades mais urgentes e immediatas da grande lavoura?

Resposta

1. Meio circulante ou dinheiro, cuja insufficiencia na zona representada neste congresso é muito sensivel por falta de braços nacionaes.
2. Vias de communicação, quer férreas, quer de rodagem, e melhoramento das fluviaes e marítimas:
3. Instrucção profissional pratica e superior.
4. Diminuição desde já do imposto de exportação dos productos agricolas da mesma zona, e substituição delles pelo territorial quando estiver feito o cadastro agrícola.
5. Desamortisação immediata das grandes propriedades do estado.
6. Descriminação legal das matérias tributaveis pelo poder geral, pelo provincial e pelas municipalidades, convindo que as attribuições destas sejam ampliadas e efficaçmente garantidas.

Segundo Quesito

E' muito sensivel a falta de braços para manter os actuaes estabelecimentos da grande lavoura?

Resposta

Para mantel-os não ha falta, e existem até em abundancia; mas em razão da desigual distribuição da população, quer nas diversas propriedades, quer no territorio onde os povoados são muito distantes dos estabelecimentos agricolas, a falta de braços e permanente em certos logares e epochas do anno.

Para melhoral-os e desenvovel-os, porém, precisa-se de pessoal habilitado e pratico no aperfeiçoamento da cultura e do fabrico, e na criação e trato do gado.

Terceiro Quesito

Qual o modo mais efficaz e conveniente de supprir esta falta?

Resposta

Facilitar o bom aproveitamento dos braços nacionaes; esperar a emigração estrangeira expontanea; fazer leis que rega em as relações outro proprietarios e lavradores, e outra locatarios o locadores, ou melhor, um codigo agricola; tornar official o procedimento pelo crime do furto; e prover a execução dos §§ 1 e 2 de art. 12 do codigo do processo.

Quarto Quesito

Poder-se-ha esperar que os ingênuos, filhos de escravas, constituam um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso contrario, quaes os meios para reorganisar o trabalho agrícola?

Resposta

Sim; é de esperar que os ingenuos, filhos de escravas, constituam um elemento de trabalho permanente; mas isto não dispensa o governo de tratar da educação delles em escolas agricolas, do mesmo modo que da educação dos meninos livres, e em commum com estes.

Quinto Quesito

A grande lavoura sente carencia de capitães?

Resposta

Sim; sente carencia de capital, e esta falta é que mais agorenta o regular andamento e desenvolvimento da lavoura. Não ha falta absoluta de capitaes no paiz; mas os que existem

são insufficientes ou não aproveitam á lavoura, por falta de estabelecimentos de credito, existencia da lei n. 1088 de 22 de Agosto de 1860 e depressão do credito agricola para a qual concorram poderosamente os defeitos de nossa legislação civil, complicado systema de processo, variedade de julgados, exorbitancia do regimento de custas judiciaes, e concurrencia das letras do thesouro e das apolices da divida publica, e o estado indiviso da propriedade.

Sexto Quesito

Qual o meio de levantar o credito agrícola? Convem crear estabelecimentos especiaes? Como fundal-os?

Resposta

Reforma da lei hypothecaria, supprimindo a adjudicação forçada, criação de bancos agrícolas e hypothecariso; derogação da citada lei de 22 de Agosto de 1860, de modo a animar o espirito de associação, facilitar as sociedades anonymas e ampliar a liberdade de credito.

Como fundar aquelles bancos, somente aos poderes publicos cabe resolver, conforme os meios de que poderem dispor.

Setimo Quesito

Na lavoura tem-se introduzido melhoramentos? Quaes? Há urgencias de outros? Como realisal-os?

Resposta

Alguns melhoramentos tem havido, taes como a introducção, embora em pequena escala, de machinismos aperfeiçoados para o fabrico do assucar e de aguardente, a substituição do motor animal pelo vapor e pela agua; e o estabelecimento de distillações e restillações, como dependencia dos engenhos. A cultura da terra e de ha muito feita com esmero em algumas propriedades.

Há urgencia de outros melhoramentos, e sobretudo da separação da cultura da canna do fabrico do assucar, separação que já se dá em não pequena escala, e que cumpre desenvolver e animar pela iniciativa individual e pela liberdade de associação, bem como pela immediata introducção e vulgarisação dos apparatus aperfeiçoados e fundação de engenhos centraes pelos propria agricultores, cujas cannas tenham de mear; medidas estas que secundadas pelas lembradas nas respostas nos quesitos anteriores devem produzir o desejado melhoramento da agricultura.

